

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Luísa Campos Batista

**“Antes fosse mais leve a carga¹”: as narrativas do trauma como dispositivos mobilizadores
no jornal *A Sirene***

Juiz de Fora
2021

¹ Alusão ao poema “Lira Itabirana” (1984), de Carlos Drummond de Andrade:

*O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.*

*Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!*

*A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna*

*Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Luísa Campos Batista

**“Antes fosse mais leve a carga”: as narrativas do trauma como dispositivos mobilizadores
no jornal *A Sirene***

Dissertação apresentada à banca examinadora
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Comunicação pela Universidade
Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Profa. Dra. Christina Ferraz Musse

Juiz de Fora
2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Campos Batista, Luisa.

"Antes fosse mais leve a carga": : As narrativas do trauma como dispositivos mobilizadores no jornal A Sirene / Luisa Campos Batista. -- 2021.

168 f.

Orientadora: Christina Ferraz Musse

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2021.

1. rompimento da barragem de Fundão. 2. jornal A Sirene. 3. memórias. 4. narrativas do trauma. 5. tétrede trágica. I. Ferraz Musse, Christina , orient. II. Título.

Luísa Campos Batista

“Antes fosse mais leve a carga: as narrativas do trauma como dispositivos mobilizadores no jornal A Sirene”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 31 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Christina Ferraz Musse - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof^a. Dr^a. Fernanda Nalon Sanglard
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais



Prof. Dr. Wedencley Alves Santana
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O meu mergulho mais intenso na temática do rompimento da barragem de Fundão só foi possível pelos encontros com os atingidos, ainda na graduação em jornalismo na Universidade Federal de Ouro Preto. Aos atingidos e atingidas que entrevistei durante os anos em que me formava como jornalista, sempre serei grata por abrirem as portas de suas casas, me convidarem a sentar e me permitirem escutar testemunhos tão dolorosos e sensíveis. A continuidade na caminhada como aliada na luta por justiça para as comunidades atingidas pela lama da Samarco, a escuta e o registro de histórias, a produção de conhecimento, a documentação de suas vidas e das consequências desse crime, são apenas uma das formas que encontrei para agradecer a confiança que depositaram em mim.

Agradeço à minha orientadora, Christina Ferraz Musse, por confiar na minha proposta de pesquisa tão logo que entrei no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Agradeço à escuta atenta, aos aprendizados, à crença na possibilidade de desenvolvermos um trabalho sensível e inovador. Obrigada pela paciência, pela confiança e pela inspiração.

Agradeço ao amigo Janderson Silva pelo amor e pela amizade. Obrigada pelas nossas conversas, pela escuta nos momentos de angústia e indecisão na caminhada do mestrado. Agradeço os direcionamentos e incentivos, sempre tão certos. À amiga Vanessa Coutinho, companheira de mestrado, pela partilha de sentimentos, pelos aprendizados, pela parceria na escrita de artigos e na participação em eventos. À amiga Amanda Magalhães, pelas conversas, pelo incentivo, pela tranquilidade passada a mim nos momentos de ansiedade, e pelas palavras sempre tão leves. À amiga Hannah Cepik, pelos anos de amizade e companheirismo, pela confiança na minha trajetória e na minha caminhada na pesquisa. Agradeço a partilha de sentimentos e visões sobre a pós-graduação, sempre recheadas de carinho e empatia.

Às queridas e aos queridos colegas de trabalho da Semente Negócios, a empresa de educação empreendedora mais inspiradora do Brasil (quicá do mundo). Agradeço a oportunidade de trabalhar junto de pessoas tão inteligentes e potentes, aos aprendizados, sempre vividos em partilha, ao ambiente de trabalho leve e, ao mesmo tempo, intenso. Agradeço, também, a compreensão e a flexibilidade da rotina de trabalho cedidas a mim para que pudesse me dedicar à

escrita dessa pesquisa, principalmente nos meses finais do mestrado. Um agradecimento especial à minha chefe, Alline Goulart, que com um olhar generoso e uma escuta atenta, confiou na condução do meu trabalho na comunicação da Semente, mesmo vivenciando uma jornada dupla. Serei sempre grata pelos aprendizados, pela sensibilidade e pelo carinho nessa etapa da minha vida.

Agradeço à minha mãe, que mesmo se dividindo em intensas jornadas de trabalho, foi minha mãe e meu pai, principalmente durante a minha infância. Obrigada por acreditar na transformação pela educação e nunca medir esforços para que eu pudesse ter acesso a uma formação de qualidade. Agradeço o apoio aos meus sonhos e projetos: na mudança para Mariana, aos 18 anos, para fazer a graduação. No intercâmbio para Portugal e, depois, na mudança para Juiz de Fora para cursar o mestrado. Agradeço por transmitir a mim a confiança de que, por meio da educação, eu poderia ser quem eu quisesse. Sinto tranquilidade e segurança em alçar voos cada vez maiores por minha mãe dizer, sempre orgulhosa: “A minha filha é jornalista”.

RESUMO

Considerado o maior crime ambiental do país, o rompimento de Fundão, ocorrido em Bento Rodrigues em novembro de 2015, é uma “catástrofe do tempo” (ALEKSIÉVITCH, 2013) ao romper, profundamente, com a ordem e a dinâmica da vida dos moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e das demais localidades afetadas direta e indiretamente pela lama de rejeitos da mineradora Samarco. Esta pesquisa tem como proposta identificar as narrativas do trauma presentes no jornal *A Sirene*, periódico produzido pelos e para os atingidos, e compreender suas atuações como dispositivos mobilizadores dos sobreviventes. Para tanto, partimos dos estudos sobre a memória e a memória traumática, passando pelo conceito de dispositivo, a compreensão do jornalismo comunitário como instrumento de mobilização, até chegar às reflexões sobre as narrativas do trauma nas páginas do jornal *A Sirene*. Estruturamos um percurso metodológico em duas etapas, sendo a primeira a organização das narrativas do trauma com o apoio da Análise Temática (BRAUN; CLARKE, 2006). Em um momento posterior, alçamos mão da obra “Em Busca de Sentido” (1984), de Viktor Frankl, que nos apresentou bases para compreender o otimismo trágico, forma de ressignificação da dor e do trauma como potência mobilizadora que pode ser adotada por sobreviventes de eventos traumáticos. A partir das análises, identificamos o que chamamos de a téttrade trágica das narrativas do trauma: as quatro temáticas principais em que as narrativas do trauma estão ancoradas nas páginas do jornal *A Sirene* – memória, nostalgia, denúncia e empoderamento.

Palavras-chave: rompimento da barragem de Fundão; jornal *A Sirene*; memória; narrativas do trauma; téttrade trágica.

ABSTRACT

Considered the biggest environmental crime in Brazil, the Fundão Dam rupture, which occurred in Bento Rodrigues in November 2015, is a “time catastrophe” (ALEKSIÉVITCH, 2013) as it deeply breaks with the dynamic order of life of the residents of Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo and other locations directly and indirectly affected by the tailings sludge from the Samarco mining company. This research aims to identify the narratives of trauma present in the newspaper *A Sirene*, a periodical newspaper produced by and for those affected by this event, and to understand their actions as mobilizing devices for survivors. To do so, we started from studies on memory and traumatic memory, passing through the concept of device, the understanding of journalism as an instrument of mobilization, until arriving at reflections on the narratives of trauma in the pages of *A Sirene*. We structured a methodological course in two stages, the first being the organization of trauma narratives with the support of Thematic Analysis (BRAUN; CLARKE, 2006). In a later moment, we used the work “In Search of Meaning”, by Viktor Frankl (1984), which presents the basis for understanding tragic optimism, a way of reinterpreting pain and trauma as a mobilizing power that can be adopted by survivors of traumatic events. Based on the analyses, we identified the tragic tetrad of trauma narratives: the four main themes in which trauma narratives are anchored in the pages of the newspaper *A Sirene* – memory, nostalgia, denunciation and empowerment.

Keywords: Fundão Dam rupture; *A Sirene* newspaper; memory; trauma narratives; tragic optimism.

Urgente!
Venham conhecer Minas Gerais
Antes que a Vale destrua tudo
Ah, Vale não vale nada e quem vai pagar?
Ei, diretor, quem vai pagar?
Vale assassina já não é menina
Já tem idade pra poder matar
Cinquenta barragem de lama barrosa
Ninguém barrando, como é que eu não berro?
Lama venenosa, dejetos e minério
Morre animal, já mataram os insetos
Dinheiro pra família não é nada
Dinheiro pra família não é nada
O que cês fizeram já não tem mais volta
Mãe natureza tá bem revoltada
Escuta primeiro,
Não fala primeiro
Prende o presidente, depois o engenheiro
“Fechar a Vale pra nós é ruim
Cê não entende o mercado brasileiro”
Tá de brincadeira? Lama não é poeira
Vai se fuder você e o mundo inteiro
São vidas, não são números
Muitas mortes, poucos túmulos
“Os índios que moravam ali perto do Rio Paraopeba ficaram cegos:
O rio era visão deles”

Música “Hino Parte 2”, de Hot e Oreia

Estava falando do tempo. É tão difícil pra mim acreditar no tempo. Algumas coisas vão embora. Passam. Algumas coisas ficam. Eu pensava que era minha memória. Sabe. Algumas coisas você esquece. Outras coisas, não esquece nunca. Mas não é. Lugares, os lugares ainda estão lá. Se uma casa pega fogo, desaparece, mas o lugar – a imagem dela – fica, e não só na minha memória, mas lá fora, no mundo. O que eu lembro é um quadro flutuando fora da minha cabeça. Quer dizer, mesmo que eu não pense, mesmo que eu morra, a imagem do que eu fiz, ou do que eu sabia, ou vi, ainda fica lá. Bem no lugar onde a coisa aconteceu.

Trecho do livro *Amada* (1987), de Toni Morrison

SUMÁRIO

PREÂMBULO – O ATRAVESSAMENTO PELO TEMA	12
1. INTRODUÇÃO	14
2. A MEMÓRIA, O TRAUMA E O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO	21
2.1. A memória das catástrofes como recurso identitário	28
2.1.1. <i>A tradução do indizível</i>	32
2.1.2. <i>Memória traumática e potência mobilizadora</i>	42
2.2. Trauma, testemunho e a questão do dispositivo	46
2.2.1. <i>O dispositivo de Foucault</i>	55
2.3. O acontecimento traumático: o cinco de novembro de 2015	60
3. EM BUSCA DE SENTIDO: POSSIBILIDADES PARA CONVIVER COM O TRAUMA	70
3.1 A tese do otimismo trágico	73
3.2 Outras formas de busca por sentido: organizações e mobilizações sociais	74
3.3 A comunicação popular como dispositivo de transformação	80
3.3.1. <i>A tese do otimismo trágico no jornal A Sirene: marcas de vidas pós-Fundão</i>	88
4. PARA NÃO ESQUECER: O JORNAL A SIRENE	95
4.1. A criação do periódico	95
4.2 O jornal <i>A Sirene</i> na forma do jornalismo comunitário	100
4.3 <i>A Sirene</i> como dispositivo de mobilização	105
5. AS NARRATIVAS DO TRAUMA NO JORNAL A SIRENE	114
5.1 Ano um: nada será como antes	115
5.1.1 <i>Edição 0, de fevereiro de 2016</i>	117
5.1.2 <i>Edição 8, de novembro de 2016</i>	128
5.2 Ano dois: como esquecer?	141
5.2.1 <i>Edição 20, de novembro de 2017</i>	142
5.3 Ano três: sem casas, sem direitos	152
5.3.1 <i>Edição 32, de novembro de 2018</i>	153
5.4 Ano quatro: questão de justiça	157
5.4.1 <i>Edição 43, de novembro de 2019</i>	158
5.5 Ano cinco: quantos anos mais?	163
5.5.1 <i>Edição 55, de novembro de 2020</i>	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	172

PREÂMBULO – O ATRAVESSAMENTO PELO TEMA

A minha relação e interesse pelas vidas dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, se cruza com a minha formação em jornalismo. Por cinco anos, entre 2014 e 2019, vivi em Mariana, cidade mineira de pouco mais de 60 mil habitantes, que abriga dois campi da Universidade Federal de Ouro Preto, sendo um deles o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), onde cursei a graduação. Além da presença da UFOP, de ter sido a primeira capital de Minas Gerais, de fazer parte da história da inconfidência mineira, Mariana, a 20 quilômetros de Ouro Preto, ganhou espaço na grande mídia, mais recentemente, quando a barragem da Samarco, que abrigava 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos (ou 21 mil piscinas olímpicas), destruiu a dinâmica de vida de milhares de moradores mineiros e capixabas ao, primeiro, soterrar Bento Rodrigues, subdistrito a 22 quilômetros de Mariana e pertencente à cidade, e que distava 6 quilômetros do Complexo de Germano.

Naquele 5 de novembro de 2015, por volta das 15h30, eu estava assistindo a uma aula da graduação em um dos prédios do ICSA e aquela tarde, para mim, seguia normalmente. Depois da aula, fui para a república em que moravam algumas amigas, e foi quando comecei a receber as primeiras notícias do que havia acontecido em Bento Rodrigues. Uma de minhas colegas, que trabalhava como terceirizada da Samarco e estava em um dos prédios próximo ao Complexo Germano, enviou, no grupo de mensagens da república, que sentiu tremores de terra e não sabia o que estava acontecendo. Minutos depois, avisou que havia acontecido um acidente e uma barragem rompido. Àquela época, com minha vivência de “menina da cidade grande”, a ideia de barragem que tinha em mente era similar à Barragem da Lagoa da Pampulha e, portanto, guardava apenas água. Pensar em litros e litros de água escoando para todo canto não me conectou, automaticamente, com um cenário de soterramento, até que as primeiras notícias dos portais locais começaram a chegar. Já no início da noite, havia entendido que a barragem não guardava apenas água e que a destruição havia sido catastrófica. Os dias seguintes, lá em Mariana, pareciam cenas de filme. Centenas de moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo chegaram à cidade: primeiro, foram encaminhados para o Centro de Convenções, depois para a Arena Mariana, hotéis e pousadas da cidade e, por fim, para casas alugadas pela Samarco. Os olhares atônitos, desesperados, desesperançosos, cansados, acuados, são marcas de uma gente sobrevivente de um acontecimento devastador e que eu nunca vou esquecer – cruzei olhares e tentei, minimamente, trocar palavras de conforto nas idas ao Centro de Convenções para levar donativos e ajudar no que

fosse preciso.

Ao longo das semanas, ao passo que todos nós íamos compreendendo a dimensão do acontecido, o curso de jornalismo da UFOP também compreendeu o seu papel na comunicação das consequências do rompimento e da luta das comunidades devastadas. As produções do curso começaram a se voltar para as vidas dos sobreviventes e a se posicionar como aliadas nesta luta. Minha função como jornalista em formação à época foi compreendida em meados de 2016, pouco mais de seis meses depois do rompimento, ao cursar a disciplina de laboratório de jornalismo impresso e produzir, junto com a turma, o jornal Lampião. Para a primeira edição do jornal laboratório do curso, fiquei responsável por apurar denúncias de descaso com a saúde mental e tentativas de suicídio de moradores de Barra Longa, cidade também atingida pela lama da Samarco. Durante quatro meses, visitei a cidade, junto com as colegas da equipe de reportagem, Mariana Viana e Paula Locher, para entrevistar moradores, agentes de saúde, poder público e o Movimento dos Atingidos por Barragem. As histórias que ouvi, as narrativas a que tive acesso, e a oportunidade de registrar tal realidade me atravessaram profundamente. Tão profundo que, após a finalização da reportagem, vencedora em 2017, do 10º Prêmio Délio Rocha de Jornalismo, do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, continuei produzindo reportagens a respeito dos sobreviventes. Desenvolvi um Trabalho de Conclusão de Curso voltado para as memórias de três tecelãs de Bento Rodrigues e, em 2019, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora com um projeto de mestrado que buscava analisar os testemunhos das mulheres de Bento e a afetação do trauma em suas memórias e identidades. Com mudanças no objeto de pesquisa, que precisaram ser adotadas por conta da pandemia do novo coronavírus, concluo mais uma etapa da minha caminhada na produção de conhecimento acerca dos sobreviventes desse acontecimento traumático, certa de que a minha luta como aliada desses sujeitos não para por aqui.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como proposta identificar as narrativas do trauma presentes no jornal *A Sirene* e compreender suas atuações como dispositivos mobilizadores dos sobreviventes ao rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Bento Rodrigues (MG) em novembro de 2015. A barragem de Fundão, que armazenava 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos e estava localizada a seis quilômetros de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana (MG), se rompeu. Pertencente à mineradora Samarco, subsidiária de duas das maiores mineradoras do mundo, a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP *Billiton*, ao romper, devastou Bento Rodrigues. Seguindo o fluxo do Rio Gualaxo, afluente do Rio Doce, a lama de rejeitos tóxicos, destruiu Bento Rodrigues e, seguindo o Rio Doce, chegou até o litoral oeste do Espírito Santo.

Para chegarmos à identificação das narrativas jornalísticas traumáticas, presentes no jornal *A Sirene*, periódico feito por e para os atingidos da barragem do Fundão, utilizamos como apoio a metodologia da Análise Temática (BRAUN e CLARKE, 2006) e, para classificação destas narrativas, a obra “Em Busca de Sentido” (1984), escrita por Viktor Frankl, neuro psiquiatra austríaco e fundador da terceira escola vienense de psicoterapia, com atenção especial ao capítulo “A Tese do Otimismo Trágico”. Frankl é o fundador da logoterapia, uma abordagem psicoterapêutica que se fundamenta empiricamente no sentido da vida. O objetivo da logoterapia é permitir que os pacientes, à época do desenvolvimento da terapia os sobreviventes do *Shoah*, pudessem identificar o sentido da vida mesmo após terem sobrevivido a traumas tão agudos como os vivenciados nos campos de concentração do regime nazista. Sua obra foi, portanto, essencial para o entendimento de como, mesmo vivenciando acontecimentos traumáticos tão profundos, muitos sobreviventes podem encontrar outras formas de sentido para a vida, utilizando, em certos casos, o trauma, a dor e o sofrimento, como potência mobilizadora.

O percurso das escolhas metodológicas desta pesquisa foi percorrido em busca de autores que nos apresentassem as possibilidades de observação de narrativas em que o trauma, suas complexidades e afetações nas subjetividades também fizessem parte do olhar metodológico e, ao mesmo tempo, pudesse ser observado a partir da Comunicação. Refletindo sobre a dimensão do trauma e sua potência para romper com a ordem a dinâmica da vida, e tendo como base as literaturas referentes ao *Shoah*, buscadas como referência nos estudos de acontecimentos traumáticos e abordagens testemunhais, chegamos à obra “Em busca de sentido” (1984). O livro,

escrito por um neuropsiquiatra e um dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, nos possibilitou compreender as etapas do trauma a que os sobreviventes dos campos de concentração foram submetidos. O capítulo “A Tese do Otimismo Trágico”, em especial, nos apresentou a “tríade trágica”, conceito que nos norteou na abordagem analítica das narrativas do trauma no jornal *A Sirene*, abordados no segundo e quarto capítulos deste trabalho.

O acontecimento traumático do rompimento da barragem de Fundão e suas incontáveis consequências ainda vêm sendo compreendidos, mesmo cinco anos após o fato, principalmente no universo das subjetividades e da saúde mental dos sobreviventes. Além de ser considerado o maior crime ambiental do país, o rompimento de Fundão é uma “catástrofe do tempo” (ALEKSIÉVITCH, 2013). Svetlana Aleksievitch (2013), ao refletir sobre seu papel de testemunha e narradora sobre o desastre nuclear ocorrido em Chernobyl em 1986, na antiga União Soviética, realiza uma entrevista consigo mesma para entender qual é sua posição diante do acontecimento: “sou testemunha do quê, do passado ou do futuro? É tão fácil deslizar para a banalidade. Para a banalidade do horror” (p. 39). A jornalista e escritora aponta que o acontecimento em Chernobyl colocou em discussão a concepção anterior de si mesma e do mundo, promovendo maior destaque para reflexões a respeito de passado e futuro. A noção de temporalidade, apontada por Svetlana, é profundamente marcada pela dor da perda de familiares e amigos, pela fuga da maioria dos moradores da cidade localizada ao norte da Ucrânia e, principalmente, pelo “tempo de vida” dos radionuclídeos de onde escaparam as ondas radioativas. Diante da efemeridade e da fragilidade da vida, a autora classifica o evento como uma catástrofe temporal: “Os radionuclídeos espalhados sobre a nossa terra viverão cinquenta, cem, 200 mil anos. Ou mais. Do ponto de vista da vida humana, são eternos. Então, o que somos capazes de entender?” (2013, p. 39).

Sobre os locais que se tornam catástrofes do tempo, Aleida Asmann (2011) se apoia em Ruth Kluger, sobrevivente do Holocausto e ex-professora de Estudos Alemães na Universidade da Califórnia, que nos apresenta o conceito de “cronidade”, termo que se refere ao lugar traumático Auschwitz, mas que também se aproxima do sentido daquilo em que se transformaram Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, localidades que desapareceram após a destruição da lama da Samarco: “O campo de concentração como local? Localidade, paisagem, landscape, seascape – deveria haver a palavra ‘cronidade’ para indicar que é o local em um tempo, em um tempo específico, nem antes, nem depois” (p. 355).

Refletindo sobre a dor da perda e do trauma, o rompimento da barragem de Fundão pode, desse modo, ser entendido como uma catástrofe do tempo ao romper, profundamente, com a ordem e a dinâmica da vida dos moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e das demais localidades afetadas direta e indiretamente pela lama de rejeitos da mineradora Samarco. Diante do trauma da destruição da lama e das bruscas mudanças no cotidiano, a sensação vivida, hoje, por muitos sobreviventes, é de um presente em suspensão, estruturado pelo argumento do “temporário” – argumento construído e sustentado há quase seis anos pela mineradora Samarco e pela Fundação Renova, instituição criada para realizar os programas de reparação e reassentamento das comunidades atingidas. A partir do dia 5 de novembro de 2015, muitos destes sujeitos têm a sensação de que a rotina que estão vivendo não mais condiz com suas identidades, com o modo costumeiro de experienciar o cotidiano, muito menos pertence a eles. Todos os dias, estes sujeitos têm o trabalho de ressignificar tudo o que compõe os universos pessoais: da esfera singular e subjetiva, como a relação com os objetos da casa, a rua e a casa em que vivem, as novas relações sociais, a dinâmica da cidade de Mariana, localidade em que os sobreviventes estão moradores, de forma temporária, desde o acontecimento; e do âmbito mais amplo, como questões econômicas, sociais e culturais. Desde novembro de 2015, os sobreviventes são forçados a repensar o cotidiano diante da memória traumática (AMARAL, 2013), a repensar quem são eles próprios dentro desta nova realidade.

Ainda na introdução desta pesquisa, acreditamos ser importante destacar as escolhas para as nomenclaturas em torno do rompimento. Defendemos a utilização do termo “catástrofe” para nos referirmos à dimensão do rompimento da barragem de Fundão, em vez de “tragédia” ou “acidente”. Desde as primeiras coberturas da grande mídia, esses termos vêm sendo adotados em referência ao rompimento que dizimou Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. O termo acidente acabou sendo descartado por parte da grande mídia com o passar dos meses da cobertura e, obviamente, é, também, por nós. O rompimento da barragem de Fundão não foi um acidente. A Samarco tinha ciência de uma série de problemas de construção, manutenção e controle do dique S4, além de negligenciar a seriedade destas questões, informadas à empresa por consultores desde 2014. O cenário era de negligência e, portanto, um acontecimento não intencional não cabe na definição do evento. De acordo com investigação conduzida pelo Ministério Público de Minas Gerais, houve um erro na operação da barragem e negligência no monitoramento da construção. A negligência se tornou mais grave pela falta de planos de contingência, estratégias de

comunicação e evacuação dos moradores de Bento Rodrigues e das demais localidades destruídas e afetadas pela lama de rejeitos tóxicos no caso de um eventual rompimento. Por isso, apesar de concordamos que, de fato, o que aconteceu em cinco de novembro de 2015 foi um crime, com adicional de negligência, assassinato de moradores e trabalhadores, destruição de patrimônios materiais e imateriais (memórias, identidades, afetos), e consequências profundas no meio ambiente, o termo ainda não consegue abraçar a dimensão subjetiva do que desejamos abordar nesta pesquisa – e chegamos a essa conclusão após uma pesquisa sobre as origens etimológicas de tais termos.

A palavra crime tem origem no latim *crīmen* e significa “acusação criminal” ou “choro de angústia”. No grego antigo é possível identificar a palavra *krima*, que geralmente se referia a um erro intelectual ou a uma ofensa, diferente do sentido de crime que entendemos hoje. Apesar da gravidade dos crimes entendidos como tal na contemporaneidade, a adoção do termo para essa pesquisa ainda nos soava um pouco limitada, de viés mais pontual, no qual as responsabilidades e penalidades deveriam ser tratadas na justiça, apenas. Sabemos que não é assim. No caso do rompimento da barragem de Fundão, há o descarrilamento de uma série de traumas e consequências vivenciadas pelas famílias que perderam um ente no dia do rompimento e, também, naqueles que sobreviveram à catástrofe. Muitas vezes, é necessária a passagem de vários anos para que as vítimas consigam verbalizar o trauma e, pouco a pouco, conviverem com as marcas invisíveis de uma forma um pouco menos dolorosa. Além disso, a recuperação do meio ambiente, no caso de crimes ambientais, é ainda mais lenta: em muitos casos, décadas ou mesmo séculos são necessários para que um rio ou um solo sejam recuperados e abriguem vida novamente.

A palavra catástrofe, por outro lado, nos parece encaixar melhor nas compreensões desse trabalho sobre a dimensão do acontecimento e a gravidade dos traumas dos dias que se seguiram àquele novembro de cinco anos atrás. Catástrofe vem do grego *katastrofé*, palavra que possui núcleo semântico que significa, literalmente, “virada para baixo”. De acordo com Nestrovski e Seligmann-Silva (1991), o termo catástrofe também pode ser traduzido como “desabamento” ou “desastre” sendo, por definição, um acontecimento que provoca trauma nos sobreviventes. Trauma é um outro conceito diretamente relacionado com catástrofe, condição psicológica que age sobre os sobreviventes dos eventos catastróficos e os força a repensar a organização de si e do cotidiano – e que também é abordado no decorrer da análise do jornal *A Sirene*. De acordo com os autores, “catástrofe” é um termo com raiz indo-europeia com dois sentidos: “friccionar, triturar ou

perfurar”; mas também “suplantar”, “passar através”: “Algo que tritura, perfura, mas que, ao mesmo tempo, é o que nos faz suplantá-la, já se revela, mais uma vez, o paradoxo da experiência catastrófica, que por isso mesmo não se deixa apanhar por formas simples de narrativa” (p. 8).

Em sua origem, “catástrofe” traz consigo o sentido do revés, do espanto, da tristeza, do sofrimento. Podemos compreender que o termo se refere também a uma temporalidade. Essa “virada para baixo”, da qual o conceito advém, se relaciona à ideia de que a dinâmica da vida, do entendimento de si no mundo, do passar do tempo está sob uma nova ordem, quase como “do avesso”, em uma forma de viver o tempo presente com a sensação de estar em suspensão. De certo modo, é assim que os sobreviventes ao rompimento de Fundão se sentem, desde aquele novembro de 2015. O presente é uma temporalidade controversa para quem sobreviveu ao rompimento da barragem do Fundão e que, mesmo com a desordem social e subjetiva, aprofundada pela não resolução de indenizações e reassentamentos, precisam seguir. O “hoje” tem fortes ancoragens em um tempo passado nas localidades profundamente alteradas pela lama de rejeitos tóxicos da Samarco. É claro que todos nós tentamos viver o tempo presente com o passado como referência: para aprendizados, o que se pretende conquistar, evoluir, repetir. Entretanto, para esses sujeitos, o tempo passado, além de ancoragem, expressa também a certeza de que o futuro não será da forma que desejam. Porque, na verdade, o desejo é poder reabilitar o espaço em que viviam, trabalhavam, cultivavam as plantações e criavam os animais. Mesmo que o futuro tenha um novo projeto arquitetônico (que segue a passos lentos: até hoje são cinco anos de espera pelo reassentamento) e que seja construído no terreno de Lucila e, não mais, em Bento Rodrigues, esses sujeitos sabem que os tempos futuros (quando chegarem, se chegarem) estarão muito distantes das referências identitárias e das raízes das temporalidades vividas nas localidades transformadas pela lama da Samarco. Por isso, adotamos, aqui, o termo catástrofe quando nos referimos ao acontecimento traumático e suas indissociáveis consequências. Foi e segue sendo, há mais de cinco anos, uma reviravolta cotidiana na temporalidade e na sensação de passar dos dias dessas pessoas. Para estes sujeitos, suas vidas estão assim, como se “viradas para baixo”, desde que foram expulsos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, e forçados a pensar em uma nova dinâmica de vida em Mariana, cidade-universitária com mais de 60 mil habitantes.

A respeito do percurso metodológico e da compreensão do significado desse acontecimento traumático, é importante explicar que essa pesquisa de mestrado tinha como proposta inicial a realização de um trabalho de campo, em que as mulheres moradoras de Bento Rodrigues seriam

entrevistadas. No início da minha trajetória no mestrado, eu pretendia, a partir de um recorte de gênero, trabalhar a metodologia da História Oral e, com o apoio de entrevistas em profundidade, interpretar o testemunho como objeto comunicacional para entender os desdobramentos do acontecimento traumático nas memórias e nas identidades das moradoras do subdistrito destruído pela lama da Samarco. Entretanto, com o avanço da pandemia do novo coronavírus no Brasil, e com a maioria das atividades acadêmicas migrando para o universo on-line, entendi que seria uma decisão mais acertada reajustar o objeto de pesquisa e, por consequência, os objetivos e metodologias de trabalho. Para o desenvolvimento de entrevistas em profundidade com sobreviventes tão fragilizados, mesmo cinco anos após o rompimento de Fundão, e que já foram intensamente procurados pela grande mídia, além de serem forçados a lidar com uma áspera relação com a Samarco e a Fundação Renova, entendo que ser imprescindível a construção de uma relação de confiança entre entrevistadas e pesquisadora. E para as nossas relações serem assim construídas e a confiança solidificada, seria essencial realizar idas a Mariana, a fim de mapear as moradoras de Bento Rodrigues, que aceitariam participar da pesquisa para, então, agendar as entrevistas. Enquanto jornalista e pesquisadora, compreendo que tecnologia nenhuma substitui a riqueza e a intensidade do presencial: o olho no olho, a conversa próxima, a observação dos gestos e das expressões, o estar nos ambientes das casas, o sentir das relações das entrevistadas com os familiares. Por isso, compreendendo as alterações que o momento pedia, decidi debruçar-me sobre o jornal *A Sirene*, periódico em que já havia atuado como jornalista *freelancer* e produzido artigos a respeito na pós-graduação. O andamento do trabalho, a partir da observação do novo objeto de pesquisa, foi mais que satisfatório, surpreendente. A abordagem de campo, as entrevistas com os sobreviventes, e a construção das relações de confiança também exigem paciência e serenidade. Por isso, as reservarei para trabalhos futuros.

Parte 1.

Do rompimento de vidas

2. A MEMÓRIA, O TRAUMA E O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

*Quando pronuncio a palavra Futuro,
a primeira sílaba já pertence ao passado.
Quando pronuncio a palavra Silêncio,
destruo-o.
Quando pronuncio a palavra Nada,
crio algo que não cabe em nenhum não-ser.*

Poema “As três palavras mais estranhas”, de Wislawa Szymborska

O capítulo que abre este trabalho lança luz às vidas atravessadas pelo rompimento da barragem de Fundão, que destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, e de suas indissociáveis consequências. Para realizar este movimento, nos dedicamos a pensar as inter-relações entre memória, trauma e o acontecimento traumático que envolvem as narrativas do jornal *A Sirene*, periódico produzido por atingidas e atingidos pela barragem e que será abordado com maior atenção no terceiro capítulo. Os conceitos de trauma e memória norteiam grande parte das escolhas dos referenciais teóricos, em que nos debruçamos para a construção deste trabalho, além de serem termos presentes no dia a dia dos sobreviventes ao rompimento e também no cotidiano daqueles que foram atingidos em diferentes níveis².

Para abordar as vidas atravessadas por este acontecimento traumático, primeiro, um convite para refletir sobre a memória, esta faculdade referencial. Ao mesmo tempo que nos aponta para o passado, a partir de noções de quem somos, construídas com base nos acontecimentos vivenciados, a memória também nos projeta para o futuro, apresentando possibilidades e caminhos com base em um presente que, tão logo, se tornará passado. A memória é, também, como uma âncora, capaz de nos firmar no tempo presente; de nos fazer regressar, em meio a reminiscências, a um tempo fortuito, de boas lembranças; ou a um episódio traumático, que projetou e alterou profundamente a dinâmica de nossos passos no presente, podendo impedir de seguirmos a vida de forma contínua, sendo necessário repensar quem somos. Aleida Asmann (2011) desenvolve um trabalho com a proposta de suscitar diferentes pontos de vista sobre este complexo fenômeno que é a memória.

² Com relação aos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, há diferentes níveis de impacto da lama: há aqueles que foram expulsos de suas terras e perderam tudo que tinham; há também aqueles atingidos, que perderam a renda, uma vez que trabalhavam com plantações ou pesca e, com a contaminação do Rio Doce, viram seu trabalho ser profundamente prejudicado; há atingidos, também, que não precisaram fugir de suas casas, mas convivem diariamente com o impacto da contaminação das águas, terra e ar pela passagem da lama em rios que margeiam seus territórios.

Para a autora, é complexo por ser transdisciplinar e, por isso, não pode ser definida por uma única área do conhecimento. E, mesmo dentro de um único campo, a memória submerge como uma faculdade contraditória, controversa e fascinante. O fascínio, em muitas vezes, está depositado na potência do entrecruzamento de questões e interesses quando nos debruçamos no tema da memória – questões estas provenientes dos campos culturais, das ciências naturais e da tecnologia da informação. O fascínio também está presente no contraditório da memória, cuja ação das temporalidades é, em parte, resultado deste teor. Para tanto, a autora aciona Italo Svevo ao pensar nas relações entre temporalidade e memória:

O passado sempre é novo. Ele se altera constantemente, assim como a vida segue em frente. Partes da vida que parecem ter afundado no esquecimento reaparecem, enquanto, por outro lado, outras afundam por serem menos importantes. O presente conduz o passado como se este fosse membro de uma orquestra. Ele precisa desses tons somente e de nenhum outro. Assim, o passado parece às vezes curto, às vezes longo; às vezes soa, às vezes cala. Só influenciam no presente aquelas partes do passado que tenham a capacidade de esclarecê-lo ou obscurecê-lo (SVEVO, 2006, *apud* ASMANN, 2011, p. 17).

A memória está, também, intimamente relacionada à construção identitária, dimensões que nunca se descolam. Na dialética perfeita da memória, Candau (2011) reflete que memória e identidade “se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento” (p. 16). Para o autor, identidade, memória e patrimônio sustentam a tríade que constrói a consciência contemporânea, sendo o patrimônio definido, também, como uma dimensão da memória. Ao restituir uma memória desaparecida, fortalecê-la, analisá-la, estamos, também, restituindo a identidade de um sujeito: “A memória é, de fato, uma força de identidade” (p. 17). O autor se apoia nas teorias relativas à memória individual e coletiva, propostas por Halbwachs (1968), reforçando a associação direta entre constituição identitária e construção memorial, evidenciando que as tantas subjetividades que formam nossa identidade, fortalecem a memória e nos voltam a um sentido de quem somos. Para isso, Candau exemplifica que o autor judaico, em seu prefácio na obra *Les cadres sociaux de la mémoire*, ensaia sobre o mito de uma jovem esquimó do século XVIII que, sem relação com quadros coletivos de memória, não desenvolvia uma constituição identitária ao grupo social que pertencia, sem se lembrar que, de fato, era esquimó. Essa dificuldade de relacionar as identidades subjetivas às identidades coletivas, por isso mesmo, não projetava nenhuma identidade social ou

coletiva. Assim, não sendo possível uma construção identitária sem memória, ou uma busca memorial descolada de um sentido de identidade:

As identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “traços culturais” – vinculações primordiais –, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sócio situacionais – situações, contexto, circunstâncias –, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas. (CANDAUI, 2011, p. 27).

Halbwachs (1968) complementa o entendimento da relação direta entre memória e identidade ao ensaiar que a memória deve ser compreendida, principalmente, como um fenômeno social, sendo impossível, portanto, dissociar as construções memoriais socialmente construídas. A memória apresenta contribuições das subjetividades e vivências de cada sujeito, além de ações diretas do contexto social. Michael Pollak (1992) lança luz sobre as relações entre memória e identidade social, entretanto, o autor ressalta que, apesar das flutuações e constantes mudanças ao longo da vida de um sujeito, na abordagem de histórias de vida, existem certos pontos que são fixos, como se houvesse ocorrido um movimento de solidificação de uma memória, principalmente se esta for do âmbito coletivo. Portanto, Pollak exprime que é essencial entender quais são os elementos constitutivos de uma memória, seja individual ou coletiva, para, a partir deste ponto, desenrolar análises acerca das subjetividades e inferências incomuns. Para o autor, a tríade que sustenta a memória são os acontecimentos vividos pelo sujeito, posteriormente, as pessoas que, de forma breve ou intensa, conviveram com o sujeito e, por fim, os lugares, muitas vezes, intimamente ligados a uma lembrança específica.

Deste modo, Pollak reflete que os acontecimentos são subclassificados em acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos por tabela (neste caso, os fatos vividos por um grupo ou coletividade do qual o sujeito se sente pertencente). Aqui, proponho destaque para a classificação dos acontecimentos vividos pelo coletivo, na qual Pollak afirma existir uma memória quase herdada, acionada quando um acontecimento histórico projeta marcas tão profundas no social, promovendo um certo tipo de afeto no qual ocorre uma forte identificação, e que “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”. (p. 201). Pensando no âmbito do acontecimento traumático, lançamos luz sobre o rompimento da barragem de Fundão, que será desenvolvido nos capítulos posteriores.

Seguindo pelos elementos que constroem a memória individual e coletiva, as pessoas que participaram da vida dos sujeitos, de forma breve e/ou intensa, também são elementos constitutivos da memória individual e coletiva, como explica Pollak. No caso do subdistrito de Bento Rodrigues, assim como em Paracatu de Baixo, as sociabilidades eram relações essenciais para o correr da vida na localidade: com cerca de 600 famílias, Bento era uma típica localidade do interior de Minas Gerais, onde amigos e familiares viviam próximos uns dos outros, em ruas facilmente percorridas a pé, em poucos minutos. As relações construídas ao longo das gerações, nas quais os filhos de vizinhos e parentes crescem juntos, fortalecem os laços dos sujeitos com a localidade e, ao mesmo tempo, promovem entendimento das identidades individuais construídas por meio das memórias vividas em coletivo. Com base nos três elementos que caracterizam a memória, Pollak reflete que, pensando na construção da identidade, existem outros três fatores importantes: a unidade física, proposta por um sentimento de que existem fronteiras físicas, seja o corpo do próprio sujeito ou fronteiras que determinam os limites de um grupo; a continuidade do tempo, no sentido moral e psicológico; e o sentimento de coerência, que possibilita a formação do indivíduo em si mesmo. A partir de tais entendimentos, Pollak defende que, se existir algum acontecimento que provoque ruptura da compreensão de unidade, aí, abalos na construção identitária e, conseqüentemente, memorial poderá ser identificados, com manifestações de fenômenos patológicos:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Quando nos propomos em pensar a dimensão da memória traumática, é essencial entender que as formas com que o acontecimento afeta o cotidiano de um sujeito é intimamente particular, o que significa que um mesmo acontecimento traumático pode ser vivido de maneiras distintas por cada sobrevivente do rompimento de Fundão. De fato, um acontecimento traumático tem definições singulares, de acordo com as vivências de cada sujeito, contextos históricos e sociais, incidindo de formas distintas, ainda que um mesmo coletivo tenha experienciado uma idêntica situação traumática. Claudia Gregio (2005) afirma que o trauma exige, do sobrevivente, um árduo trabalho de elaboração psíquica, ao mesmo tempo em que é necessária uma elevada capacidade adaptativa para suportar os dias seguintes ao acontecimento. A psicóloga aponta que o evento traumático de qualquer ordem, seja oriundo de situações de violência, desastres ambientais,

terrorismo ou acidentes, acarreta disfunções nos sistemas neurológico, imunológico e endocrinológico. Com tamanho impacto no organismo do indivíduo, e sabendo que a saúde física não está descolada da saúde mental, quadros psíquicos podem começar a ser notados naquele que sobreviveu a um evento traumático, e que exige as habilidades de adaptação, elaboração e ressignificação do fato: “O evento traumático quebra as crenças anteriores, atingindo diretamente os mitos de controlabilidade, invulnerabilidade e imortalidade. As concepções que o indivíduo tinha de si, dos outros e do mundo têm que ser revistas e atualizadas à nova realidade objetiva” (id. *ibid.*, p.3). Gregio apresenta que, a partir da sobrevivência, dá-se, também, a necessidade de reconstruir o mundo presumido (PARKES, 1998 *apud* GREGIO, 2005). A autora (2005) alça mão do conceito de “mundo presumido”, elaborado por Parkes (1998), para aprofundar a questão da dimensão traumática no subjetivo do indivíduo. Para o teórico, o mundo presumido pode ser definido como a única dimensão que, de fato, o ser humano conhece: é nele que estão presentes as compreensões sobre o tempo passado, as projeções para o futuro e preconceitos. Esses conhecimentos são forçados a passar por alterações, quando acontece alguma mudança profunda na vida do sujeito como, neste caso específico, a sobrevivência a um evento traumático: “Assim sendo, trabalhar com pessoas enlutadas requer a clareza de identificar em que aspectos o mundo presumido mudou, com o que a pessoa pode contar para efetivar essa mudança e construir para si um novo significado” (GREGIO, 2005, p. 57).

Em complementação, Maria Helena Franco (2012) endossa que as situações de luto são variadas, sendo referentes a uma grave perda, seja de um familiar ou de toda a vida, como no caso dos sobreviventes ao rompimento de Fundão: “Ser vitimado por um desastre e, como consequência, enlutar-se, coloca em questão muitas crenças básicas, necessárias para garantir a segurança da pessoa, como a estabilidade do mundo, a regularidade da resposta das pessoas” (FRANCO, 2021, p. 57). Para exemplificar, Gregio (2005) debruçou-se sobre a realidade de uma comunidade profundamente afetada por um acidente de ônibus, no qual houve vítimas fatais e sobreviventes. Quem sobreviveu ao acidente rodoviário vivia o alívio da sobrevivência e, ao mesmo tempo, o luto pela perda de um ente querido. A autora afirma que, nestas situações, os sujeitos são forçados a atravessar uma experiência de transição psicossocial, a partir da ruptura do mundo presumido e, ao mesmo tempo, às demandas constantes de resposta à vida cotidiana que não pára em solidariedade ao luto e/ou ao trauma.

Quando pensamos em memória, trauma e o rompimento da barragem de Fundão, também refletimos sobre a transformação de Bento Rodrigues em um local traumático. O subdistrito, principalmente, por ter sido destruído pela gravidade do rompimento, mas também as tantas outras localidades foram profundamente atravessadas pela lama de rejeitos e se transformaram, cada um em seu nível, em locais traumáticos. Para Aleida Asmann (2011), os locais memorativos são aqueles em que aconteceram atos admiráveis ou até em que houve sofrimento, mas a dor assumiu um caráter exemplar, construindo uma memória mítica e contribuindo para as memórias social e nacional. Os locais traumáticos se diferenciam dos memorativos ao se fecharem a uma formação afirmativa de sentido. Não que as memórias religiosa e nacional não tenham sido estabelecidas a partir de sofrimentos, lutas e mortes, mas as lembranças não são traumáticas ao não apresentarem uma conotação normativa. Por outro lado, “o local traumático preserva a virulência de um acontecimento que permanece, como um passado que não se esvai, que não logra guardar distância” (p. 350). A definição dada por Jonathan Weber (1992) do que significa a palavra Auschwitz, no sentido de um local de memória, e apresentada por Asmann, faz com que imaginemos uma definição aproximada do que se tornou Bento Rodrigues com a passagem da lama da Samarco. Há um significado linguístico evidente para ambos os locais, cada qual com seus referenciais históricos assombrosos, mas o significado do local ainda é vago – seja o significado de Auschwitz ao ser utilizado como ambiente para tortura, humilhações e assassinatos; seja Bento Rodrigues, que antes era uma típica localidade do interior de Minas Gerais, com passagem do tempo em ritmo lento, criações de animais, produções de leite, frutas, verduras. Há uma multidimensionalidade que envolve os locais traumáticos, aqui utilizamos como exemplo a cidade polonesa e o subdistrito mineiro, mas poderiam ser outros locais palco de acontecimentos traumáticos; e apresentam significados distintos para quem vivenciou as localidades, ou para quem estava distante dos acontecimentos (temporal e/ou geograficamente):

Não é um museu, mesmo que no primeiro momento pareça ser; não é um cemitério, mesmo que apresente requisitos substanciais para sê-lo; não é um local turístico, mesmo que com frequência seja tomado por um turbilhão de visitantes. Ele é tudo isso em uma coisa só [...] Não temos em nosso idioma uma categoria com a qual possamos expressar que tipo de local é Auschwitz (WEBBER, 1992 *apud* ASMANN, 2011, p. 350).

Bento Rodrigues, principalmente, mas também Camargos, Paracatu de Baixo, Ponte do Gama, Pedras, Águas Claras, Cláudio Manoel, Barra Longa, Gesteira, Aracruz, Linhares, São

Mateus, Conceição da Barra, Colatina e Baixo Guandu, e tantas outras localidades, se transformaram, de algum modo, em locais traumáticos. O trauma pode estar na expulsão das casas e da localidade em que se nasceu, no ter sido espectador da dimensão da destruição da lama, na perda da fonte de renda, na contaminação das águas, solo e ar da localidade em que vivem.

2.1. A memória das catástrofes como recurso identitário

*Quantas toneladas exportamos
de ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
sem berro?*

“Lira Itabirana” (1984), de Carlos Drummond de Andrade

Joel Candau (2011) nos apresenta a noção de que a constituição da memória acontece, necessariamente, junto à constituição identitária. O teórico esclarece que a constituição de ambas as instituições acontece de forma distinta, o que incide na forma de como agem na subjetividade dos sujeitos, entretanto, memória e identidade se complementam, sendo difícil determinar a preeminência de uma sobre a outra, quando buscamos entender o universo dos sujeitos em sociedade. A identidade se constitui como uma representação, que é, constantemente, construída e moldada de acordo com experiências diversas, contextos sociohistóricos, acontecimentos vividos, relacionamentos interpessoais. A memória, por outro lado, está conosco desde o nascimento, sendo ambas instituições que se entrecruzam de forma indissociável e “se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução” (CANDAU, 2011, p. 19). O teórico afirma que não é possível estabelecer uma busca identitária sem recorrer à compreensão dos registros memoriais, bem como não há como debruçar-se sobre manifestações e construções identitárias, sem levar em consideração as incidências da memória nos sujeitos, nos quais “a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (p. 19).

Assim, partimos da compreensão do acontecimento traumático do rompimento da barragem de Fundão como um episódio catalisador de afetos, no qual, a partir da sobrevivência ao evento, a ação do trauma, da memória e da memória traumática acontecem de forma a determinar novas construções identitárias nos sujeitos atingidos pela lama de rejeitos tóxicos. A partir do dia

cinco de novembro de 2015, as mulheres de Bento Rodrigues, abordadas como foco nesta pesquisa, administram todo o corpus que constitui a vida cotidiana sem conseguir descolar o evento traumático da dinâmica dos dias que se seguiram. “Se a memória é ‘geradora’ de identidade, no sentido que participa de sua construção, essa identidade, por outro lado, molda predisposições que vão levar os indivíduos a ‘incorporar’ certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais” (p. 19). Ao mesmo tempo em que o acontecimento traumático tem potência suficiente para determinar a constituição identitária dos atingidos, a partir do dia cinco de novembro de 2015, entendemos que o rompimento de Fundão não deve ser um acontecimento capaz de reduzir os sobreviventes ao estigma de atingidos: como os mesmos relatam em entrevistas para o Jornal *A Sirene*³, as existências dos moradores de Bento Rodrigues e das demais localidades afetadas pela lama, não se limitam ao evento traumático. As queixas dos sobreviventes ao rompimento são direcionadas, principalmente, à abordagem de grande mídia tradicional, como exemplificado na 20ª edição⁴ do jornal *A Sirene*, na matéria “Recados para a mídia”, no testemunho de Simone Silva:

Eu gostaria que a mídia me perguntasse sobre a minha realidade e a de outros atingidos também, e não acrescentasse falas que não são nossas. A Rede Globo, por exemplo, dia desses veio e filmou na minha casa, mas não colocou as reclamações da Fundação Renova/Samarco que eu relatei. Depois da tragédia, o contexto da minha vida mudou totalmente, o crime não acabou no dia 5. Ainda tem muita coisa a ser dita (JORNAL A SIRENE, 2017, p. 2).

Entretanto, como uma linha tênue, é importante compreender que o evento traumático causou mudanças profundas em nível subjetivo e, por este motivo, que, até os dias de hoje, continua se manifestando no cotidiano dos sobreviventes. O rompimento de Fundão deve ser interpretado como um acontecimento capaz de definir a dinâmica dos dias, relações interpessoais e como os próprios sobreviventes lidam com si próprios. Aqui, buscamos ensaiar como a memória de um acontecimento traumático apresenta potência suficiente para se posicionar como uma ferramenta identitária.

3 O periódico foi criado três meses após o rompimento da barragem de Fundão, para ser um canal de comunicação oficial dos atingidos. Produzido pelo e para os atingidos pela barragem, o jornal circula, de graça, nas localidades afetadas pela lama. É possível acessar todas as edições online, além de conteúdos adicionais, no site do jornal: <http://jornalasirene.com.br/>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

4 A edição do jornal *A Sirene* está no link: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

Na discussão da memória das tragédias como recurso identitário, Candau (2011) reflete que esta memória é classificada como um tipo de rememoração que contribui para a formação do campo memorável, sendo uma interpretação de acontecimentos traumáticos e, ao mesmo tempo, classificada como uma memória particularmente forte, sendo uma “memória dos sofrimentos e memória dolorosa, memória do infortúnio que é sempre a ocasião para se colocarem as verdadeiras perguntas” (p. 151). Exatamente por ser um tipo de memória dolorosa, esse tipo de rememoração tem força o suficiente para produzir traços que serão perpetuados por aqueles que sobreviveram a um acontecimento traumático, ou cujos parentes ou amigos tenham sobrevivido, o que modifica profundamente, de acordo com Candau, a constituição de personalidades e identidades. Quando grupos ou sociedades sobrevivem a acontecimentos traumáticos, há o estabelecimento de um tipo de identidade historicizada, construída e apoiada sobre a memória das tragédias coletivas. Para ilustrar a profundidade das marcas dos acontecimentos na constituição identitária e em um tipo de construção de memória em especial, o autor se apoia em Paul Ricoeur, que aponta Auschwitz como “um acontecimento fundador negativo”. Para Ricoeur, de acordo com Candau, a passagem pelos horrores dos campos de concentração e a sobrevivência ao regime nazista resultou, nos sobreviventes, a herança de um tipo de memória que é, ao mesmo tempo, destrutiva e fundadora. Essa memória fortifica um tipo de referencial identitário necessário aos sobreviventes, sendo que, desta forma, é na lembrança dos campos de concentração, que se joga sua identidade, estruturada em torno de uma memória que insiste em permanecer viva. “O que nos une como judeus, observa Alain Finkielkraut, é a recusa ao esquecimento que, ao mesmo tempo, para alguns é a recusa da assimilação.”(2011, p. 153). A recusa à assimilação se apoia no teor de irrealidade, pensado em subcapítulo mais à frente, que transporta os sobreviventes, no presente, a um simbolismo do inacreditável, fazendo-os crer que o vivido, diante da magnitude do trauma, não aconteceu, de fato.

Eventos como o dos campos de concentração ou, no caso desta pesquisa, a sobrevivência a um rompimento de barragem, implica um dever de memória (RICOEUR, 2003), no qual rememorar passa a ser um direito para quem vivenciou certo evento traumático. Ao mesmo tempo, os sobreviventes podem se ver confrontados com a dificuldade de transmitir a dimensão do acontecimento o que, muitas vezes, não pode ser dito nem entendido como tal. “Este obstáculo, por vezes insuperável de um horror indizível, que se crê dever pelo menos transmitir pode causar perturbações profundas na identidade pessoal” (2011, p. 154). Candau aponta, neste momento, se apoiando no testemunho de Magda Hollander-Lafon, sobrevivente de um campo de concentração,

que a negação de um tipo de memória pode conduzir à perda de identidade, em um movimento de contradição, bastante trágico, entre a amnésia que permite a sobrevivência, mas que enfraquece o sentimento de identidade; e a memória, que, insistindo em retornar, devora a vida do sobrevivente, permitindo recuperar os laços entre o que é e o que foi.

Michael Pollak (1992) afirma que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído particular e socialmente. Quando pensamos em um tipo de memória herdada, podendo ser, neste caso, de uma memória traumática, há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade – sendo a identidade entendida como o que nos fornece sentidos de nós mesmos. O autor aponta que, dentro do processo de construção identitária, existem três elementos essenciais: o primeiro é uma unidade física, ou seja, o sentimento em nós de que existem fronteiras físicas que delimitam nossas identidades, seja o nosso próprio corpo, no caso individual, e fronteiras de pertencimento a um grupo, no caso coletivo; o segundo é o sentimento de continuidade dentro do tempo; e o terceiro é o sentimento de coerência, de que os diferentes elementos que nos constituem são, efetivamente, unificados. Dando especial atenção ao último sentimento, de coerência, Pollak afirma que, se aconteceu um acontecimento de forte ruptura, podemos observar fenômenos patológicos, que incidem nas subjetividades de quem sobreviveu ao acontecimento, que estremeceu o sentimento de unidade ou de continuidade. O pensamento de Hall (2003) complementa a reflexão, em que a identidade age como um elemento que sutura o indivíduo em si mesmo, sendo que os momentos de choque ou de ruptura no equilíbrio de si provocam as reflexões sobre o lugar dos indivíduos no mundo social:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Candau (2011) apoia-se em exemplos de eventos extremos para refletir sobre a construção identitária pós acontecimento traumático. O teórico alça mão do exemplo dos filhos de deportados da Segunda Guerra Mundial, para pensar no peso exercido pela memória das tragédias sobre as identidades dos sujeitos, que vivenciaram os campos de concentração nazistas. O autor explica que os filhos dos deportados possuem uma memória do horror e, quem é descendente dos carrascos, apresenta um tipo de memória envenenada. Os filhos dos sobreviventes precisam se esforçar para recolher fragmentos de suas histórias familiares, reconstruindo uma memória que permitirá, talvez,

libertar-se de um sentimento de culpa: “culpados de ‘não estar à altura dos que desapareceram e foram idealizados, culpados de não ser felizes, culpados de, por vezes, esquecer a tragédia” (2011, p. 155).

2.1.1. A tradução do indizível

Para iniciar a discussão deste subcapítulo, nos apoiamos em um estudo realizado por Michael Pollak, publicado em 2010, em que o teórico se dedica a refletir sobre os obstáculos encontrados em entrevistas que abordam testemunhos fruto de uma memória traumática. O historiador realizou uma série de encontros com mulheres sobreviventes dos campos de concentração nazista Auschwitz-Birkenau. O testemunho de uma das entrevistadas, identificada como Ruth A., é o ponto central do artigo, e chama atenção ao lançar luz à maneira equivocada de como o silêncio (ou, a dificuldade de verbalizar) pode ser confundido com o esquecimento. No estudo, Pollak expõe os obstáculos identificados ao longo dos encontros com Ruth, além de promover discussões acerca da articulação entre memória e esquecimento. As entrevistas demonstraram ao historiador (e a nós, leitores) que testemunhos e memórias devem, sempre, ser relacionados aos locais em que foram produzidos, e os relatos de vida devem ser entendidos como narrativas de reconstruções identitárias, não apenas como relatos factuais. Pollak reflete que, frente à lembrança de quem sobreviveu durante os anos do regime nazista, o silêncio, de certa forma, se impõe tanto a quem deseja narrar a história dos sobreviventes, quanto para quem é o guardião das lembranças. A dificuldade principal, identificada nas entrevistas, está no universo do indizível, no “evocar um passado que permanece difícil de comunicar, de fazer compreender, de transmitir a todo estranho ao grupo atingido” (2010, p. 10).

Os encontros entre o historiador e a entrevistada aconteceram no próprio apartamento de Ruth, e foram entendidos como momentos preciosos para construção de uma relação de confiança entre o pesquisador e a fonte. Para o primeiro dia de reunião entre Pollak e Ruth, é dado especial destaque: “(...) como em outros casos, esse primeiro encontro confirma que o sucesso nessa empresa dependia de que o entrevistado escolhesse seu entrevistador, assim como o inverso” (p.10). Apesar do cuidado do pesquisador na construção da relação com a entrevistada, antes do segundo encontro, Ruth solicitou uma pausa para refletir, suspendendo o contato com Pollak. A sobrevivente temia, ao narrar sua história de vida que, invariavelmente, acessaria momentos

vivididos no campo de concentração, reabrindo feridas de um tempo “ultrapassado”. Pollak explica que o ponto chave para o pedido de reflexão da entrevistada foi a conversa que ocorreu entre Ruth e uma amiga, que pediu à ela para que não expusesse detalhes de sua vida, já que tamanha revelação, para um estranho, mesmo com o intuito de produção científica, poderia infligir sua vida privada. A própria amiga de Ruth apresentou a Michael Pollak suas ressalvas com relação a “jornalistas e pesquisadores que passeiam com um gravador e expropriam as vítimas de seu sofrimento para se enriquecerem com sua publicação” (p.11). Neste ponto, é possível deslizar a reflexão suscitada pela amiga de Ruth para pensar a respeito das abordagens do jornalismo e, também, de nós, enquanto pesquisadores, quando nos propomos a abordar histórias de vida para a realização de uma produção jornalística ou trabalho de pesquisa, em um movimento necessário de crítica à dinâmica das relações que firmamos (ou deixamos de firmar) com fontes de pesquisa e personagens de matérias jornalísticas.

Para Cremilda Medina (2003), o narrar, nas narrativas jornalísticas contemporâneas, busca acrescentar sentidos mais sutis à arte de tecer o presente. Para a autora, a narrativa deve ser entendida como uma das possibilidades de respostas humanas para o caos social. A partir da produção de sentidos, proporcionada pela narrativa, pelo narrar do mundo “a inteligência humana organiza o caos em um cosmos (...) Sem essa produção cultural – a narrativa – o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida. Mais do que talento de alguns, poder narrar é uma necessidade vital” (p. 48). Assim, Medina articula conceitos importantes da prática jornalística com o ato de narrar, entendida, por ela, como uma arte. Ao assumir a responsabilidade de narrar, o profissional assume, também, um ser humano com personalidade. Ao firmar o compromisso narrativo de retratar a história social da atualidade, o jornalista se compromete, também, a articular histórias fragmentadas. A produção simbólica aflora o inconsciente do próprio jornalista, o inconsciente de quem testemunha e o inconsciente dos contemporâneos. Dito desta forma, o narrar, principalmente o narrar relacionado a um acontecimento traumático, parece ser simples; mas não é. A tecitura dos sentidos faz parte de um contexto contemporâneo e democrático e se refere a uma reconstrução de histórias de vidas, coletas de testemunhos, escutas de dores e traumas em um cenário de ampla variedade cultural “que se assinam nas múltiplas oraturas e cruzar as carências sociais com o gesto generoso dos pesquisadores e dos artesãos de um outro futuro despertam uma sensibilidade altamente complexa e de fina sintonia com o presente” (p.53). O imaginário dos afetos abriga as produções de sentido

proporcionadas pela narrativa, em um movimento contrário ao analfabetismo afetivo contemporâneo (RESTREPO, 1998). Luís Carlos Restrepo sustenta a necessidade de produções mais humanas e que abraçam o universo das subjetividades, direcionando uma crítica pontual à sociedade contemporânea:

Os cidadãos ocidentais sofrem uma terrível deformação, um terrível empobrecimento histórico que nos levou a um nível nunca conhecido de analfabetismo afetivo. Sabemos somar, multiplicar e dividir; mas não sabemos nada de nossa vida emocional, continuamos a exibir um grande constrangimento em nossos relacionamentos com os outros, um campo em que qualquer uma das culturas chamadas exóticas ou primitivas nos ultrapassa de longe (RESTREPO, 1995, p. 72).

Pierre Bourdieu (1997) problematiza a busca incessante de pesquisadores e pesquisadoras pela “situação ideal de comunicação”. Para o sociólogo, o interrogar, o entrar em contato com as subjetividades do outro em busca de pontuações para determinada pesquisa, é o que há de mais natural e realista ao explorarmos a situação da comunicação. Os questionamentos práticos e teóricos são inseparáveis, além de serem resultados da interação entre pesquisador (a) e sujeito estudado (1997). Ainda assim, é urgente, ao entrarmos em contato com as subjetividades do outro, estarmos alertas ao engessamento resultante da busca pelo ideal de padronização dos procedimentos de pesquisa. Para o teórico, o fato de entrar em contato com o universo em que o pesquisado está inserido, indo em busca de suas significações e subjetividades, é uma troca de existências, “uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que podem afetar) sobre os resultados obtidos” (p. 694). A situação da entrevista, em que o pesquisador se posta a conhecer o objeto estudado, sempre exerce alguma forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas. É neste ponto que se encaixa a importância de adentrar no universo do outro, estabelecer familiaridade e o mínimo de proximidade social, ir em busca de uma comunicação não violenta, compreender o que pode ser perguntado e o que não pode, medir a amplitude e a natureza da distância entre o objetivo e a pesquisa, de fato (1997):

É o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na

hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural (BOURDIEU, 1997, p. 695).

Com o intuito de reduzir ao máximo as violências simbólicas inerentes às situações de entrevistas com as personagens objeto de pesquisa, o exercício da escuta se faz urgente. Bourdieu descreve como uma escuta “ativa e metódica, afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário” (p. 695). Eliane Brum⁵ investe na escuta sensível em suas produções de imersão na busca de histórias de vida. Para Brum, há um “pacto de confiança” no momento em que a fonte divide fragmentos de histórias e de memórias com a figura do jornalista. A escuta é o grande instrumento da reportagem:

Às vezes me perguntam como arranco as coisas das pessoas, eu não arranco nada. Para mim, arrancar é o contrário do que um repórter deve fazer. As pessoas me contam ou não me contam. Para o tipo de reportagens que faço, em geral, bato na porta das pessoas e, sempre que possível, não faço a primeira pergunta. Acho que a primeira pergunta fala mais de mim do que das pessoas, fala mais do que quero saber, e talvez não do que elas iriam me contar. A primeira pergunta é também uma forma de controle, e ser repórter é perder o controle em um certo momento, para poder alcançar o outro. Então, sempre que posso, eu digo apenas “me conta”. É muito surpreendente por onde as pessoas começam a contar uma história (BRUM, 2017).

Retomando o estudo desenvolvido por Pollak (2010) junto à Ruth A., o historiador pontua que a ocasião foi essencial para promover reflexão a respeito do trabalho que se propunha a desenvolver, em um movimento de autocrítica: “Esses obstáculos à entrevista me obrigaram igualmente a explicitar minhas próprias intenções de pesquisa. As discussões que resultavam desta explicação deviam revelar o senso que tinha, no contexto preciso da oposição a esta pesquisa, o termo ‘domínio privado’” (2010, p. 11). Ao se mostrar aberto a escutar os receios da entrevistada, o historiador compreendeu que, diante da dimensão do trauma e da fragilidade da sobrevivência, “Ruth tinha organizado toda sua vida social em torno da possibilidade de não poder falar de sua experiência em campo de concentração, mas de experimentar um sentimento de segurança, sendo compreendida sem ter que falar disso” (2010, p. 11). Após o pedido de reflexão da entrevistada, Ruth aceitou contribuir com a pesquisa do historiador, porém, constantemente, o desenrolar das

5 Jornalista e documentarista, Eliane Brum concedeu entrevista, em junho de 2017, para a Revista E Sesc sobre o fazer jornalístico e sua trajetória na profissão. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=117&v=JhjWc7UTTa0. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

entrevistas se dava em função dos julgamentos da utilidade da pesquisa. Pollak reforça que, ao abordarmos histórias de vida, do ponto de vista sociológico, não estamos pesquisando “apenas” as vivências do entrevistado em questão. Estão em jogo, sob análise do(a) pesquisador (a), as constantes sociais que nos dão informações suficientes sobre um determinado grupo:

Ora, o que une antes de tudo os sobreviventes de um campo de concentração é a experiência de uma perseguição extrema em um dado período de sua vida. Essa mesma lembrança é um dos cimentos mais fortes da comunidade judia berlinense e alemã atual. Disso resulta o reconhecimento da necessidade da coesão do grupo contra toda agressão potencial (POLLAK, 2010, p. 12).

Ao mesmo tempo em que é urgente a coesão do grupo contra agressões, apagamentos, silenciamentos e esquecimentos na história social, Pollak endossa que não é possível esconder as subjetividades e as particularidades de representações, mesmo em um contexto de compartilhamento de memórias, vivências, dores e lutas: “assim, toda entrevista 'individual' põe em jogo, indiretamente, uma multitude de definições do grupo e de ligações com o passado” (p. 12). Ainda em conversa com Pollak, a amiga de Ruth acrescenta que, principalmente quando o jornalista ou pesquisador(a) se propõe a abordar minorias, certos pontos das histórias de vida só podem ser compreendidos por quem viveu a situação em questão. De fato, está aí outra situação em que, por mais esforços que o profissional do jornalismo ou pesquisador(a) realizem para retratar um evento, dores e lutas de quem sobreviveu a um acontecimento traumático, palavras utilizadas e outros recursos narrativos (como o audiovisual ou a fotografia), parecem não dar conta de abraçar as camadas de complexidade que envolvem o fato, como Susan Sontag (2003), exprime: “Toda memória é individual, irreproduzível – morre com a pessoa” (p. 73). Ao abordar um acontecimento traumático, palavras, *frames*, ângulos, vídeos, fotografias parecem não bastar quando estamos diante da dor dos outros.

Seligmann-Silva (2008) se apoia em um importante ensaio do psiquiatra e psicanalista Dori Laub (1995) sobre os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto para pensar sobre a dimensão do indizível. Para Laub, a impossibilidade de narrar é fruto de “um evento sem testemunha” (LAUB, 1995 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2008). O próprio psiquiatra é sobrevivente da *Shoah* e dedicou grande parte de suas obras à incapacidade de testemunhar, refletindo que o indizível se estrutura na dificuldade do próprio sujeito sobrevivente em ter condições suficientes para se afastar do acontecimento, que gerou marcas tão dilacerantes, que impede a construção de um testemunho

lúcido e íntegro. Primo Levi (1990) complementa as reflexões sobre a dimensão do indizível indo um pouco mais além: ao apresentar a proposição de que os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto e, conseqüentemente, a escrita da história deste evento foi feita de forma limitante, na qual “a história do Lager foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam o seu fundo. Quem o fez, não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão” (1990, p. 5). Neste subcapítulo, voltamos a nos apoiar nas reflexões de Levi para retomar o sentimento apresentado pelo teórico de não se sentir digno por ter sobrevivido, diante da magnitude do regime nazista, discutido em sessão anterior, uma vez que entendemos ser cara para as reflexões da dimensão do indizível a compreensão deste outro lado do testemunho de acontecimentos traumáticos. Ao refletir sobre a narração do inenarrável, em um estudo sobre os testemunhos de catástrofes históricas, Seligmann-Silva (2008) relaciona a dimensão do indizível ao teor de irrealidade em relação à passagem do tempo, ao citar uma passagem de Primo Levi em “É isto um homem” (1947): “Parecia impossível que existisse realmente um mundo e um tempo, a não ser nosso mundo de lama e nosso tempo estéril e estagnado, para o qual já não conseguíamos imaginar um fim” (LEVI *apud* SELIGMANN-SILVA, p. 68).

Em vista das proposições de Primo Levi, Seligmann-Silva desenvolve a noção de que a realidade dos campos de concentração se assemelhava a estar dentro de uma cripta, na qual as paredes o testemunho não consegue quebrar. O teor de irrealidade, sentido ainda na vivência de um acontecimento traumático, é deslocado para o tempo presente, na ação de testemunhar. Sendo o trauma a memória de um passado que insiste em não passar (SELIGMANN-SILVA, 2008), os sobreviventes do rompimento da barragem de Fundão vivem, hoje em dia, a sensação de um presente em suspensão, no qual a quebra temporal, após o cinco de novembro de 2015, faz com que, na situação testemunhal, o tempo passado seja, sempre, o tempo presente. A sensação de um presente em suspensão se relaciona, diretamente, com uma suspensão da vida emocional, ancorada na perda do sentimento de continuidade da vida cotidiana. O trauma, então, de forma muito concreta, se apresenta como ruptura fortemente presente nas subjetividades dos indivíduos, entretanto, a mesma palpabilidade não se dá em sua representação. O verbalizar parece não envolver formas suficientes para representar um acontecimento traumático, bem como suas reverberações nos dias que se seguiram ao evento, como se a parte fundadora do trauma escapasse a toda subjetivação. O teor de irrealidade é evocado por Primo Levi (1990) ao dizer que não tem

total certeza se os dias vividos no campo de concentração foram, realmente, reais: “Hoje – neste hoje verdadeiro, enquanto estou sentado frente a uma mesa, escrevendo – hoje eu mesmo não estou certo de que esses fatos tenham realmente acontecido” (LEVI, 1990, p. 105).

O teor de irrealidade e a sensação de um presente em suspensão, relacionados ao trauma como uma memória de um passado que não é superado, se relacionam com a definição de angústia, conceito freudiano, desenvolvido por Lacan (1956). Sandra Leticia Berta (2015), psicanalista e doutora em Psicologia Clínica, explica que o conceito de angústia começou a ser desenvolvido por Freud a partir de 1926, indicando um sentimento de desamparo – podendo ser um desamparo material ou um desamparo psíquico. “O desamparo é o nódulo da situação perigosa definido como perturbação econômica que provoca o autômato da angústia” (2015, p. 97). A psicanalista reflete que Lacan (1956) desenvolveu uma outra extensão para a angústia, que abraça o momento em que o indivíduo se vê em posição de questionamento de sua própria existência, sem a possibilidade de reconhecimento de si em um passado e, muito menos, de projetar a si mesmo em um futuro, em uma nítida experiência de suspensão de si próprio em qualquer temporalidade (presente, passado, futuro): “Portanto, a angústia é correlata do momento (temporalidade) em que 'o sujeito' está suspenso entre um tempo em que ele não sabe mais onde está, em direção a um tempo em que ele será alguma coisa na qual jamais se poderá reencontrar” (LACAN, 1956 *apud* BERTA, 2015, p. 97). Svetlana Aleksievitch (2015) desenvolve a ideia do acidente nuclear em Chernobyl⁶ como uma catástrofe do tempo e, principalmente, como uma catástrofe cósmica. No acontecimento em questão, a jornalista reflete que coincidiram dois tipos de desastres: o primeiro trata do âmbito social, no qual a população se importa, diretamente, com questões práticas da vida cotidiana, “o que comprar, aonde ir? No que acreditar? Levantar-se novamente sob que bandeira? Ou será preciso aprender a viver para si, viver a sua vida?” (p. 49). A segunda catástrofe é do âmbito cósmico, do desconhecido, no qual os sobreviventes não sabem como agir e o que fazer, no qual todos experimentam de forma bastante subjetiva. A cosmologia se dá pela manifestação única em

⁶ Nos dias 25 e 26 de abril de 1986, o reator nuclear nº4 da Usina Nuclear de Chernobyl, ao norte da Ucrânia Soviética, sofreu uma explosão, seguida por um incêndio. Considerado o pior acidente nuclear da história mundial, a explosão aconteceu próximo à cidade de Chernobyl, localidade que, após a Segunda Guerra Mundial, investiu intensamente na produção de energia nuclear. Cerca de 30% das 190 toneladas métricas de urânio foram emitidas na atmosfera, e a fusão do núcleo reator espalhou radiação em um perímetro até a Suécia. A União Soviética evacuou 355 mil pessoas e definiu um raio de 30 quilômetros do reator como a "zona de exclusão". Cientistas estimam que a área ao redor da usina ficará inabitável por até 20 mil anos. O desastre foi um evento chave nos rumos da Guerra Fria e na história da energia nuclear no mundo.

cada sobrevivente. De acordo com vivências, subjetividades, identidades e constituições do ser, cada sobrevivente experimenta a catástrofe de forma pessoal: “Gostaríamos de esquecer Chernobyl, porque diante dele a nossa consciência capitula. É uma catástrofe da consciência. O mundo das nossas representações e valores explodiu” (p. 49). A catástrofe cósmica se aproxima da dimensão do indizível e se assemelha ao experienciado pelos moradores de Bento Rodrigues e dos demais locais atingidos pela lama da Samarco. Os sujeitos foram forçados a passar por uma experiência traumática, nunca antes esperada, que abalou as estruturas identitárias e memoriais de quem sobreviveu à destruição após a passagem da lama de rejeitos. Diretamente relacionado com a dimensão temporal, o indizível, presente na catástrofe cósmica de Chernobyl e de Bento Rodrigues, proporciona ao grupo social uma nova noção de espaço-tempo. O espaço de Chernobyl está em ruínas e vive, desde 1986, sob a ameaça silenciosa e invisível de ondas radioativas. A cidade ao norte da Ucrânia vive há décadas uma ameaça fantasma, na qual os espaços públicos e de sociabilidade foram arruinados. Em Bento Rodrigues, 82% das casas e construções do subdistrito foram destruídas pela lama da mineradora Samarco. Os moradores, há mais de quatro anos, estão proibidos de voltar para suas próprias casas e são forçados a habitar a cidade de Mariana, ainda de forma temporária. Distantes da localidade em que nasceram, estudavam, trabalhavam, criaram laços sociais e memórias, a construção identitária hoje é sempre referencial ao tempo vivido em Bento. Assim como em Chernobyl, experimenta-se uma nova sensação de tempo. Tudo é Chernobyl. Tudo é Bento. "O mesmo ocorre nas nossas relações com o passado, com a ficção científica, com o conhecimento... O passado se faz impotente; a única coisa que se salva no nosso conhecimento é saber que nada sabemos. Está acontecendo uma perestroika, uma reestruturação dos sentimentos (ALEKSIÉVITCH, 2015, p. 49).

O sentimento desenvolvido pelos sobreviventes, a partir da ação do trauma, tem potência suficiente para descolar o teor da realidade, vivido pelos sujeitos, do que é vivenciado pelo restante da sociedade. Nessa questão, Seligmann-Silva (2008) se apoia na psicanalista Hélène Piralian (2000) para refletir a respeito das possibilidades de representação de um evento traumático. Piralian lançou luz sobre o genocídio armênio⁷ e, para a autora, a simbolização de um evento

⁷ Entre os anos de 1915 e 1917, o Império Turco-Otomano assassinou cerca de 1,5 milhão de armênios. Durante os séculos 15 e 16, o Império Otomano foi um dos estados mais fortes do mundo, e englobava parte do Oriente Médio, do Leste Europeu e do norte da África. No fim da Primeira Guerra Mundial, o país se desfez, dando origem à Turquia. Em dezembro de 2019, o governo norte americano reconheceu como genocídio a morte de 1,5 milhão de armênios. A resolução determina que o país deverá lembrar o acontecimento através do reconhecimento e de memórias oficiais.

significa a reconstrução de um espaço simbólico para os sobreviventes. Tal simbolização deve agir de forma a retemporalizar o fato e, conseqüentemente, retemporalizar os demais acontecimentos da vida dos sujeitos – Piralian nos apresenta, portanto, a importância de tridimensionalizar o acontecimento, possibilitando a construção narrativa do trauma:

Ao invés da imagem calcada e decalcada, chata, advinda do choque traumático, a cena simbolizada adquire tridimensionalidade. A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar esta nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida (PIRALIAN, 2010 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

Como apresentado pela psicanalista, a tridimensionalidade, fruto da simbolização do acontecimento traumático, permite que os sobreviventes conquistem uma nova posição na vida social. Entretanto, o acontecimento traumático continuará produzindo marcas nas subjetividades dos sujeitos, restando, sempre, um sentimento de estranhamento do mundo “advindo do fato de ele ter morado como que ‘do outro lado’ do campo simbólico” (SELIGMANN-SILVA, p. 69). É neste movimento de simbolização e construção tridimensional do trauma, e entendendo o estranhamento que sempre estará intimamente ligado aos sobreviventes, que as propostas de narrativas do trauma devem se posicionar. Neste caso, o jornalista ou pesquisador deve enxergar o sobrevivente em toda a sua complexidade: composto de dores e urgências e, também, como um tradutor do acontecimento. A compreensão da dimensão do trauma como a presença, insistente, de um passado traumático no presente; e, também, como um fato psicanalítico prototípico, atrelado, fortemente, ao teor de irrealidade, se mostra como urgente para quem se propõem a narrar o indizível. A retemporalização de um evento traumático é essencial para a reconstrução de um novo simbolismo para a vida do sobrevivente, proporcionando ação para os demais fluxos e dinâmicas da vida. A partir da simbolização, feita a partir de mobilizações, organizações sociais, processos terapêuticos, etc; há o acionamento de uma tridimensionalidade, uma expansão das maneiras de ver, entender, sentir e digerir o trauma. A simbolização, obviamente, não acontecerá de forma integral ou de forma a introjetar, completamente, as subjetividades do sobrevivente. “Na cena do trabalho do trauma nunca podemos contar com uma introjeção absoluta” (p. 69). Mas a

tridimensionalidade pode habitar a narrativa. Ao abordar o genocídio armênio, Piralian (2000) reflete que a escrita, ou a produção de qualquer discurso a respeito do fato, é entendido como “um tentativa de inscrever na textura mesma dos textos aquilo que os genocidas trataram de excluir do campo dos herdeiros” (PIRALIAN, 2000, p. 21, tradução livre). Ou seja, no contexto em que há a intenção de dizimar um povo, como no genocídio de 1,5 milhão de armênios até 1915, no Holocausto, ou no maior crime ambiental do país, se há alguém que assume o risco de matar, a produção narrativa se posiciona, dentro de um espaço simbólico de retemporalização, registrando, produzindo conhecimento, seja em narrativa jornalística ou do universo da pesquisa, auxilia no processo de recordação e na recusa de se esquecer um acontecimento e, principalmente, de se esquecer de quem sofreu, sofreu e sobreviveu a ele. A narrativa é, também, um ato de resistência, proferido por quem deseja narrar e por quem se propõe a ouvir e, posteriormente, registrar em um movimento de diálogo entre passado e futuro – movimentos que se tornam ainda mais potentes e significativos quando a narrativa jornalística parte dos sobreviventes ao rompimento da barragem de Fundão, possibilitando, inclusive, que as narrativas do trauma se comportem como dispositivos de mobilização como abordaremos no quarto capítulo.

2.1.2. Memória traumática e potência mobilizadora

Em complementação às reflexões voltadas para a memória traumática, acreditamos ser de igual importância acrescentar reflexões de como a memória, em certos casos, apresenta uma potência que mobiliza o sujeito para a ação – e, no caso desta pesquisa, a ação em questão é o testemunhar nas páginas do jornal *A Sirene*, que dão corpo às narrativas do trauma presentes no periódico, além do caráter mobilizador da participação em um jornal independente e comunitário. Tal reflexão se mostra pertinente com o avanço desta dissertação e, principalmente, no terceiro capítulo, em que nos debruçamos sobre objeto e corpus de análise. Entretanto, para começarmos a alinhar alguns pensamentos a respeito desta potência mobilizadora, começamos o subcapítulo sobre a potência mobilizadora da memória ainda nesta parte do trabalho. O raciocínio irá se desenvolver apoiado nos escritos de “*Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*”, de Aleida Asmann (2011). A autora propõe caras reflexões sobre os estudos da memória, dedicando a primeira parte do livro para as funções da memória – seção em que nos

apoiamos para pensar a memória como potência mobilizadora, entendimento que serve como ponte para entender as narrativas do trauma, de origem mnemônicas, como dispositivos de mobilização no Jornal *A Sirene*. Para Asmann, as funções da memória se espelham em teorias e discursos diversos que se voltam a esta faculdade. Por isso, é importante pontuar a diferenciação entre os conceitos de “acumular” e “recordar”, que se posicionam na superfície do entendimento da memória e suas funções; assim como é importante a compreensão das instâncias da memória como *ars* (arte) e a memória como *vis* (potência). A partir destas definições, partem duas tradições discursivas: a tradição mnemotécnica retórica, com base em uma organização formal do conhecimento; e a tradição psicológica, fruto da interação da memória com a imaginação e a razão, identifica a memória como uma das três faculdades da alma ou, para muitos, um dos três sentidos internos – entendimento importante para as veredas deste trabalho.

Asmann, ao abordar os aspectos da memória, também se volta às reflexões acerca da origem e ação do trauma na memória. A autora parte do entendimento que os registros memoriais também estão presentes e em ação em nosso corpo, não apenas em nossa mente; ou melhor, presente na totalidade do nosso corpo: “O corpo estabiliza lembranças por meio da habituação, e as fortalece pelo poder da afecção” (p. 25). A afecção é um componente corporal das lembranças e, por isso, apresenta uma qualidade flutuante: pode ser entendida como indício de autenticidade ou como máquina de falsificação. E quando uma memória, também circunscrita em um corpo, é cortada da consciência, como aconteceu no trauma da chegada da lama em territórios atingidos, na expulsão dos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, e na obrigação de lidar com as consequências catastróficas do rompimento de Fundão, estamos falando de um trauma: “Esse trauma é entendido como uma experiência encapsulada corporalmente, que se expressa por sintomas e bloqueia uma lembrança recuperadora” (p. 25).

Este é o ponto que chegamos na consideração da memória como arte e potência. Como arte, Asmann se volta para a abordagem da memória pelos estudos literários, que sempre preferiram o caminho da mnemotécnica romana – aqui, é importante abrir um parêntese. Cícero (43 a.C), introduziu os romanos às principais escolas da filosofia grega, criou um vocabulário filosófico latino e sua influência na língua latina foi tão exponencial que se acredita que a história subsequente da prosa, no Latim e nas línguas europeias, são uma reação ao seu estilo. Em obra dedicada à oratória, Cícero conta que Simônides de Ceos, precursor da mnemotécnica, sobreviveu ao desabamento de uma casa em que acontecia um jantar porque havia se ausentado do local por

um breve período. Por não estar no local do banquete quando ocorreu o acidente, Simônides foi a única pessoa capaz de identificar os corpos das vítimas, ao associar cada pessoa ao local em que estavam sentados. Foi então que Simônides percebeu que ao associar fatos a espaços concretos, poderia lembrar de nomes e outros detalhes, criando o método mnemônico *loci*, ou lugares, em latim. A mnemotécnica, portanto, se refere à arte da memória e, neste conceito, o termo “arte” relaciona-se ao sentido de “técnica”: “A mnemotécnica romana foi concebida como um procedimento adquirível e aplicável a vários fins e que objetivava o armazenamento confiável e a recuperação idêntica das informações inseridas na memória” (id.ibid., p. 31). A arte da memória não levava em consideração a dimensão do tempo, que não era compreendido como uma instância ou agente estruturador do processo memorialístico. Asmann dá o nome de “armazenamento” o caminho percorrido até a memória, intitulado de arte. O entendimento como armazenamento também nos permite compreender o procedimento mecânico que concede a instituição de um processo identitário, entre o dispositivo e a recuperação de infos que constituem a nossa memória: “O armazenamento também é possível sem meios materiais e aparato técnico, como atesta a arte da mnemotécnica” (ASMANN, opus cit., p. 33). Entretanto, o armazenamento memorialístico, tal qual conhecemos, é uma função da memória humana.

Todas as instâncias da memória, ou mesmo a aura de arte mnemônica, são deixados de lado quando lançamos luz à memória como *vis*, ou como potência. Se antes, na memória como arte, o tempo não era instância fundadora, na função da memória como potência a dimensão temporal é fundamental para a sua dinâmica. Aqui, a recordação é formadora de identidade, o tempo atua no processo da formação da memória, enquanto ocorre uma diferenciação entre o que foi arquivado e sua recuperação. Asmann pontua a diferenciação entre o procedimento de armazenamento e o processo de recordação: “Alguém recorda alguma coisa, mas só vai tomar consciência dela posteriormente” (ASMANN, 2011, p. 33). Para tanto, aciona Friedrich Georg Junger (1957), que propôs uma diferenciação conceitual entre memória e recordação: a memória é tudo aquilo pensado (os conhecimentos), e a recordação são as experiências pessoais. Sendo que os conteúdos da memória, para Junger, podem ser adquiridos ou ministrados. Por outro lado, as recordações “não posso nem aprender por mim mesmo nem por ninguém” (JUNGER, 1957 *apud* ASMANN, 2011). A recordação, portanto, acontece de maneira a se reconstruir os acontecimentos do presente e avança para um deslocamento, uma distorção, uma renovação do que se lembrou até o momento em que ocorre a recuperação do fato. Asmann afirma que a lembrança está sujeita a um processo

de transformação e a palavra “potência” indica “que a memória não deve ser compreendida como um recipiente protetor, mas como uma força imanente, como uma energia com leis próprias” (p. 34). A utilização dessa energia com leis próprias é o que nos interessa compreender no capítulo de análise das narrativas do trauma: de origens memorialísticas, como tais narrativas, produzidas por atingidas e atingidos pelo rompimento de Fundão, se apresentam e se organizam como dispositivos mobilizadores na *Sirene*. Portanto, para esta pesquisa, é cara a compreensão de que uma das funções da memória é se apresentar como potência e, esta potência, indicar meios, via energia própria, para ressignificação, transformação, luta, reivindicação, registro, afeição nas narrativas do jornalismo comunitário produzido pela comunidade de atingidos. Asmann complementa que essa energia pode, em certos casos, dificultar a recuperação de informação, quando acontece um esquecimento, ou bloqueá-la, no caso da repressão. Entretanto, a energia da potência da memória pode ser controlada pela inteligência, pela vontade do sujeito ou por uma nova situação de necessidade, proporcionando uma nova disposição das lembranças. Assim, compreendemos que, no contexto vivenciado pelos atingidos, essa energia é, de certa forma, redirecionada pelo exercício do jornalismo comunitário, proporcionando, aos atingidos que participam do corpo editorial do *Jornal*, escrevem as matérias e, também, pelos atingidos que são leitores do periódico, uma nova viabilidade de disposição das lembranças. Imaginemos um cenário distinto, em que não houvesse a criação e veiculação da *Sirene*. As lembranças do dia do rompimento, da fuga de casa, do ser espectador da destruição do próprio território, e as lembranças dos dias que se seguiram à catástrofe, ficariam, talvez, no local referente ao subjetivo de cada um. Entretanto (e felizmente), com a estruturação da *Sirene*, a participação dos atingidos em reuniões de pauta, a produção das matérias, a aproximação entre comunidades, as denúncias, reivindicações, registros memoriais e afetivos, e a possibilidade de conquistas por meio da mobilização e a entrada da *Sirene* no cenário de disputas narrativas, apresentam, a estes sujeitos, uma disposição diferente e importante das lembranças: a memória como verbo; como possibilidade de mudança, com nova organização das lembranças. As memórias não estão depositadas, apenas, no local de dor, sofrimento e trauma. Há a apresentação de uma nova possibilidade, em que as lembranças podem ser utilizadas, também, como ferramenta de ancoragem, além de combustível, para o jornalismo comunitário exercido por essas comunidades. Sobre as possibilidades do jornalismo produzido pelos atingidos pela barragem de Fundão, e as narrativas do trauma como dispositivos mobilizadores, propomos um mergulho mais aprofundado no quarto capítulo.

2.2 Trauma, testemunho e a questão do dispositivo

*Prometeu: Falar-te disso é doloroso para mim,
mas calar-me também me causa muitas dores.*

Ésquilo

O entendimento dos testemunhos, para este trabalho, encaixa-se no tipo de discurso proferido por quem experienciou uma situação catastrófica, é forçado, invariavelmente, a lidar com o trauma e os inúmeros desdobramentos e consequências do acontecido e, por isso, necessita de escuta e espaço de expressão oral (AMARAL, 2013). A fala pode ser compreendida, também, como um recorte de um espaço-tempo, produzindo sentidos a respeito de uma certa configuração social. Um dos papéis do jornalismo contemporâneo é, portanto, insistir na construção de narrativas capazes de abordar um evento traumático, ouvindo, verdadeiramente, a voz de quem testemunhou, elencando questões caras para quem sobreviveu ao acontecimento. Ao mesmo tempo, as narrativas jornalísticas têm potência suficiente para construir pontes entre sujeitos atravessados pelo acontecimento e o restante da sociedade, como reflete Seligmann-Silva (2008). Para o autor, falar sobre uma tragédia posiciona o indivíduo na condição de sobrevivente, construindo e estabelecendo pontes entre um mundo que agora está desestabilizado, com o mundo “dos outros”. O sobrevivente encontra-se inserido em uma realidade entendida como insuperável, portanto, o que torna a narrativa necessária é a capacidade de estabelecer conexões entre as realidades, em que “a narrativa seria a picareta que poderia ajudar a derrubar este muro.” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66). Ou salvar da lama, da violência do rompimento e de suas consequências, as memórias, como uma espécie de cura, que possibilita a reconexão com o real.

Quando nos debruçamos sobre o ato de narrar uma experiência traumática, é importante adentrarmos no entendimento da relação do testemunho no contexto histórico dos campos de estudo da psicanálise e da filosofia, formulados no século XIX. Os psicanalistas Pierre Janet e Freud adotaram métodos psicoterapêuticos com o objetivo de que os pacientes conseguissem trazer à superfície do presente, eventos que foram esquecidos devido, unicamente, à vivência de um trauma de grande intensidade. No final do século XIX, com o desenvolvimento dos estudos acerca da capacidade de narrar um trauma, Freud propôs como método de “cura” a “ab-reação”, uma

proposta que combinava a hipnose e a catarse afetiva, acreditando que “é na palavra que o homem encontra um substituto para a ação” (FREUD *apud* LAPLANCHE; PONTALIS, 1980, p. 22). Para Freud, a ação em questão seria a atitude em que o sujeito, frente à dimensão complexa e profunda de um acontecimento traumático, não é capaz de traduzir em palavras o que foi vivido. Com o desenvolvimento da obra de Freud, Laplanche e Pontalis (1980) estruturam a hipótese de que um acontecimento traumático pode começar a ser absorvido e melhor entendido sem o uso da hipnose e, sim, com a associação a outras memórias. É neste momento que começa a ser introduzida a urgência da narração que, para Freud, teria o mesmo efeito curativo da ab-reação.

Após a Primeira Guerra Mundial, a temática do trauma se expande para fora dos consultórios. Walter Benjamin desenvolve um olhar atento para a incapacidade de narrar dos soldados que voltavam do campo de batalha. Tais indivíduos, que viveram um cotidiano intensamente violento, determinado por campos de batalhas, estrondos de tiros e explosões, o pavor iminente da morte de si e dos companheiros de batalha, o assistir de colegas sendo mortos ou feridos, além dos ferimentos em seus próprios corpos, desencadeou em uma pobreza de experiência comunicável (BENJAMIN, 2008, p. 197). Os soldados que voltavam para suas casas vivenciavam um estado de incapacidade de narrar o que havia sido experienciado e, por isso, para o autor, a arte de narrar estava em vias de extinção. Entretanto, lançamos a reflexão: seria mesmo possível que os soldados regressassem de outra maneira, dada a dimensão traumática vivenciada pelos soldados? Benjamin (2008) fala sobre a experiência mais radicalmente desmoralizada:

E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra material e a experiência ética pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 2008, p. 198).

A literatura do trauma é uma das vertentes dos estudos de testemunho que tentam abarcar as reverberações da sobrevivência dos indivíduos aos acontecimentos traumáticos. Nos estudos de testemunho, a menção ao *Shoah* é o principal referencial, quando pretende-se evocar sentidos de irrealidade, gravidade e a importância dos depoimentos de quem sobreviveu aos campos de

concentração, e, ao mesmo tempo, a linha tão tênue de respeitar o tempo dos sobreviventes de poderem/conseguirem/querem testemunhar. Aqui é importante pontuar que esta pesquisa não pretende comparar a dimensão do Holocausto com o rompimento o que foi experienciado a partir do rompimento da barragem de Fundão, entretanto, sendo o rompimento o maior crime socioambiental do Brasil, ambos os acontecimentos apresentam trajetórias que tocam em lugares semelhantes quando pensamos na eclosão de um acontecimento de bases absurdas e catastróficas, o experienciar uma quase morte, o sobreviver ao inacreditável, o sujeito ser forçado a lidar com uma realidade pós traumática, e a urgência de documentar, seja na literatura do trauma do pós-guerra, seja nas páginas de um jornal comunitário produzido em uma cidade do interior de Minas Gerais.

Primo Levi (1988) reforçou a urgência de testemunhar e apresentou aos leitores a posição tão delicada de quem sobreviveu aos horrores do nazismo e, ainda assim, não se sentia digno de estar vivo e falar por quem foi vítima do extermínio em massa. É uma questão de necessidade do testemunho: para quem sobreviveu, para quem testemunhou, para quem está do lado de fora do acontecimento: “A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (LEVI, 1988, p. 7). A partir da proposição de Primo Levi, Seligmann-Silva (2008) aponta que a necessidade elementar de falar sobre o acontecimento caracteriza o testemunho como um tipo de narrativa crucial, que traz o sentido de sobrevivência do indivíduo, isto é, como se o testemunho fosse uma condição de sobrevivência e, também, de posicionamento no mundo. Este posicionamento se dá pelas vias subjetivas, do indivíduo se sentir humano em sua própria existência, e, principalmente, na construção de uma narrativa direcionada ao outro. Aqui, Seligmann-Silva (2008) esclarece, muito sabiamente, que Levi escreve ‘os outros’ e ‘aos outros’ entre aspas e, tais marcações, indicam a existência de uma barreira entre o indivíduo sobrevivente e o sujeito que está tendo contato com as dimensões do acontecimento vivido pelo outro:

A outridade do sobrevivente é vista aí como insuperável. A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma ponte com “os outros”, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade, de romper com os muros do Lager. A narrativa seria a picareta que poderia ajudar a derrubar este muro (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66).

É acreditando na representatividade e na força da narrativa como picareta, essencial para a quebra de muros entre sobreviventes e o restante da sociedade, que esta pesquisa se posiciona no âmbito acadêmico. Neste espaço, o foco são as narrativas do trauma produzidas pelos sujeitos sobreviventes ao rompimento de Fundão, que têm vontade de testemunhar sobre suas dores, perdas, saudades, sonhos, além de denunciar, e relatar o que acharem ser necessário para se posicionar no mundo social, em um sentido de que narrar o trauma se relaciona ao desejo de renascer ante um trauma. Assim como Primo Levi (1988) nos apresenta a importância de testemunhar, há, como em uma estrada de via de mão dupla, uma dificuldade em colocar em palavras, frases e orações a dimensão do acontecido – e, em tantos casos, é sinônimo de dor o colocar em palavras, reflexões que trataremos no quarto capítulo.

Sobre a urgência de testemunhar e a incapacidade de narrar que muitas vezes se sobrepõe ao sobrevivente do acontecimento traumático, Barbosa e Carvalho (2016) refletem que narrar um acontecimento traumático pode se configurar como uma situação relacional, sendo uma via de mão dupla: uma busca do que foi vivido e uma tentativa de reposicionamento do sujeito no aqui-agora pós-acontecimento: “No entanto, uma das aporias que cercam o trauma é sua impossibilidade de narração, pois suas testemunhas diretas - os que estiveram lá -, não conseguem se afastar do evento para gerar dele um testemunho lúcido e íntegro” (BARBOSA; CARVALHO, 2016, p. 22). O pensamento do filósofo Jean Philippe Pierron (2010) reforça o sentido relacional do testemunho, comumente adotado no jornalismo como recurso narrativo. É, também, da importante dimensão do subjetivo, no qual o testemunho não existe sem o diálogo. Sua existência, com formas, dinâmicas e tônicas determinadas por quem testemunha, atesta uma verdade que não é objetiva, uma verdade que não consta em relatórios, números, gráficos, dados matemáticos ou pragmáticos. O testemunho revela uma verdade que só pode ser desnudada, quando o ambiente relacional é preparado. Neste sentido, as construções narrativas por parte do jornalismo contemporâneo a respeito das catástrofes históricas, como no caso do rompimento de Fundão, se referem ao dever de memória (RICOEUR, 2007) e ao compromisso de retratar as memórias de um trauma, como:

Sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade. Aqui a já em si extremamente complexa tarefa de narrar o trauma adquire mais uma série de determinantes que não podem ser desprezados mesmo quando nos interessamos em primeiro plano pelas vítimas individuais. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67).

Ricoeur (2007) defende a tónica de que o dever de memória é sinónimo de um dever contra o esquecimento, que deve ser defendido pelos historiadores e, aqui, sendo plenamente possível estender, também, para o campo prático do jornalismo e para o campo da pesquisa em Comunicação. O dever de memória se apresenta, em muitos casos, como “uma reivindicação, de uma história criminosa, feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas”. (RICOEUR, 2007, p. 2). O olhar crítico de Beatriz Sarlo (2007) se mostra importante para o teor de sobriedade exigido nos estudos do testemunho e, principalmente, no campo de estudos dos acontecimentos traumáticos. A escritora nos informa sobre a necessidade de problematizar esse tipo de hegemonia moral, sustentada por um dever de ressarcimento de memória. O dever de memória, para a autora, induz um tipo de relação afetiva com o passado, no qual deve ser tomado cuidado com a ausência de distanciamento e a busca de inteligibilidade, questões importantes para o ofício do historiador e, também, a quem se compromete a retratar ou estudar um acontecimento. Ao mesmo tempo, Sarlo indica que a imaginação pode ser um perigo para as narrativas de memória, testemunhos e textos autobiográficos. Mesmo com a existência do “perigo da imaginação”, a autora alerta para a importância da memória nos tratados históricos, na produção de conhecimento:

Recuperar o que foi perdido pela violência do poder, desejo cuja inteira legitimidade moral e psicológica não é suficiente para fundamentar uma legitimidade intelectual igualmente indiscutível. Então, se o que a memória procura é recuperar um lugar perdido ou um tempo passado, seria alheia a seu movimento à deriva que a afastaria desse centro utópico (SARLO, 2007, p. 42).

Deslocando o conceito de dever de memória para a prática jornalística, Barbosa e Carvalho (2017) exprimem que uma das tarefas do jornalismo diante de um acontecimento traumático como o experienciado nas comunidades profundamente atravessadas pelo rompimento da barragem da Samarco, é insistir na construção de narrativa (ou narrativas) do acontecimento traumático, apoiando-se na experienciação e no testemunho de quem foi diretamente atingido por ele, em busca de uma materialização do evento, sendo uma das possibilidades a compreensão da importância do carácter testemunhal do jornalismo contemporâneo. Os autores buscam refletir sobre a dimensão do trauma junto às tentativas de construções narrativas jornalísticas e apontam, ao citar Robert

Storolow (2011) a partir de uma perspectiva psicanalítica pós-cartesiana, que o trauma pode ser entendido como um tipo de afeto, que produz estados afetivos dolorosos, expondo os sobreviventes a um elemento da vida que estava escondido até então: a proximidade com a morte, o que tem “impacto devastador na experiência da temporalidade – uma temporalidade traumática” (STOROLOW *apud* BARBOSA; CARVALHO, 2017, p. 21). Para Seligmann-Silva (2008), a possibilidade de testemunhar apresenta a capacidade de reconectar o sobrevivente ao mundo que, até então, diante da vivência do trauma, estava em suspensão: “Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (2008, p. 66). A narrativa se posiciona como uma possibilidade e, também, desafio iminente, a construção de uma ponte conectando os sobreviventes de um evento traumático com “os outros”:

Aquele que testemunha se relaciona de um modo excepcional com a linguagem: ele desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o “indizível” que a sustenta. A linguagem é antes de mais nada o traço – substituto e nunca perfeito e satisfatório – de uma falta, de uma ausência (SELIGMANN-SILVA, 2016, p. 48).

É agindo frente a esta ausência, que narrativas como a jornalística, ou narrativas construídas a partir da ascensão da literatura de testemunho, constroem as tentativas de conexão entre quem viveu um evento traumático com o restante da sociedade. A narração, possibilitada pelo testemunho, é como uma via de mão dupla, como afirma Pierron (2010), é relacional. O testemunho não existe sem a possibilidade do diálogo e o que é informado por quem testemunha não é objetivamente suficiente. Existe, portanto, uma verdade que só o testemunho é capaz de revelar. Contribuindo para a compreensão da importância da narrativa do trauma, Beatriz Sarlo (2007), nos estudos sobre os testemunhos de sobreviventes à ditadura argentina, complementa que “não há testemunho sem experiência, tampouco há experiência sem narração” (2007, p. 24). Apesar da importância da construção da ponte entre quem viveu um evento traumático e “os outros”, a narrativa, mesmo a jornalística, é repleta de camadas de complexidade e nuances, que transformam a atividade em um verdadeiro desafio. Em muitas situações, está presente a impossibilidade de narrar por parte do sobrevivente, que não consegue, suficientemente, se afastar do evento para gerar um testemunho lúcido e íntegro (BARBOSA; CARVALHO, 2017, p. 22). Como reflete Seligmann-Silva (2008), isso faz parte de um “teor de irrealidade”, no qual o trauma pode ser entendido como a memória de um passado que insiste em não passar e, por isso, desordena

a estrutura temporal do sobrevivente. Parte do desafio da narrativa jornalística está aí, no fato em que os sobreviventes precisam conciliar regras de verossimilhança com o que viveram apesar de, muitas vezes, a linguagem não comportar a dimensão do que foi vivido, o que a torna “muito desproporcional à narração realista, sobretudo à narração jornalística, em que a verossimilhança, ou o efeito de verdade, é buscado como princípio. Ainda assim, é preciso contar, há o desejo do relato – e mesmo sua necessidade”. (BARBOSA; CARVALHO, 2017, p. 22).

Em sequência às reflexões, a filosofia do testemunho de Jean-Philippe Pierron (2010) nos é cara. O filósofo explicita que o testemunho firma um selo de confiabilidade e se expressa a partir de uma faceta relacional. Não existe testemunho sem a escuta do outro, sem a construção de um diálogo, sem o estabelecimento de uma situação relacional, de troca. Ao mesmo tempo em que é necessário este cenário, o testemunho é frágil:

A testemunha faz da verdade a história de sua vida. Dito de um outro modo, sua história pessoal não é, para o absoluto, um acidente ou um meio, mas pelo contrário o momento de sua autenticação. Haverá, portanto, rostos diferentes do testemunho, dados pela pluralidade de suas testemunhas. Esta é uma das razões da fragilidade do testemunho. É frágil porque é plural (PIERRON, 2010, p. 19).

A filosofia de testemunho também nos informa que o depoimento não se refere apenas a um recorte histórico, mas é, acima de tudo, “um colocar em presença, uma presença no presente (...). A testemunha é construída como uma figura. É mediadora, figura de passagem e de transmissão que faz existir, assim como o símbolo faz pensar” (p. 254). O movimento de colocar em presença também é expresso por Seligmann-Silva (2008) ao refletir sobre os testemunhos dos sobreviventes do *Shoah*. Apoiando-se em Primo Levi (1988), Seligmann-Silva afirma que o testemunho pode ser entendido como uma atividade elementar, que desencadeia no sobrevivente uma necessidade absoluta de narrar. Grande parte desta urgência tem raízes na outridade, estabelecida a partir da criação da identidade de sobrevivente em que, ao mesmo tempo que identifica assim o sujeito que vivenciou um acontecimento traumático, também o separa, de certa forma, do “mundo dos outros”. Em complementação a esses entendimentos, a narração da experiência para Beatriz Sarlo (2005) também se relaciona a uma presença do sujeito no passado. A linguagem retira o aspecto mudo da experiência, é relacional ao transformar a experiência em comunicável, retirando o peso do esquecimento: “A narração inscreve a experiência numa

temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que cada repetição e cada variante torna a se atualizar” (p. 24). O testemunho, portanto, além de um registro subjetivo e histórico, tenta cumprir a função de religamento do sobrevivente, que vive uma temporalidade singular, ao restante do mundo. Na ótica do jornalismo, para Márcia Franz Amaral (2013), os testemunhos devem ser analisados de forma distinta dos depoimentos de fontes oficiais e de especialistas, porque “configuraram-se num tipo de discurso de indivíduos e grupos sociais que viveram situações traumáticas e necessitam de espaços e expressões de escuta” (p.183), sendo, suas análises, imprescindíveis para o resgate da história contemporânea. Deste modo, Amaral afirma que a inserção de depoimentos na narrativa jornalística funciona como um contraponto à narrativa objetiva do fazer tradicional. Ao dar espaço ao subjetivo, o jornalismo, para Amaral, auxilia no cumprimento de um contrato com o leitor. Na exigência de que a informação midiática se aproxime ao máximo do real, há um contraponto com a subjetividade intrínseca ao teor testemunhal, rico em vivências, emoções e singularidades.

Uma das formas de construir o conhecimento sobre o real é por meio dos testemunhos no jornalismo. A figura do jornalista no registro de acontecimentos traumáticos, ou o exercício da profissão em contextos de coletas de testemunhos, principalmente de sobreviventes de eventos carregados de sofrimento, diz respeito a uma das possibilidades de ser profissional: a que testemunha a dor do outro. Jeanne Marie Gagnebin (2009), complementa que na escuta e no registro de testemunhos, acontece uma costura de diversos relatos que constroem um conhecimento acerca da realidade retratada e, por isso, também posiciona a figura do jornalista como testemunha: “testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro” (GAGNEBIN, 2006, p. 57). Na coleta de testemunhos, o jornalista, portanto, assume uma postura ativa na dinâmica testemunhal ao se posicionar como portador segundo do testemunho, ficando sob sua responsabilidade a construção narrativa a fim de estabelecer conhecimento sobre determinado acontecimento. Entretanto, Marialva Barbosa alerta que nas coberturas imediatistas e simplistas, relacionadas à efemeridade do modo de produção, o jornalista parece atuar como uma espécie de controlador de testemunhos alheios “sem assumir integralmente ele mesmo o papel de testemunha da História (embora evidentemente ele ainda procure se auto constituir como tal).” (p 152). Barbosa se apoia em Fernando Resende (2006) para salientar que o

campo do testemunho tem sido, nos últimos anos, negligenciado nas pesquisas sobre jornalismo. De acordo com Barbosa, o autor alertou para a importância de estudos no campo se voltarem para as formas de narrar o mundo, já que este é um elemento que, constantemente, cria e recria sociabilidades e representações coletivas. Além disso, o jornalismo, quando se fecha apenas à função de informar, não contribui para construção de narrativas quando pensamos no sentido amplo do conceito: “Ao contrário, produz relatos atrofiados, vira um escravo da objetividade, sem a presença marcante de um narrador que imprime sua marca e sua interpretação sobre acontecimento” (p. 157). Nos últimos anos, mesmo que estejamos vivenciando uma efemeridade da produção das notícias, ainda assim, historicamente, o jornalismo registra a História, não somente pelo instantâneo, mas pelo que vai ser importante no futuro – o que posiciona as coletas de testemunhos, reportagens e produções de cunho testemunhal e memorialístico, como é o caso do *Jornal A Sirene*, no local do registro, em um exercício da memória como potência (ASMANN, 2011), ao deslocar lembranças e testemunhos para o ambiente da documentação: “O jornalismo, como campo, se legitima neste lugar de peso histórico, inclusive quando vê seu valor e papel questionados na pós-modernidade” (p. 161).

2.2.1 O dispositivo de Foucault

Para articular os conceitos de memória, trauma e narrativas traumáticas, pensando nas narrativas do trauma como possibilidade dispositivante e mobilizadora, se mostra importante a compreensão primeira do conceito de dispositivo de Foucault, a partir do entendimento de Deleuze (2005) para, posteriormente, desenharmos a articulação entre os conceitos.

A memória existe em condições dispositivantes: em sua essência cultural e simbólica, relacional e processual, são estruturadas as condições para a atuação desta faculdade como dispositivo. Por isso, cabe pensar a memória a partir das dimensões dos dispositivos, o que também nos apresenta ancoragem para entender a função do dispositivo de Foucault a partir da visão deleuziana do conceito. As dimensões do dispositivo, explica Deleuze (2005), estão fundadas nos três aspectos que Foucault se dedica a distinguir em suas obras: saber, poder e subjetivação. A visão deleuziana compreende o dispositivo como “um conjunto multilinear composto por linhas de natureza diferente” (DELEUZE, 2005, p. 83). Bruck e Vargas (2019) se apoiam em Dreyfus e

Rabinow (1995) para assinalar que Foucault concentrou as análises nas práticas culturais em que saber e poder se cruzam, partindo da hipótese que a verdade é um tipo de poder. Para Deleuze, o contexto dos dispositivos se relaciona com a história dos regimes de luz e de enunciação, e os dispositivos “se apresentam como ocorrências atravessadas por enfeixamentos de linhas em movimento e de curvas tangenciadas em função de variáveis diversas que são internas e externas” (p. 4). Assim, Foucault construiu um método de análise das práticas culturais que tem sido instrumental para a formação do indivíduo moderno, tanto como objeto, quanto como sujeito. É neste contexto que o psicanalista francês desenvolveu o conceito de dispositivo que “pode ser entendido como uma rede de inteligibilidade” (DREYFUS; RABINOW, 1995 *apud* BRUCK; VARGAS, 2019, p. 4). Agamben e Deleuze tentaram, em textos mais recentes, não apenas explicar o que seria o dispositivo em Foucault, mas mostrar ao que o filósofo se referiu quando pensou os dispositivos que, para ele, estão nas perspectivas dos regimes de visibilidade e poder. Estas são, inclusive, as linhas de força, linhas de luz e linhas de enunciação que não circunscrevem ou envolvem sistemas homogêneos. Para Deleuze (1990), há dimensões que compõem o conceito: de visibilidade de enunciação, de subjetivação e de poder. Esta última, que Deleuze afirma ser a terceira dimensão do espaço, está no interior do dispositivo e é variável às demais dimensões. Estamos todos, de maneiras muito diversas, ligados a dispositivos e interagindo com eles: é agente motriz do mundo e, também, resultado deste mundo, estando, portanto, disposto à atualizações. Por isso, Bruck (2012) afirma que podemos dizer que a atualidade de um dispositivo é sempre a novidade de um dispositivo em relação aos que precederam:

O novo é atual. O atual não é o que somos, mas aquilo que vamos nos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-Outro. É necessário distinguir, em todo dispositivo, o que somos (o que não seremos mais) e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do atual (DELEUZE, 1990, p. 160 *apud* BRUCK, 2012, p. 43).

Deleuze explica ser necessário pensar em termos de linhas que se movimentam e desençam as linhas de um dispositivo é construir um mapa, cartografar, percorrer temas desconhecidos, é o trabalho de terreno para Foucault. Diferente de objetos como o sujeito e a linguagem, que são compostos por linhas que os delimitam e os envolvem em sistemas homogêneos, Deleuze aponta que o dispositivo e suas linhas se cruzam, movimentam e são compostas por diferentes forças de luzes, traçando processos que estão sempre em desequilíbrio:

ora se aproximam, ora se afastam. Pensar em termos de linhas que se movimentam, desenredar as linhas de um dispositivo, é construir um mapa e percorrer terras desconhecidas, como pontuado anteriormente.

As primeiras duas dimensões de um dispositivo são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação. A visibilidade é feita de linhas de luz que formam figuras variáveis, inseparáveis de um dispositivo ou de outro. Cada dispositivo tem seu regime de luz, uma maneira como a luz se estabelece e se propaga, permitindo a distribuição do visível e do invisível: “Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz – mas é também a dos regimes de enunciados” (p. 60). Os enunciados, de acordo com Deleuze, remetem para as linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições diferenciais de seus elementos. As curvas de um dispositivo são elas próprias enunciadas, uma vez que as enunciações são curvas que distribuem variáveis “e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um gênero literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem” (s/p). Em cada dispositivo, as linhas realizam movimentos e atravessamentos em função de critérios estéticos, científicos e políticos.

Posteriormente, Foucault chega à questão das linhas de subjetivação. Descoberta que nasce de uma crise do pensamento vivenciada por Foucault, como se tivesse sido necessário, para o psicanalista, alterar o mapa dos dispositivos, encontrar, para eles, uma nova orientação possível, para não os tentar encaixar ou encerrar nas linhas de força que impõem contornos definitivos. Derrida explica que Foucault chegou ao entendimento que os dispositivos não podem ser analisados, somente, pelas linhas que o envolvem, ignorando outros vetores que passam “por baixo e por cima (...) Este superar uma linha de força, em vez de entrar em relação linear com outra força, se volta para a mesma, atua sobre si mesma e afeta-se a si mesma” (s/p). É uma dimensão do “si próprio” que não é, de maneira nenhuma, uma determinação preexistente que se encontra já acabada, uma vez que uma linha de subjetivação é um processo de produção de subjetividade em um dispositivo: ela se constroi na medida em que o dispositivo permite ou torna a subjetivação possível.

A respeito das considerações de Deleuze sobre a compreensão de dispositivo de Foucault, Mozahir Bruck (2012) conclui que Deleuze apresenta contundentes questões voltadas para o jogo história, razão e subjetivação e, com elas, a expressão de um profundo desejo que o dispositivo de Foucault fosse mais radicalmente compreendido. Entretanto, uma das grandes interrogações que o

filósofo nos deixa, para Deleuze, relaciona-se aos novos modos de subjetivação em uma realidade que se altera constantemente. Assim, os dispositivos traduzem como o mundo se move, se estrutura em termos das redes de poder e dos seus regimes de visibilidade e, por isso mesmo, como se atualiza.

E para pensar as narrativas do trauma com dispositivos, voltamos à questão da memória ser instituída em contextos de negociação e disputa. O seu caráter instável, fugaz, efêmero é resultado dos entrecruzamentos das linhas de luz, enunciação, subjetivação e força, esferas balizadoras do dispositivo, como foi abordado. As narrativas do trauma no jornal *A Sirene*, de acordo com nosso entendimento, têm bases fundantes nas memórias dos atingidos. E são a partir das memórias de um tempo vivido em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, do 5 de novembro de 2015 e dos dias que se seguiram ao evento traumático, que os testemunhos ganham as páginas do jornal e nos permitem compreender quais as dimensões das consequências do rompimento são acessadas: a saudade de casa e da vida que se tinha nas localidades, o horror da fuga da destruição, o habitar “temporário” em Mariana, as denúncias e as lutas constantes dos atingidos com a Samarco e a Fundação Renova, as humilhações, sofrimentos, os movimentos em coletivo e o empoderamento dos moradores a partir da participação na *Sirene* e no Movimento dos Atingidos por Barragens, por exemplo. Podendo os dispositivos serem compreendidos como uma rede de inteligibilidade (DREYFUS; RABINOW, 1995 *apud* BRUCK; VARGAS, 2019, P. 4), compreendemos as narrativas do trauma no jornal *A Sirene* como narrativas capazes de tecer linhas de inteligibilidade a respeito dos sobreviventes, suas subjetividades, as camadas de consequências e as afetações do acontecimento, a partir de narrativas próprias do jornalismo comunitário e que abarcam as tantas dimensões do trauma: “É nos enfeixamentos de linhas de enunciação, luz e subjetivação que se pode compreender porque a luta dos moradores é para que o lugar onde viveram e construíram sua vida e as personagens que ali habitaram estejam sempre vivos nessa agenda memorialística” (p. 5).

Nas narrativas do trauma do jornal *A Sirene*, notamos que as linhas de força estão presentes no posicionamento político construído e intensificado ao longo do tempo de existência do periódico, no qual os editoriais, reportagens e demais editoriais frequentemente constroem narrativas que reivindicam os direitos dos atingidos e denunciam o descaso e desrespeito da Samarco e da Fundação Renova. As linhas de luz e enunciação estão aplicadas no discurso e no agir simbólico do próprio periódico que há cinco anos se dedica a registrar memórias, nostalgias,

afetos e identidades das comunidades profundamente atravessadas pelo rompimento, além de exercer o importante papel de denúncia e reivindicação. As linhas de subjetivação também estão presentes nos registros de subjetividades de indivíduos e comunidades, na atuação como veículo de registro memorial e documental de um crime e das populações sobreviventes. O caráter dos dispositivos de se refazerem e se reinventarem a todo o tempo de acordo com as circunstâncias, disputas e negociações também podem ser notados nas narrativas do trauma, que ora denunciam, ora registram, ora informam, ora mobilizam as comunidades sobreviventes. As narrativas do trauma, portanto, se estruturam como textualidades constantemente acionadas como dispositivos de memória, denotando a natureza relacional dos dispositivos.

2.3 O acontecimento traumático: o 5 de novembro de 2015

Os engenheiros abriram os mapas na nossa frente e explicaram tudo, nos pormenor... tudo com os números, as fotos, um tantão delas. E explicaram pra gente os ganhos e os progressos que a usina vai trazer. Vão ter que sacrificar uns tantos, pra beneficiar a maioria. A maioria eu não sei quem são, mas nós é que somos os tantos do sacrifício.

Filme “Narradores de Javé” (2004), de Eliane Caffé

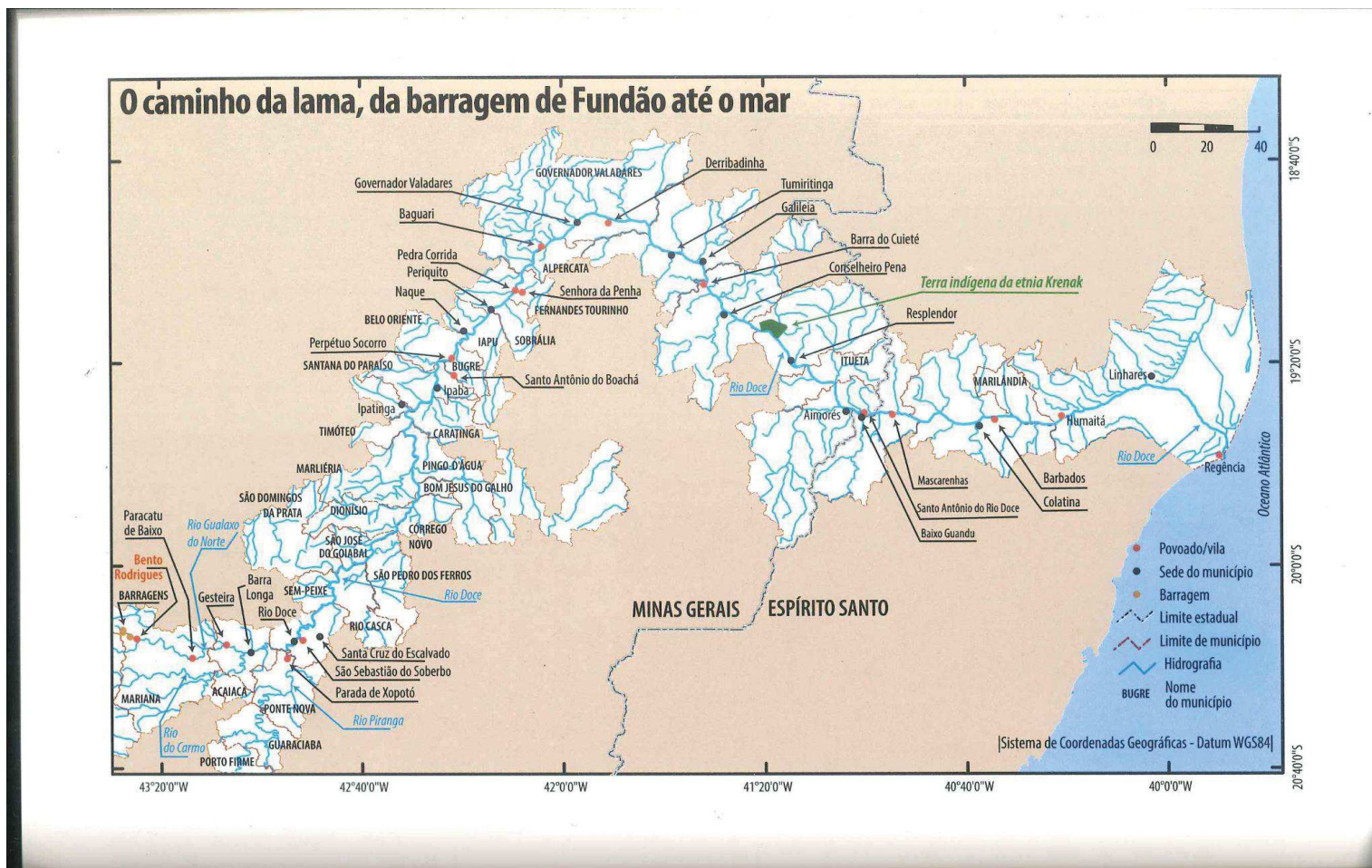
No dia 5 de novembro de 2015, às 15h30, a barragem de Fundão, que armazenava 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos e estava localizada a seis quilômetros de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana (MG), se rompeu. Pertencente à mineradora Samarco, subsidiária de duas das maiores mineradoras do mundo, a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP Billiton, ao romper, devastou Bento Rodrigues. Seguindo o fluxo do Rio Gualaxo, afluente do Rio Doce, a lama de rejeitos tóxicos, compostos por óxido de ferro, manganês e sílica, atingiu outras localidades: Camargos, Paracatu de Baixo, Ponte do Gama, Pedras, Águas Claras, Cláudio Manoel, Barra Longa e Gesteira. Percorrendo 660 quilômetros, avançou pelo Rio Doce, passando por Governador Valadares, Resplendor, Colatina, Linhares, até chegar em Regência, no litoral oeste do Espírito Santo. Além da destruição completa de Bento Rodrigues, o acontecimento vitimou 19 pessoas logo na primeira hora. Quatorze trabalhadores da Samarco e terceirizados perderam a vida e cinco são os moradores de Bento que faleceram no acontecimento: duas crianças,

Thiago e Emanuely; Antônio de Souza, que se recusou a sair de casa; Maria Elisa Lucas, de 60 anos, e Maria das Graças Silva, de 65, que não conseguiram fugir da lama.

O número de vítimas fatais poderia ter sido menor (ou, talvez, inexistente) caso a localidade contasse com um plano de contingência e rotas de fuga e, o mais importante, se houvesse sirenes de emergência instaladas no subdistrito e em seus arredores, que soassem alertando para a necessidade de rápida evacuação da localidade em caso de risco de rompimento da barragem. Entretanto, a maioria dos moradores do subdistrito se salvaram por conta da força da coletividade. Paula Alves⁸ trabalhava como terceirizada da mineradora Samarco em um prédio próximo à barragem de Fundão, e ouviu no rádio comunicador de outros funcionários que a estrutura havia se rompido. Diante da gravidade do acontecimento, e sabendo que o subdistrito a seis quilômetros da barragem de Fundão não contava com canal de comunicação emergencial, Paula subiu na moto Berenice e zarpou para Bento Rodrigues, não obedecendo os pedidos dos colegas de trabalho de não enfrentar a velocidade da lama. Chegando no subdistrito, Paula percorreu as ruas do vilarejo gritando para os vizinhos e amigos a urgência do acontecido. Moradores saíram às pressas de casa, quase sem entender o que estava acontecendo e vestindo apenas a roupa do corpo. Os moradores ajudavam uns aos outros a subir as encostas em direção ao cemitério, ponto mais alto da localidade. Idosos e crianças eram carregados, mulheres grávidas e pessoas que se feriram na fuga recebiam auxílio para subirem o mais rápido possível. Do alto, os sobreviventes assistiram a destruição de Bento Rodrigues em questão de poucos minutos. Casas eram arrastadas por completo, árvores arrancadas da raiz, cavalos, porcos, galinhas, cachorros, gatos, e as infundáveis plantações foram engolidos com a força da lama. A jornalista Cristina Serra escreveu, em 2018, um livro sobre o crime do rompimento da barragem de Fundão. No trecho em que relata a fuga dos moradores de Bento Rodrigues, Cristina cita: “Muitas pessoas estavam paralisadas, em estado de choque. Outras rezavam de joelhos, choravam e gritavam: ‘Samarco assassina! Ela queria matar todo mundo! Por que não avisaram? Por que a Samarco fez isso com nós?’” (SERRA, p. 25).

⁸ O relato do momento em que Paula percorreu Bento Rodrigues em cima de uma moto de 49 cilindradas ganhou repercussão nacional à época do rompimento: <https://www.otempo.com.br/cidades/e-como-abrir-uma-ferida-diz-heroina-de-mariana-em-2015-1.2130477>

Imagem 1 - Mapa ilustrativo do percurso feito pela lama de rejeitos da Samarco



Fonte: Livro “Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil” (2018), de Cristina Serra

Ao todo, 40 municípios foram impactados direta e indiretamente no trajeto de 660 quilômetros percorrido pela lama de rejeitos, entre Minas Gerais e Espírito Santo, além de comunidades ribeirinhas. O acontecimento foi classificado⁹ como maior crime ambiental da história do país, dado à magnitude dos impactos e das consequências do rompimento de mais de 35 milhões de metros cúbicos de lama. Além das 19 vítimas fatais, 82% das casas e edificações de Bento Rodrigues foram completamente destruídas; 1.265 pessoas foram desabrigadas e tiveram

⁹ Em infográfico, o portal G1 organizou os impactos e consequências do rompimento da barragem de Fundão em Mariana à nível social, econômico e ambiental: <http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mes-em-numeros/>. Acesso em 18 de junho de 2021.

que ser realojadas em hotéis e pousadas da região; 1,5 mil hectares de vegetação destruídos pela lama de rejeitos entre Bento Rodrigues (MG) e Linhares (ES); 35 cidades foram afetadas em Minas Gerais e 4 no Espírito Santo; 1.249 pescadores foram cadastrados nas áreas afetadas entre Minas Gerais e Espírito Santo; 80 quilômetros quadrados era a extensão da lama de rejeitos no mar do litoral de Linhares, em 30 de novembro de 2015. Os impactos também são indiretos, principalmente na economia da cidade de Mariana, no qual 80% da arrecadação municipal advém da mineração.

Bento Rodrigues, subdistrito fundado há 324 anos, ainda na época do Ciclo do Ouro (século XVIII), era a casa de 600 famílias. Boa parte dos moradores trabalhava para a Samarco ou para uma das empresas que prestavam serviço à mineradora. Quem não era funcionário das empresas, tinha como fonte de renda a agricultura, o trabalho com os animais, a produção de leite, queijo, geleias, pães, doces, entre outros quitutes. O lugarejo foi assim chamado em homenagem ao bandeirante Bento Rodrigues que, no século XVIII, desbravou aquelas terras. Em Bento também ficava uma das primeiras igrejas de Minas Gerais: a igreja de São Bento. Localidade pacata, o Bento, como era carinhosamente chamado pelos moradores, era cercado por dois riachos. Uma das pontes era o caminho para o distrito de Santa Rita Durão e, a outra, rumava para Mariana, cidade que, para os moradores de Bento, era um destino grandioso como a capital do estado, e só visitavam Mariana para resolver burocracias. As ruas de Bento eram asfaltadas, as casas e comércios tinham boas construções, que transmitiam a identidade local, e a igreja de São Bento estava bem ao centro do subdistrito. Mas antes das 16h, daquele cinco de novembro de 2015, o Bento deixou de existir. Do alto do lugarejo, os moradores assistiram a destruição de suas vidas. Por volta das 17h horas, bombeiros começaram a chegar de helicópteros, vindos de Belo Horizonte e Ouro Preto. Antes disso, a Defesa Civil havia tentado chegar à localidade, mas pararam na parte da estrada que havia sido engolida pela lama. Do alto, visualizando por completo a destruição, os oficiais do Corpo de Bombeiros achavam que a maioria dos moradores estavam mortos. Enquanto sobrevoavam a localidade, encontraram uma mulher no meio da lama, ainda com vida. A cena de resgate, em que içaram a sobrevivente quase sem forças do meio da massa de marrom, foi transmitida na grande mídia tradicional quase que em *looping*. Ainda no resgate, os oficiais começaram a ouvir um coro pedindo socorro. Eram as vozes dos quase 300 moradores que estavam nas partes mais altas do Bento: “Os homens da Defesa Civil comemoraram. Não acreditavam que alguém pudesse ter

sobrevivido àquele inferno. A questão era como tirá-los de lá¹⁰.” (PIAUI, 2016).

Junto com o brutal potencial de destruição da lama da Samarco, veio um cheiro fétido, de lixo podre, que boa parte dos moradores foi obrigada a respirar até o dia seguinte, quando finalmente foram resgatados pelo Corpo de Bombeiros. Alguns não quiseram esperar e, ao final da tarde, começaram a “cortar o mato no peito”, a abrir caminho entre a vegetação, até chegar na estrada que liga Bento a Mariana. A maioria decidiu esperar e, nas poucas casas que não foram carregadas pela lama, encontraram, uns nos outros, apoio. Cozinharam alguns alimentos, fizeram café, tentaram descansar. À noite, em meio ao breu, ouviam os gritos dos animais que estavam presos na lama. Na manhã seguinte, ao raiar do dia, não ouviram os cantos dos pássaros como de costume, nem sentiram o cheiro de café fresco, que iria energizar mais um dia de trabalho no lugarejo. Entre choros, soluços e palavras de indignação, aguardaram a chegada das equipes do Corpo de Bombeiros que, àquela altura, já contavam com mais instrumentos e pessoal para retirar os moradores do Bento.

Em Paracatu de Baixo, a lama da Samarco chegou ainda no dia 5 de novembro. Antes de anoitecer, um helicóptero do Corpo de Bombeiros chegou à localidade, a 70 quilômetros de Bento Rodrigues. Ao pousar no campo de futebol de Paracatu, um oficial saiu em disparada avisando aos moradores que a barragem de Fundão havia rompido e que eles tinham apenas dez minutos para pegar alguns documentos e objetos de valor e correr para a parte mais alta do lugarejo. Muitos moradores obedeceram o pedido no mesmo instante, outros ficaram desconfiados. Os que não obedeceram escaparam por pouco e a localidade não registrou vítimas fatais. Das partes mais altas, viram as toneladas de lama avançarem por Paracatu de Baixo. Em questão de minutos, apenas a torre da igreja local podia ser vista pelos moradores. Com o rompimento de Fundão, mais de dois mil hectares de propriedades rurais foram invadidos pela lama de rejeitos e, agora, estão impedidos de produzir. Além da perda de familiares e amigos, as consequências do rompimento também podem ser identificadas por meio do impacto na saúde mental dos sobreviventes. O Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidade e Saúde (NAVeS), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desenvolveu um estudo¹¹ junto aos atingidos pelo rompimento de Fundão: entre os dias

10 A reportagem completa sobre o caminho da lama está no portal da Revista *Piauí*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-onda-de-mariana/>. Acesso em 24 jun.2021.

11 A pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, pode ser acessada pelo link: <https://crr.medicina.ufmg.br/noticias/82/pesquisa-prsimma-pesquisa-sobre-a-saude-mental-das-familias-atingidas-pelo-rompimento-da-barragem-do-fundao-em-mariana>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

15 e 18 de novembro de 2017, foram ouvidas 271 pessoas, com idades entre 13 e 90 anos, dos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Campinas, Pedras e Ponte do Gama, que tiveram casas destruídas ou tomadas pela lama. O objetivo era entender como a saúde física e a saúde mental dos sobreviventes estavam influenciando o bem-estar e a qualidade de vida desses sujeitos. O estudo identificou que os sobreviventes apresentaram um aumento de problemas de saúde relacionados, principalmente, à saúde mental. Foram identificados aumento de condições com a depressão, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno do estresse pós-traumático, o risco de suicídio e os transtornos relacionados ao uso de substâncias, como álcool e drogas ilícitas. Antes do rompimento, 15% dos sobreviventes consultados relataram conviver com a depressão. Após o evento traumático, o diagnóstico de depressão foi dado a 28,9% da população avaliada, com prevalência nas mulheres (35,4%) e com incidência de 17,3% nos homens. O relatório informa que o resultado é 3,5 vezes superior ao que é esperado incidir na população brasileira. Com relação ao transtorno de ansiedade generalizada (TAG), 32% dos entrevistados foram diagnosticados com TAG, novamente com prevalência nas mulheres (35,4%) e, entre os homens, de 25,9%. Em entrevista ao veículo “National Geographic”¹², a médica psiquiatra da Faculdade de Medicina da UFMG e responsável pela pesquisa, comenta que a incidência do estresse pós-traumático, nos sobreviventes ao rompimento, “é como se a memória da tragédia estivesse sempre voltando” (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2018). O transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) também foi avaliado pelos pesquisadores, e foi diagnosticado em 12% dos atingidos. Novamente, há uma prevalência do transtorno nas mulheres (13,9%) ante aos homens (8,6%). O risco de suicídio foi identificado em 16,4% dos entrevistados: 20,8% das mulheres e 8,6% nos homens. A experimentação de substâncias durante toda a vida, como o álcool, maconha, cocaína e crack foi predominante no sexo masculino. O álcool esteve presente na resposta de 82,7% dos homens e em 49,3% das mulheres. Sobre o uso de maconha, 14,8% dos homens afirmaram já ter feito o uso, contra 2,1% das mulheres. O uso de cocaína ou crack foi relatado por 4,9% dos homens e 0,7% das mulheres.

Assim, a perda atingiu as subjetividades de quem vivia uma rotina do campo: está no arrancar do espaço-tempo, no distanciamento das relações sociais, na quebra da atividade laboral

12 A matéria completa está disponível no link: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/05/depressao-medo-ansiedade-preconceito-saude-mental-das-vitimas-de-mariana-tragedia-ambiental-mineracao-estudo-ufmg-barragem-fundao>. Acesso em 19 de junho de 2021.

que constituía a identidade dos sujeitos do campo e dos ribeirinhos, nas bruscas mudanças do cotidiano. A cidade de Mariana dista a 40 minutos do subdistrito e, para quem sempre trabalhou em contato com a terra ou, mesmo na Samarco, em uma rotina laboral ditada pelo ritmo de vida do campo, a cidade era como uma capital. Os moradores de Bento e Paracatu de Baixo costumavam ir à primaz de Minas quando precisavam resolver alguma burocracia em banco, correios, procurar um tipo específico de atendimento médico ou de exame de saúde. O impacto nas subjetividades está, também, no trauma de sobreviver à passagem de um mar de lama e, principalmente, no arrastar do tempo dos dias que se seguiram ao acontecimento.

Capaz de desequilibrar a vida e as estruturas que caracterizam os sujeitos, a comunidade, as expressões sociais, um evento traumático força os indivíduos a repensarem o cotidiano. Amaral (2013) define o efeito devastador do trauma sobre as identidades, memórias e afetividades de quem sobreviveu a um evento catastrófico: desestabilizador e repleto de singularidades. Consequência de tragédias, o trauma tem potência suficiente para desorganizar e afastar um indivíduo de si mesmo, desordenando, inclusive, a estrutura temporal do sujeito afetado. Ao pensar no fazer jornalístico que aborda o trauma em diferentes níveis, Amaral (2013) reflete que este tipo de produção também se posiciona no universo narrativo como um testemunho específico, que não é exatamente de quem sobreviveu ao acontecimento, mas um narrar com necessidade de organização dos fatos, na tríade: quem fala, o que fala e como se fala. O acontecimento traumático demandará, do jornalista, a escuta de diferentes fontes para reconstituir elementos do passado e do presente. As fontes também auxiliam no cumprimento do contrato pragmático e fiduciário com o leitor, na exigência de veracidade das informações. “E os testemunhos costumam ter visibilidade nas catástrofes porque possuem esta especificidade. Como afirma Ricoeur (2007), a genealogia da prática testemunhal é a fíducia” (p. 183). O evento traumático tem, como característica principal, ser um estímulo profundo o bastante para ser assimilado por quem sobreviveu. Tem, também, aspectos imensuráveis, da dimensão do indizível, difíceis e desafiadores de serem retratados por jornalistas e fontes, o que demanda do jornalismo, de acordo com Amaral, um esquadramento exaustivo:

Afinal, quem é quem nestas tragédias? Quais são suas causas? Como a população se organiza no momento pós trauma? Qual é o papel dos Governos, da imprensa, dos cientistas, da defesa civil, das instituições, dos especuladores imobiliários, dos políticos em geral e da população? Como outros países se

organizam? Como deve ser a cobertura de tais acontecimentos? (AMARAL, 2013, p. 184).

É diante de tantos questionamentos que pululam e surgem em coberturas de pautas sensíveis, que o jornalismo assume, um papel que desliza para além da tradução do mundo. Amaral se apoia em Motta (2004) para explicar a importância do posicionamento de um jornalismo comprometido em retratar o acontecimento, de “domar o selvagem, colocar ordem nas coisas, conhecê-las, nomeá-las, explicá-las, consensualizá-las para poder assimilá-las” (MOTTA, 2004 *apud* AMARAL, 2013, p. 184). O ato de buscar conhecer e reconhecer o acontecimento, colocando-o na dimensão da narrativa, é da ordem científica e relacionadora (MEDINA, 2003), não se resumindo, somente, ao exercício do jornalismo. No campo da pesquisa em Comunicação, como nos propomos refletir nesta pesquisa, o cotidiano e os sujeitos e acontecimentos que o compõem, exigem do pesquisador o desenvolvimento da habilidade de reconhecer o mundo e lhe imprimir o toque humano.

Parte 2.

A busca por sentido

3. EM BUSCA DE SENTIDO: POSSIBILIDADES PARA CONVIVER COM O TRAUMA

O tempo descontextualiza o trauma. O trauma descontextualizado em uma pessoa parece personalidade. O trauma descontextualizado em uma família parece traços de família. O trauma descontextualizado em um povo parece cultura.
Resmaa Menakem

Neste terceiro capítulo, propomos um mergulho na obra “Em busca de sentido” (1984), de Viktor Frankl. O livro nos apresenta ancoragem para pensar o trauma a partir da tese do otimismo trágico, desenvolvida por Frankl, e entender como as narrativas traumáticas podem se estruturar como dispositivos de mobilização no jornal *A Sirene*, assunto para o terceiro capítulo desta pesquisa. Antes de nos aprofundarmos na obra de Frankl, acreditamos ser essencial realizar uma aproximação com o escritor para, então, entendermos como o referencial teórico nos apresenta bases para a análise do objeto desta pesquisa.

Viktor Emil Frankl (1905-1997) foi professor de Neurologia e Psiquiatria na Universidade de Viena. Vienense e também judeu, é fundador da logoterapia, versão moderna da análise existencial considerada uma escola psicológica de caráter fenomenológico. *Logos* vem do grego e significa “sentido”, assim, a logoterapia trabalha no sentido da existência humana, auxiliando a pessoa, sobrevivente de um evento traumático, na recuperação dos sentidos de sua existência ou, pelo menos, na volta da perspectiva de que é possível, mesmo convivendo com memórias traumáticas, esperar novos sentidos para a sua vida. É, portanto, uma terapia que segue a linha existencial-humanística, com bases antropológicas, e que busca abarcar o sujeito em toda a sua completude. A escola é, também, chamada de Terceira Escola Vienense de Psicoterapia, no qual as duas primeiras são a da Psicanálise de Freud e a da Psicologia Individual de Adler. A logoterapia se tornou mais concreta e foi colocada em prática após a própria experiência de vida de Frankl: prisioneiro por três anos dos campos de concentração do regime nazista, Frankl vivenciou a sua existência, e a dos demais prisioneiros, reduzidas ao máximo do horror. Pontuamos que só após a experiência traumática de sobreviver ao horror nazista é que se deu a concretude da logoterapia porque, antes de sobreviver à brutalidade dos campos de concentração, Frankl já havia utilizado o termo “logoterapia” em uma conferência em 1926. À época, ainda estudante de medicina, Frankl frequentava os círculos da psicologia individual de Alfred Adler, mas não concordava com o que se entendia como “psicologismo”, proposto pelo psicólogo austríaco. Frankl, então, passa a

organizar postos de aconselhamento para a juventude com o intuito de oferecer uma alternativa ao enfrentamento dos altos números de suicídios entre os jovens de Viena. Em conjunto com os estudos em medicina, Frankl se dedicava às leituras filosóficas, que certamente deram valiosas bases para a estruturação do que viria a ser a logoterapia nos anos pós campos de concentração: Kant, Heidegger, Fechner, Kierkegaard, Schopenhauer, Max Scheler eram alguns dos referenciais teóricos. Em 1940, Frankl assumiu o cargo de diretor do setor neurológico do Hospital Rothschild, uma vez que não conseguiu obter de imediato o visto para sair do país com a família. Dois anos mais tarde, em 1942, Frankl negou o visto de imigração que lhe permitia ir para os Estados Unidos sozinho – novamente sua família não conseguiu o documento e, por este motivo, optou por continuar na Áustria. No mesmo ano, a Gestapo prendeu Frankl e seus familiares, que foram distribuídos pelos campos de concentração nazista. Toda a experiência como prisioneiro, inclusive de Auschwitz, está descrita no livro “Em busca de sentido” (1985), obra que lhe permitiu desenvolver, de forma mais contundente, os preceitos da logoterapia, e que utilizamos nesta pesquisa como referencial teórico importante para o estudo das narrativas do trauma no jornal *A Sirene*. O livro, estruturado como um ensaio psicológico, foi organizado em três partes: a primeira, intitulada “Em busca de sentido”, Frankl faz uma incursão pela sua vivência nos campos de concentração, organizada em “A primeira fase: recepção no campo de concentração”, “A segunda fase: a vida no campo de concentração” e, por fim, “A terceira fase: após a libertação”. Nas outras duas seções do livro, estão o capítulo dois “Conceitos fundamentais da logoterapia”, e o capítulo três “A tese do otimismo trágico”, utilizada nesta pesquisa como tese de apoio para condução das análises das reportagens da *Sirene*.

No prefácio, escrito por Gordon Allport¹³, ex-professor de Psicologia da Universidade de Harvard, está expresso o fascínio da produção e da terapia desenvolvida pelo neuropsicólogo sobrevivente do nazismo: “Como foi que ele – tendo perdido tudo o que era seu, com todos os seus valores destruídos, sofrendo fome, frio e brutalidade, esperando a cada momento a sua extinção final – conseguiu encarar a vida como algo que valia a pena preservar?” (p. 5). Um psiquiatra que sobrevive a uma experiência tão aguda realmente tem algo a dizer, como afirma Allport. Toda a família de Frankl foi morta nos campos de concentração, com exceção de uma irmã. O pai foi assassinado no campo de Theresienstadt, na República Tcheca; a mãe e o irmão

13 Gordon Allport, além de ex-professor de Psicologia de Harvard, foi um dos incentivadores da logoterapia nos Estados Unidos. Graças à Allport, o interesse em torno da terapia vem crescendo exponencialmente no hemisfério norte.

caçula, em Auschwitz, na Polônia; e a esposa grávida, em Bergen-Belsen, na Alemanha. Em 1945, Frankl foi libertado e, já no ano seguinte, considerado um dos principais responsáveis por disseminar uma luta contrária à “culpa coletiva”, que estava baseada no anseio social por um tribunal pós-guerra que julgasse grupos inteiros do Partido Nacional Socialista, ao invés dos indivíduos. Ainda na década de 1940, Frankl assumiu a direção do setor de neurologia da Policlínica de Viena, cargo que ocupou até a década de 1970, e ingressou no doutorado em filosofia, concluído em 1949. O psiquiatra retomou a produção intelectual, sendo autor de 32 livros, traduzidos em 27 idiomas. O neuropsiquiatra também participou de centenas de conferências em mais de 200 universidades, incluindo o Brasil. Em 1984, esteve em Porto Alegre, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para participar do I Encontro Latino-Americano Humanístico Existencial: Logoterapia; em 1986, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e em 1987, na Universidade de Brasília. Atualmente, existem institutos de logoterapia na Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, Israel, Itália, Peru, Porto Rico, África do Sul, Suécia e Estados Unidos.

Escrita em apenas nove dias, a primeira edição de “Em Busca de Sentido” foi publicada em 1946, e se consagrou, ao mesmo tempo, como uma observação psicológica e um testemunho de imensa humanidade. Em 1983, o autor realizou uma atualização da obra adicionando o terceiro capítulo “A tese do otimismo trágico”, fruto de uma palestra realizada como presidente honorário do Terceiro Congresso Mundial de Logoterapia, no Auditorium Maximum da Universidade de Regensburg, na Alemanha. Com pouco mais de 100 páginas, a publicação mais atual está na 50ª edição e, em 2007, o livro atingiu a marca de 12 milhões de exemplares vendidos. Nomes como Karl Jaspers, filósofo e psiquiatra alemão, consideram “Em Busca de Sentido” como “um dos maiores livros da humanidade”, além de ser uma das dez obras mais influentes dos Estados Unidos, conforme pesquisa realizada pela Biblioteca do Congresso dos EUA, publicada pelo *The New York Times* em 1991.

3.1 A tese do otimismo trágico

Após uma apresentação do autor, sua trajetória e a importância da obra “Em Busca de Sentido” (1985), o momento é de nos debruçarmos sobre “A tese do otimismo trágico”, capítulo

essencial para iniciarmos as reflexões que sustentam a análise das reportagens da *Sirene*. Frankl inicia a seção lançando um questionamento: o que devemos entender por “otimismo trágico?” Para o teórico, o conceito diz respeito à pessoa que é e permanece otimista apesar da “tríade trágica”, como é definida na logoterapia a tríade de aspectos da existência humana: dor, culpa e morte. Mas o que está por trás desta pergunta é a questão que, também, direciona o capítulo da “tese do otimismo trágico”, e as reflexões em que baseamos a análise das narrativas traumáticas no jornal *A Sirene*: como é possível dizer sim à vida apesar de tudo isso? Ou, no caso dos atingidos pela barragem de Fundão, como é possível dizer sim à vida após a perda das casas, terras, fontes de renda, após o forte abalo nas subjetividades e das constantes violações de direitos por parte da Vale e da Fundação Renova? Como é possível dizer sim apesar da perda da dinâmica de vida que se estava habituado a vivenciar? “Como, para colocar a questão de outra forma, pode a vida conservar seu sentido potencial apesar dos seus aspectos trágicos?” (p. 161). O otimismo, na tese levantada por Frankl, não está ligado ao entendimento de se permanecer positivo e feliz em meio às catástrofes da vida. Por isso mesmo, o autor se preocupa em fazer essa distinção ao afirmar que a vida tem potencial de apresentar sentido mesmo nas situações mais miseráveis, revelando uma tentativa de tirar o melhor das situações. O autor também explica a etimologia da palavra “otimismo”:

O ‘melhor’, no entanto, é o que em latim se chama optimum – daí o motivo por que falo de um otimismo trágico, isto é, um otimismo diante da tragédia e tendo em vista o potencial humano que, nos seus melhores aspectos, sempre permite: 1. transformar o sofrimento numa conquista e numa realização humana; 2. extrair da culpa a oportunidade de mudar a si mesmo para melhor; 3. fazer da transitoriedade da vida um incentivo para realizar ações responsáveis (FRANKL, 1985, p. 161).

Por isso, Frankl faz uma ressalva: o otimismo não é algo que pode ser determinado; ou que a pessoa pode simplesmente forçar-se a ser/estar otimista – e o mesmo acontece com os sentimentos de esperança, amor e fé, que também não podem ser impostos por nós em nós mesmos, ou por outrem. Da mesma forma, para Frankl, o ser humano não é alguém em busca da felicidade em si, mas de um propósito, uma razão para ser feliz por meio da realização concreta do significado potencial inerente e latente de uma situação (FRANKL, 1984). Na logoterapia, a vontade de sentido é, justamente, orientada para uma realização de sentido, o que, por fim, irá proporcionar

ao sujeito um motivo para a felicidade. Tal busca patológica pela felicidade “foi denominada por Frankl como ‘princípio autoanulativo’, segundo o qual quanto mais o homem persegue uma ideia acabada de felicidade, prazer ou sucesso, em detrimento da realização de sentido, mais ele se distanciará desse objetivo”. (FRANKL, 1984 *apud* MOREIRA, N; HOLANDA, A. 2010, p. 346). Assim, quando a busca pelo sentido é eficaz, o sujeito se sente feliz e, ao mesmo tempo, com potência o suficiente para enfrentar o sofrimento.

O desenvolvimento, ou o exercício da “tese do otimismo trágico”, coloca o sujeito sob a ação da “tríade trágica”, a tríade dos aspectos da existência humana: dor, culpa e morte. Para Frankl, estes pontos da existência humana, diante da tragédia, do sofrimento, da catástrofe, permitem que o sobrevivente transforme o sofrimento em uma espécie de conquista, em uma realização humana; encontre na extração da culpa uma oportunidade de mudar a si mesmo; e se apoie na transitoriedade da vida para lançar um incentivo à realização de ações responsáveis.

3.2 Outras formas de busca por sentido: organizações e mobilizações sociais

Nesta seção seguimos nos debruçando sobre as possibilidades de busca de sentido após a sobrevivência a um acontecimento traumático. Agora, lançamos o olhar para outras formas de sentido que também atuam como dispositivos mobilizadores, e vão para além da tese do otimismo trágico. Para nós, a observação de outras formas é importante porque a tese de Frankl funciona, primordialmente, como ancoragem teórica preciosa para construção da metodologia de análise das narrativas do trauma na *Sirene*. Entretanto, para complementação do olhar, compreendemos ser essencial a busca por movimentos outros que atuam, também, como dispositivos mobilizadores a partir do trauma. Entendemos que a organização dos atingidos em um coletivo, na composição do corpo editorial do periódico, e na mobilização para produção das reportagens também funcionam como dinâmicas importantes para a ressignificação da dor, do sofrimento, do trauma, da indignação, da revolta. Mas antes é fundamental realizar uma abordagem das outras formas de busca de sentido, como as organizações e mobilizações sociais, funcionando como elementos balizantes para, em um movimento mais amplo, podermos nos dedicar à análise das narrativas do trauma como dispositivos mobilizadores das comunidades atingidas. Portanto, há de ser caro nos debruçarmos sobre exemplos de organizações da sociedade que também realizaram o mesmo

movimento, o que nos possibilita, assim, beber de ambas as fontes de referenciais teóricos: da logoterapia e, principalmente, da tese do otimismo trágico; e das outras formas de busca por sentido a partir das mobilizações sociais. Nesta seção trazemos para a discussão a formação e a importância de organizações e movimentos sociais como dispositivos de mobilização e, principalmente, como ferramentas que possibilitam que a dor, o sofrimento, o trauma se transformem em potência mobilizadora. Para o início das nossas reflexões, o movimento das Arpilleras.

Chile, início da década de 1970. Em meio ao cenário de Guerra Fria e de Revolução Cubana, o Chile experienciava o governo de esquerda de Salvador Allende, fatores mais que suficientes para que os militares chilenos deixassem de lado a neutralidade político-partidária para interferirem diretamente nas instituições do Estado democrático. Após setembro de 1973, momento em que o golpe militar chileno foi concretizado com o palácio presidencial cercado, o Grupo de Amigos Personales (GAP), alvo de ataques, e Salvador Allende, assassinado pelo Exército, o regime militar, tendo o general Pinochet como presidente, pretendeu acabar completamente com os movimentos políticos e sociais do Chile. Ao mesmo tempo em que acontecia o dismantelamento do Estado, que enfrentava grave crise econômica, o regime se consolidava por meio da extrema violência política contra os opositores, o que fez com que a ditadura Pinochet ficasse conhecida como uma das mais brutais na história da América Latina. Nos primeiros meses do golpe militar, mais de 80 mil pessoas foram presas por variados motivos: “Qualquer atividade político-partidária era praticamente impossível durante a ditadura chilena. Os líderes da UP foram desaparecidos ou exilados. Com a desindustrialização do país e a queda real dos salários, o movimento sindical foi quase que totalmente controlado e desarticulado.” (MEMÓRIA E RESISTÊNCIA, 2021).

É neste cenário de duras repressões, violências, perseguições, altos índices de desemprego, sufocamento de movimentos políticos, sociais e partidários, que as Arpilleras ganham força. A técnica têxtil denominada arpillera tem raízes em uma antiga tradição popular das bordadeiras de Isla Negra, área costeira em El Quisco, a 96km da capital Santiago. Anteriormente ao governo militar, a atividade artesanal era utilizada como forma de subsistência mas, com a instauração do governo militar, a arpillera se transformou, também, em ferramenta de luta, denúncia e mobilização. Com as roupas de maridos, filhos e irmãos desaparecidos, mulheres do subúrbio de Santiago começaram a denunciar as tantas violações aos direitos humanos cometidos pelo governo

de Pinochet. São peças repletas de materialidade discursiva, na qual o contexto político-social, e, primordialmente, a dor, o desespero e o trauma advindos do desaparecimento de presos políticos, são os temas mais marcantes dos trabalhos. As peças eram produzidas artesanalmente como marcas discursivas e, também, como símbolo da mobilização de uma comunidade, tendo como fruto suas reivindicações contra as violências praticadas pelo governo militar. Além disso, as peças representam uma tradição popular da América Latina, sendo patrimônio de uma cultura e, também, uma ruptura social: na maioria das vezes, as mulheres artesãs produziam os tapetes em conjunto, costurando palavras de ordem, frases de denúncias contra as violências cometidas a seus filhos e maridos, posicionando-se no cenário como artesãs e militantes. O contexto de repressão resultou em um cotidiano em que mulheres chilenas, mães, esposas e filhas de perseguidos e presos políticos, também passaram a ser vigiadas, controladas e ameaçadas pelo governo militar. O cenário está expresso nas peças artesanais produzidas a partir da mobilização dessas mulheres, em que há, na essência dos trabalhos artesanais, a representação das vidas, memórias e lutas de um período de resistência. É também notável a proximidade com as experiências de repressão e resistência vivenciadas no estado de exceção brasileiro, uma vez em que há o compartilhamento de angústias e inquietações vivenciadas por quem sobreviveu e agora compartilha suas memórias.

A prática da costura e do bordado também é adotada em outros países como forma de posicionamento contra violações de direitos e sofrimentos de populações. Na África do Sul, grupos de mulheres bordavam colchas e telas para denunciar as políticas segregacionistas do Apartheid. Este movimento foi essencial para somar forças às denúncias que aconteciam no país feitas por outros grupos e movimentos sociais que se opunham ao Apartheid de forma não violenta. Ao mesmo tempo, a prática foi um movimento importante para canalização da dor das mulheres que contavam as histórias de suas famílias e comunidades por meio do trabalho com a linha e agulha. Em países da Ásia Central as técnicas têxteis também foram utilizadas para denunciar contextos de violações de direitos humanos, se posicionar criticamente e retratar memórias, identidades e subjetividades. No Afeganistão, por exemplo, o tecer produzido por grupos de mulheres contou as vivências de comunidades em contextos de guerra, desde a invasão da URSS em 1979, à invasão do Afeganistão liderada pelos Estados Unidos em 2001. Os bordados e costuras dão conta dos cotidianos em meio ao terror das guerras, as dimensões das destruições, os traumas e sofrimentos psíquicos.

A técnica das arpilleras vem sendo resgatada no Brasil desde 2013. Por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mulheres de diferentes regiões brasileiras utilizam o método artesanal da arpillera para denunciar os abusos, violações de direitos e desrespeitos cometidos pelas mineradoras nas construções de barragens. É a partir deste fato que chegamos ao segundo exemplo de mobilização social que é, para nós, mais uma forma de busca de sentido. O MAB resgatou a técnica das arpilleras para servir como ferramenta de denúncia das violações de direitos e traumas a que as comunidades de atingidos são submetidas ao serem expulsos de suas terras. Por meio de telas políticas, as mulheres atingidas costuram memórias, afetos, identidades, questões de defesa de suas casas, comunidades e territórios, dos rios, plantações e criações de animais. É uma atividade sublime e de grande potência de mobilização social: “Com oficinas de capacitação, o MAB passou a compartilhar, entre as mulheres atingidas por barragens, novas oportunidades para a ressignificação de suas dores ao bordarem suas histórias de vida e resistência”. (FERNANDES, B; ESMERALDO, G; ALVES, M. 2020, p. 134).

Inclusive, o MAB é aqui acionado como exemplo de organização social com potência mobilizadora a partir da ressignificação de violações de direitos, dores e traumas na forma de organização social sólida e de grande importância no histórico de nosso país. É datada de 1º de janeiro de 1987 a Primeira Reunião Nacional dos Atingidos por Barragens. A luta dessas populações contra as injustiças praticadas por empresas e governos na construção de barragens de minério e hidrelétricas é antiga e, infelizmente, constantemente renovada. No princípio, os protestos eram isolados e pouco organizados, mas, ainda assim, aconteceram lutas significativas, com destaque para a mobilização contra a construção de Itaipu, no Rio Paraná (PR), em que a organização dos atingidos se mobilizou e desenvolveu grandes protestos mesmo no cenário de forte repressão da ditadura militar. Organizados no Movimento Justiça e Terra, os agricultores atingidos pela construção da barragem acamparam em frente ao escritório da empresa Itaipu Binacional, em Santa Helena (PR), exigindo abertura de negociações. De acordo com o MAB¹⁴, este foi um dos primeiros acampamentos que o Movimento tem registro. No mesmo período, houve registro de lutas em São Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará e Rio Grande do Sul: “Da troca de experiências é que surgiu a ideia de realizar uma primeira reunião nacional dos atingidos por barragens”. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2020). A partir deste

14 A linha temporal com as principais organizações e lutas contra a construção de barragens elétricas e em contextos de rompimento de barragens de rejeitos está no site do Movimento dos Atingidos por Barragens: <https://mab.org.br/quem-somos/>. Acesso em 05 de maio de 2021.

acampamento, registrado como primeira grande mobilização do MAB, começaram a ocorrer novas mobilizações e discussões voltadas para a questão ambiental e o direito das comunidades expulsas de seus territórios e profundamente atravessadas pelas consequências do modelo energético e extrativista que explora nossas riquezas e nossa gente. Um dos principais objetivos da organização é atuar em conjunto a comunidades que têm seus direitos violados pelas grandes empresas, empoderando estes sujeitos, levando o direito ao acesso à informação e à comunicação, trabalhando ativamente na defesa das populações atingidas. Além disso, o MAB tece duras críticas ao padrão desenvolvimentista adotado pelo Brasil, articulando a forma como são produzidas e distribuídas as riquezas nacionais, a apropriação e controle dos recursos ambientais. Em 19 de abril de 1989, aconteceu o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com o auxílio de setores das igrejas católicas e evangélica de confissão luterana, do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, da Comissão Pró-Índio de São Paulo, do Centro de Documentação e Informação (CEDI), do Polo Sindical do Submédio São Francisco. Realizado em Goiânia, o evento foi preparado em quatro etapas regionais: Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, e foi consagrado, principalmente, pela troca de experiências entre as organizações e comunidades atingidas de todo o país: “Foi um momento importante, onde se decidiu por constituir uma organização nacional forte para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens no Brasil. O Encontro de Goiânia também criou uma Comissão Nacional Provisória para organizar o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, que seria realizado dois anos após” (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2020).

Ainda no âmbito das dores e destruições provocadas por construções e rompimentos de barragens, o Instituto Camila e Luiz Taliberti tem na sua fundação e atuação uma outra forma de busca de sentido. Camila Taliberti e Luiz Taliberti eram irmãos e estavam hospedados na pousada Nova Estância, em Brumadinho (MG), junto com a esposa de Luiz e o filho do casal, Lorenzo, ainda em gestação. A família havia se hospedado na localidade mineira para visitar o Instituto Inhotim, mas, no dia 25 de janeiro de 2019, o passeio e as vidas da família foram interrompidos pela brutalidade do rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, que destruiu parte da comunidade de mesmo nome da barragem e, junto, a pousada em que a família se hospedava.

A indignação e o profundo sofrimento da mãe dos jovens, Helena Taliberti, e dos demais familiares de Camila e Luiz puderam ser utilizadas, de certa forma, como potências mobilizadoras para a criação de uma organização que tem como objetivo denunciar o crime da Samarco e lutar

pelas causas defendidas pelos filhos. Em entrevista ao portal Conectas¹⁵, Helena explica que o Instituto Camila e Luiz Taliberti está baseado nos ideais e nos valores dos filhos:

A Camila tinha uma preocupação muito grande com essa questão social e de empoderamento de grupos vulneráveis, especialmente mulheres. O Luiz tinha uma preocupação imensa com o meio ambiente, com qualidade de vida e nós estamos trilhando esses caminhos (CONNECTAS, 2020).

Ao mesmo tempo, o Instituto se posiciona como um acervo digital para que as denúncias não aconteçam por si só e que possam propor soluções para, de fato, mudar realidades. Desde a fundação, o Instituto tem recebido apoio de artistas, cineastas, jornalistas, engenheiros e outros membros da sociedade. Ao longo dos meses, desenvolve debates voltados para as temáticas da proteção do meio ambiente e da proteção de grupos vulneráveis, como discussões voltadas para o fim da violência doméstica, além de apoiar pesquisas e projetos de preservação do meio ambiente e empoderamento de grupos que atuam em defesa aos direitos humanos. No dia 25 de janeiro de 2020, data que marcou o primeiro ano do rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, o Instituto promoveu um minuto de silêncio na Avenida Paulista. Às 12h28, na Av. Paulista com a rua Pamplona, o Instituto disparou uma sirene por 60 segundo, em alusão ao sistema de segurança que, mais uma vez, assim como em Bento Rodrigues, não tocou na comunidade Córrego do Feijão – em Bento, não existia sirene instalada no subdistrito. Já no complexo da Mina Córrego do Feijão, a sirene estava instalada, mas em uma localização abaixo da barragem. Quando houve o rompimento, a lama de rejeitos destruiu, também, o instrumento de alerta, o que, mais uma vez, não alertou as pessoas próximas à construção. Houve, também, uma performance realizada por voluntários representando cada uma das vítimas do desastre. Mais tarde, voluntários, amigos e familiares de Camila e Luiz Taliberti fizeram uma caminhada até a rua Consolação, finalizando o dia com uma projeção no prédio em que funcionava o Cremesp. Essa e outras intervenções também são realizadas pela instituição, que busca desenvolver atos simbólicos para maior conscientização sobre a gravidade do acontecimento e de que o rompimento poderia ter sido evitado, como aconteceu em Bento Rodrigues: “O que me move mais ainda, essa morte deles, assim como das outras vítimas, não pode ter sido em vão. Além de não ter sido em vão, também não pode repetir.

15 A entrevista completa pode ser acessada no link: <https://www.conectas.org/noticias/helena-taliberti-e-marcela-rodrigues-a-dor-da-perda-e-a-luta-por-justica/>. Acesso em 30 de fevereiro de 2021.

Porque se teve Mariana e repetiu Brumadinho, vai repetir de novo? Não pode, né? Repetir não pode!” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

3.3 A comunicação popular como dispositivo de transformação

Para pensar a comunicação popular como dispositivo com potencial de transformação de realidades, nos apoiamos na compreensão de dispositivo anteriormente destrinchada, sendo, para nós, cara o entendimento de que os dispositivos são compreendidos como uma rede de inteligibilidade, que tecem, a partir das linhas de enunciação, luz e subjetivação, os significados a respeito de um acontecimento, uma comunidade, seus sujeitos e subjetividades. Entendemos a comunicação popular como um instrumento de mobilização e transformação social – percepção importante para semear o solo e fundamentar os terceiro e quarto capítulos, em que nos dedicamos a pensar o jornal *A Sirene*, na forma de jornalismo comunitário, e suas narrativas do trauma como dispositivos de mobilização. Para tanto, nesta seção, nos debruçamos sobre as reflexões a respeito da comunicação nos movimentos populares, com base no livro de mesmo nome escrito por Cicilia Peruzzo (1998). Para a autora, a comunicação popular, ou comunitária, foi gestada no interior da organização dos movimentos sociais populares nos anos 1970 e 1980. Em um contexto de repressão imposto pelo regime militar, junto a uma sociedade civil inconformada com as condições sociais, econômicas e políticas do Brasil, entre tantas tentativas de resistência e reivindicação, houve o impulsionamento da estruturação da comunicação popular. Peruzzo afirma que, no final dos anos 1970, setores das classes subalternas se viram afastados do acesso pleno à cidadania durante os 21 anos de ditadura. Começam então, a denunciar, resistir e reorganizar-se em torno de seus direitos, a lutar contra violações de direitos humanos, buscando reparações para injustiças, sofrimentos e traumas, como as torturas, assassinatos e desaparecimentos de brasileiros que lutavam contra a repressão. É quando começam a pulular novos movimentos sociais e sindicais, tendo a mobilização social como ferramenta importante para o empoderamento e impulsionamento destes sujeitos:

Em síntese, apontam-se como principais os seguintes: a espoliação concreta das classes subalternas, refletida na degradação das condições de vida (não consideradas em si mesmas, mas enquanto potencialmente alimentados de reivindicações); a compreensão emergente da população quanto à precariedade de sua existência e às suas privações; a percepção da necessidade de ação coletiva para interferir nos

processos decisórios do poder público e das empresas privadas; o momento político global, acenando com uma abertura relativa; e o apoio encontrado na sociedade civil, principalmente de setores da Igreja Católica e de outras instituições atentas aos direitos da pessoa humana. (PERUZZO, 1998, p. 31).

Os movimentos sociais populares, mesmo enfrentando diversas limitações que variam de acordo com o momento histórico, vão ocupando lugar na sociedade e contribuindo para a construção e fortalecimento da cidadania. É um processo que envolve a diversidade, uma vez que nossa sociedade é pluralista demais para afunilar-se em uma única organização político-partidária, por exemplo. Quando nos voltamos para compreender os movimentos de mobilização social, Peruzzo explica que há teóricos que expressam uma certa desilusão pelos movimentos não terem alcançado certos graus de questionamento do sistema; e outros que expressam que os movimentos entraram em marcha ré. O primeiro grande momento foi fortemente marcado pela mobilização, contexto em que a população passou a mobilizar-se de forma bastante organizada, ocupando espaços públicos para denunciar, reivindicar e opor-se a acontecimentos ou decisões do governo, como:

(...) a resistência aos despejos nas primeiras ocupações de terrenos urbanos; o apoio às greves dos metalúrgicos do ABCD paulista, na década de setenta; o Movimento do Custo de Vida, que, para protestar contra a alta deste, reuniu em 1978 cerca de vinte mil pessoas batendo panelas na Praça da Sé, em São Paulo, e colheu mais de um milhão de assinaturas num abaixo-assinado. (PERUZZO, 1998, p. 40).

Esse foi um processo intenso de conscientização a partir da força da mobilização, e um consequente entendimento de que, a partir da coletividade, mudanças poderiam ser alcançadas, além da compreensão de que a mobilização renova as forças e as esperanças por requerer direitos: “A mídia concedeu amplos espaços a essas manifestações, que para o Estado não passavam de afrontas. Alguns teóricos começaram a ver nos movimentos a grande esperança de mudança social.” (p. 41).

O processo de participação da sociedade brasileira nas mobilizações e movimentos sociais, apesar de existente, ainda é tímido e fragmentado. Ainda assim, notamos na formação e na prática dos movimentos sociais populares, que surgem das bases, uma estruturação independente que, pouco a pouco, abre espaço para a democratização e maior poder cidadão. Peruzzo se apoia em autores dos movimentos sociais para pensar alguns conceitos genéricos, como o acesso, o tomar parte, o partilhar, cogestão e autogestão. Para a autora, é possível englobar em três diferentes

modalidades a participação popular, a partir de uma perspectiva mais ampliada, compreendendo a participação como passiva, controlada ou participação-poder. Não são, necessariamente, cronológicas, nem se excluem mutuamente podendo, inclusive, existirem dialeticamente. No caso da participação de atingidas e atingidos no corpo editorial do jornal *A Sirene*, e como repórteres, fotógrafos e fontes das matérias, além de leitores do periódico, essas participações se configuram, de acordo com Peruzzo (1998), uma participação-poder. Tal modalidade é instituída de acordo com processos que favorecem a participação democrática, ativa e autônoma, tríade que proporciona maior empoderamento das pessoas e organizações: “É uma participação independente, não manipulada, apesar de, por vezes, ser limitada no sentido de não atingir todas as instâncias da estrutura política ou não abarcar todas as decisões. O exercício de poder é partilhado” (p. 81).

O editorial da edição 0, que inaugura a entrada do jornal *A Sirene* e, por consequência, da voz dos atingidos no campo de disputas narrativas, realiza uma retomada do dia do rompimento de Fundão e de suas consequências. Os sofrimentos, traumas e lutas, em adição à falta de representatividade midiática destes sujeitos, junto às mudanças de consequências tão profundas e subjetivas, funcionam como elementos impulsionadores para a estruturação de um canal de comunicação dos sobreviventes: “A mudança do espaço e das circunstâncias em que viviam trouxe a necessidade de repensar a própria maneira como se comunicavam, questão importante tanto para reconstruírem suas vidas, quanto para se prepararem para a luta pelos seus direitos”. (A SIRENE, p. 2). O editorial segue fortalecendo as justificativas da urgência e legitimidade da criação do periódico que, desde novembro de 2015, se estrutura como jornal independente, por ser um canal de comunicação oficial e que fortalece a articulação das comunidades atingidas, potencializa a luta por direitos, além de ser um espaço para reverberação de dores e sentimentos, fortalecimento da autonomia e empoderamento a partir da livre circulação de informações “Nasce da união entre atingidos e os grupos de apoio #UmMinutoDeSirene, Arquidiocese de Mariana, ICOSA/UFOP e NITRO” (A SIRENE, p. 2). A forma de trabalho do periódico, vem se desenvolvendo e se aprimorando ao longo dos anos de existência, também é explicitada logo no editorial da edição 0, ao apresentarem que as pautas são determinadas por aqueles que se prontificam a participar, e todo o trabalho é feito por equipes de atingidos, jornalistas, fotógrafos e voluntários: “A Sirene é um jornal feito pelos atingidos para os atingidos. Mais uma ferramenta de apoio para que a

comunicação e a preservação de suas memórias se tornem seus patrimônios. Um convite a todos para não esquecer”. (A SIRENE, p. 2).

Christa Berger (1989) contribui para os estudos sobre a comunicação popular ao afirmar que essa vertente comunicacional abrange, principalmente, falar em diálogo, em relação e em cultura. Por isso, requer uma interdisciplinaridade em um sentido mais profundo, uma vez que há uma quebra no raciocínio do que vinha sendo compreendido em momento anterior aos estudos da comunicação, no qual eram compreendidos apenas os meios, os canais e as mensagens. Ao trazer a comunicação popular para o contexto da cultura, exigido por sua reflexão, há a introdução da dimensão do conflito na história, uma vez que o popular também se define como movimento de resistência e, em consequência, há a ideia de ação, de práxis, e de uma prática em conflito:

Ou seja, o estudo da comunicação popular redefiniu o próprio conceito de popular, superando a versão populista e idealista, para quem povo é consciência de classe em oposição à massa despolitizada. Esta redefinição do popular permitiu pensar a diversidade e a pluralidade e revalorizar a relação entre comunicação de massa e comunicação popular, redimensionando este espaço ambíguo e conflituoso em que se produz o popular, fora do qual é elevado a uma categoria abstrata (BERGER, 1989 p. 30 *apud* PERUZZO, 1998, p. 114)

Por isso, as investigações que envolvem a comunicação popular demonstram a necessidade de as teorias abordarem processos em um contexto mais amplo, indo além do estudo comunicativo fechado em si mesmo. No caso de um jornal, por exemplo, a dinâmica social na qual o periódico se insere é o que vai potencializar os significados do processo comunicacional. É apresentado, então, a importância de analisarmos as narrativas do trauma no Jornal *A Sirene*, pensando estas como dispositivos mobilizadores, englobando, também, o contexto em que as narrativas são produzidas, os motivadores, o cenário do acontecimento traumático e as indissociáveis consequências vivenciadas pelas comunidades atingidas e que, de certo modo, foram ferramentas motivadoras para a criação da *Sirene*, as propostas de pautas e as produções das reportagens.

A comunicação popular surge, inclusive, em um contexto sócio-histórico de extrema insatisfação popular com as condições de vida, junto a inexistência de liberdade de expressão e forte repressão por parte do governo militar. É neste cenário que setores populares constroem ferramentas alternativas de comunicação, independentes do controle governamental e/ou empresarial: “A ‘nova’ comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado em pequenos jornais, boletins, alto falantes,

teatros, folhetos, volantes, vídeos, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc.” (p. 115). É também por conta destes elementos que a comunicação popular se diferencia bastante da comunicação praticada pelas grandes empresas jornalísticas. Por ser fruto de um processo, por nascer da dinâmica organizacional de grupos populares que tinham (e, até hoje, têm) a urgência de adentrar no contexto de disputas narrativas com suas próprias vozes, sem dependerem de mediação política e/ou econômica, encontram livre canal para denúncias, reivindicações e construções narrativas mais próximas das realidades que viviam e necessitavam que fossem transformadas. A questão da participação e da mobilização popular, inclusive, está intrinsecamente voltada para o desejo de mudança social – como notamos na estruturação do corpo editorial e nas construções das notícias do jornal *A Sirene* –, sendo esta uma das características essenciais para a existência e desenvolvimento da comunicação popular.

Aqui nos é importante pontuar a multiplicidade de significados de “popular” que, à primeira vista, pode ser entendido somente como algo relativo ao povo. Entretanto, Peruzzo pontua que é, sim, de definição do “povo” que se começa a construir o entendimento de popular. Entretanto, outras compreensões surgem para a tecitura do entendimento deste conceito. Para tanto, Peruzzo busca as reflexões de Luiz Wanderley (1979), que pontua que uma primeira abordagem possível está relacionada ao senso comum do que é “o povo”. De maneira vaga, são aqueles que não têm tantos recursos, posses ou títulos e que estão em contraposição aos empresários, intelectuais. Um segundo entendimento de povo está apoiado na dicotomia elite-massa, no qual existem as minorias da elite dominante e, por outro lado, a massa atomizada e desorganizada, ou, “o povo”. Uma terceira concepção entende o povo por um conjunto de indivíduos iguais que compartilham os mesmos interesses, algo voltado para a unidimensionalidade provocada por uma cultura imposta pela minoria que está no poder. Uma quarta possibilidade de interpretação identifica como “povo” aqueles que lutam contra um colonizador estrangeiro, sendo o “não-povo” aqueles que são ou se aliam ao colonizador. Outro entendimento toma como “povo” as classes subalternas, em oposição às minorias que compõem as classes dominantes. Por fim, o último posicionamento compreende “povo” como um conceito dinâmico, aberto e, ao mesmo tempo, conflitivo, que confere constante atualização aos entendimentos de povo e antipovo. Entretanto, Peruzzo complementa que a maioria dos estudos de comunicação popular, quando sob perspectiva dos movimentos sociais, parte do pressuposto que o povo é composto pelas classes subalternas, submissas, econômica e politicamente. A autora

pontua que o entendimento de povo não é algo que possui estatuto teórico universal, sendo impossível encaixá-lo em uma categoria de análise pré-fixada: “É preciso apontá-lo em seu contexto, como uma realização histórica, cuja composição e interesses variam em função de valores determinantes, estruturais e conjunturais, constituindo-se sempre um todo plural e contraditório”. (p. 118).

Há, também, o envolvimento de conotações diversas quando pensamos em “popular”: o popular folclórico; popular-massivo e o popular-alternativo, corrente em que se enquadra a comunicação praticada pelo jornal *A Sirene*, o que, para Canclini (1987), situa essa comunicação em um novo contexto de pensamento, em que a comunicação e a cultura se relacionam. Para Peruzzo, é uma comunicação posicionada no contexto dos movimentos sociais dos grupos subalternos, da comunicação ligada à luta do povo por melhores condições de existência e por emancipação. Os estudiosos que se debruçam sobre esta corrente entendem a comunicação popular como uma realização da sociedade civil, que se constitui historicamente e, portanto, é capaz de sofrer transformações impostas pelo contexto, estruturando um pluralismo em sua forma e ocupando novos espaços e canais de comunicação: rádio, televisão, impresso e, principalmente, as novas tecnologias. Percebemos, neste quesito, que o jornal *A Sirene* tem sua voz ainda mais ecoada por ser produzido em formato impresso e, também, online, além de marcar presença nas redes sociais: Facebook¹⁶ e, mais recentemente, o Instagram¹⁷. O formato impresso tem tiragem de três mil exemplares mensais, e é distribuído gratuitamente na cidade de Mariana e nas localidades próximas também atingidas pela lama de rejeitos da Samarco. Agora, quando pensamos no alcance via internet, a chegada das mensagens da *Sirene* é em um contexto muito mais amplo. Somente no Facebook, rede social em que o jornal está presente desde 9 de abril de 2016, o periódico conta com 4.128 pessoas que curtiram a página e 4.211 seguidores – sem contar o alcance das postagens que são curtidas e compartilhadas da página e aparecem no *feed* de quem tem em sua lista de amigos algum seguidor da *Sirene* no Facebook. No Instagram, *A Sirene* estreou o perfil em 5 de abril de 2021.

16 A página do Facebook do jornal *A Sirene* pode ser acessada pelo link: <https://www.facebook.com/JornalSirene>. Acesso em 03 de junho de 2021.

17 O perfil do jornal *A Sirene* no Instagram pode ser acessado pelo link: <https://www.instagram.com/jornalasurene/>. Acesso em 03 de junho de 2021.

Ainda pensando o popular na comunicação, Peruzzo acrescenta que muitos autores utilizam o termo “imprensa alternativa” ao invés de comunicação popular. No Brasil, o conceito de imprensa alternativa é entendido como o jornalismo popular e, principalmente, aqueles periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica em relação à grande imprensa no contexto da ditadura civil militar. É também conhecida como imprensa “nanica”, lançada nos anos 1960 e ampliada na década seguinte que “eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposição em frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político” (p. 120). Em consequência às diversas conjunturas, a imprensa alternativa desapareceu, mas deixou duas importantes herdeiras: a imprensa partidária e a imprensa popular, a qual entendemos o Jornal A Sirene como participante e que nos debruçamos nesta pesquisa. A partir de uma perspectiva teórica, Peruzzo elencou traços comuns que fundamentam o exercício da comunicação popular a partir de um viés dos movimentos sociais. São características que se inter relacionam e não têm obrigatoriedade de aparecer em todos os produtos.

Estes traços, inclusive, são facilmente identificados no jornal *A Sirene*, o que fortalece seu caráter de veículo comunicacional popular e independente. O primeiro é a expressão de um contexto de luta, relacionada a uma luta popular contra a degradação das condições de existência e pela defesa da vida. No contexto da América Latina, se apresenta como forma de corresponder às necessidades de expressão e organização de um movimento e, ao mesmo tempo, de construção de uma nova sociedade, articulada a um processo de conscientização-organização-ação mais amplo de setores de classes subalternas. O aspecto de produção de um conteúdo crítico-emancipador também é identificado nas narrativas do jornal A Sirene, ao abordar, de forma crítica, uma dada realidade e o anseio de emancipação: “Seu conteúdo é essencialmente configurado por denúncias das condições reais de vida, oposição às estruturas de poder geradoras de desigualdades, estímulo à participação, reivindicação de acesso a bens de consumo coletivo” (p. 125). O terceiro aspecto apontado por Peruzzo é o espaço de expressão democrático, também vinculado aos interesses dos segmentos subalternos em sua metodologia, forma e conteúdo. Por ser um espaço de expressão, significa a abertura de novos canais para grupos sociais que, antes, não tinham acesso aos meios massivos para expor ideias e reivindicações. O aspecto permite, também, que o veículo popular seja constituído pelo ambiente em que está situado, participar na

manifestação dos conflitos entre os grupos sociais nos campos de interesse e de hegemonia e dispor de materiais que apresenta a participação popular como princípio e aspiração.

O quarto aspecto é uma característica da essência do jornal *A Sirene*: ter o povo como protagonista. É um aspecto visto no seu antagonismo em relação às classes dominantes e concebido como o conjunto das classes subalternas. Implica a quebra da lógica da dominação, acontecendo a partir do povo e compartilhando, dentro do possível, seus próprios códigos. O quinto e último traço comum que fundamenta a comunicação popular relacionada aos movimentos sociais é a utilização do veículo de comunicação, como no caso do jornal *A Sirene*, como instrumento das classes subalternas, no qual o entendimento de classes subalternas, utilizada por Peruzzo, parte da classificação de Gilberto Giménez: “Quando falamos em comunicação popular, referimo-nos a um certo tipo de comunicação que de alguma forma tem a ver com o povo. Por povo entendemos o conjunto das classes subalternas” (GIMÉNEZ, 1979 apud PERUZZO, 1998, p. 127). É utilizada como instrumento, então, em contexto de luta de classes, sendo vista como oposta ao modelo massivo nas mãos das classes ou grupos dominantes.

3.3.1. A tese do otimismo trágico no jornal A Sirene: marcas de vidas pós fundão

A observação das edições especiais do jornal *A Sirene* (ed. 0; ed. 8; ed. 20; ed.32; ed. 43 e ed. 55), nos possibilitaram a identificação do exercício da tese do otimismo trágico, sendo importante destacar as temáticas abordadas pelas produções e as formas de otimismo trágico relacionadas. Ao sobreviver a um acontecimento extremo, o sujeito, de acordo com a tese do otimismo trágico de Frankl, entra em contato com a dor, o sentimento de culpa e a experiência de quase morte – ou a aproximação com o limite da existência. Há muitos seres humanos que entram em contato com a ação da tríade trágica e consegue transformar o sofrimento em uma espécie de realização humana, um “incentivo” para atingir determinadas mudanças. No caso das narrativas do jornal *A Sirene*, a tese do otimismo trágico está ancorada na consciência da força da coletividade, da importância da mobilização popular, na busca por conhecimento e maior compreensão de processos e burocracias que envolvem suas condições de atingidos, na continuidade das manifestações religiosas. Para Frankl, o acesso às dimensões de dor, culpa e morte permitem que o sobrevivente desenvolva três movimentos: transforme o sofrimento em uma

espécie de conquista, em uma realização humana; encontre na extração da culpa uma oportunidade de mudar a si mesmo; e se apoie na transitoriedade da vida para lançar um incentivo à realização de ações responsáveis.

No que diz respeito aos âmbitos da tríade trágica, aplicado ao contexto da participação dos atingidos na *Sirene* e, principalmente, nos testemunhos que constroem as narrativas traumáticas do periódico, é possível identificar três movimentos que, ao nosso entendimento, se relacionam à tríade trágica. O primeiro, voltado para a transformação do sofrimento em um tipo de conquista, diz respeito ao sofrimento vivenciado pelos atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão que, de certo modo, é transformado em força motriz para a luta por direitos básicos, pelo reconhecimento da condição de atingidos por parte da Samarco, para a batalha pela entrega dos reassentamentos, para participação no jornal. Para tanto, recorremos ao editorial da edição 20, de novembro de 2017, em que estão expressas as justificativas para a escolha da capa, impressa sem foto, manchete, ou outras cores, apenas na cor branca, com o nome do jornal em tom terroso. O editorial justifica que o desejo era apresentar uma imagem que não fizesse referência a nenhuma localidade atingida em específico, uma vez que as lutas, sofrimentos, traumas e dores são comuns a todos os atingidos. O intuito também não era focar em um único tema que envolve a luta dos sobreviventes. O destaque não deveria ser o atraso dos assentamentos ou as dificuldades dos processos de indenização mesmo que, para o jornal, seja urgente denunciar tais abusos e desrespeitos. O corpo editorial acabou esbarrando, portanto, nos movimentos de denúncia e esperança, motores dos dias dos sobreviventes ao acontecimento traumático. Para alguns atingidos, a escolha deveria ser uma capa na cor preta, simbolizando o luto das comunidades. Para outros, o momento pedia otimismo e esperança, sentimentos que não se aproximam ao movimento de “tapar o sol com a peneira”, mas que transformam a esperança em combustível para a renovação das forças para continuar lutando por direitos. Por isso, o jornal chegou à decisão de publicar a 20ª edição “sem capa, sem manchete, sem cor. Sobre esse branco-amarelado do papel-jornal, há de vir um futuro sobre o qual pouco sabemos, apesar de tanto desejá-lo”. (A SIRENE, 2017, p. 3).

Imagem 2 – Capa da 20ª edição do jornal A Sirene



Fonte: Jornal *A Sirene*

Diante de tantos atrasos e impasses, o editorial se refere aos sentimentos de otimismo e esperança. Para a logoterapia, ambos sentimentos são fundamentais para a tarefa de reconstituição do sentido da existência. Para Frankl, o otimismo em sobreviventes de eventos traumáticos, como no caso do *Shoah*, é um otimismo trágico uma vez que as bases do sentimento e das motivações para o prosseguimento da vida estão fundadas em trauma e sofrimento. Entretanto, o otimismo trágico é uma forma dos sobreviventes de eventos catastróficos, como no caso dos atingidos, desenvolverem uma espécie de otimismo tendo em vista o potencial humano. Este potencial permite, de alguma forma, transformar o sofrimento em uma espécie de conquista e realização. No caso dos atingidos, podemos compreender a transformação do sofrimento em sentimento de mobilização e força para lutar pelos direitos ao reassentamento e às indenizações. Além disso, o potencial humano também está na eliminação da culpa de ser um sobrevivente de determinado

evento traumático, e na construção de uma transitoriedade da vida como um incentivo para realizar ações responsáveis (FRANKL, 1984). Assim, para o editorial da 20ª edição da *Sirene*, o otimismo é um sentimento importante para renovação das energias para que as comunidades continuem mobilizadas, lutando por direitos, participando das incontáveis assembleias e reuniões com representantes da Samarco, além de sentimento essencial para a estruturação de uma perspectiva de futuro quando, enfim, os reassentamentos forem entregues.

Para o segundo ponto da tríade trágica, a transformação da culpa em uma chance de mudar a si (ou a sua realidade), entendemos como a possibilidade de transformação da culpa, plantada e alimentada pela mineradora Samarco e Fundação Renova para justificar o atraso na entrega dos reassentamentos, em força motriz para que as comunidades de atingidos continuassem denunciando as violações de direitos. Em 10 de outubro de 2018, por exemplo, o jornal *Estado de Minas* publicou a matéria “Novo Bento Rodrigues fica para 2020 e prazo ainda pode se estender mais¹⁸”. O periódico destaca que, à época, 240 famílias de Bento Rodrigues, o distrito mais atingido pela lama da Samarco, aguardavam a reconstrução da comunidade em novo terreno, mas que as obras poderiam atrasar, mais uma vez. Na matéria, está indicado que a Fundação Renova preferiu não rever prazo de entrega, que estava fixado para o primeiro semestre de 2020. O EM afirma que, de acordo com a Renova, alguns fatores estavam dificultando a entrega das casas, como o período de chuvas que atrasa a terraplanagem. Outro fator que poderia adicionar ainda mais tempo ao prazo de entrega “é a ampliação do volume de interferências e visitas das pessoas que querem – e precisam – conhecer seus lotes”. (ESTADO DE MINAS, 2018). O periódico aponta que é uma situação que dificilmente poderá ser mudada, uma vez que depende de um acerto com as famílias atingidas, e cita Patrícia Lois, gerente de reassentamento:

É assim que precisa ser feito. Ninguém vai querer ter um lote que não conhece. Então, por exemplo, as pessoas pedem para visitar o terreno antes de se remover uma árvore, depois que é feita a terraplanagem. Todas as vezes que isso é feito, precisamos articular com o movimento dos caminhões, maquinário e trabalhadores no canteiro de obras”, afirma (ESTADO DE MINAS, 2018).

18 A matéria pode ser lida no link:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/10/10/interna_gerais,996043/novo-bento-rodrigues-fica-para-2020-e-prazo-ainda-pode-se-estender.shtml. Acesso em 24 de abril de 2021.

A responsabilidade pelos atrasos nas entregas dos reassentamentos, portanto, que deveria ficar a cargo da Fundação Renova e da mineradora Samarco, é transferida para as comunidades atingidas que, em um exercício de seus direitos, apenas desejam visitar os terrenos e solicitar que as alterações estejam de acordo com as casas que habitavam e que foram destruídas pela própria mineradora. Parte da culpa e da revolta estão expressas nas páginas do jornal *A Sirene*, quando transformadas em propulsor para a participação destes sujeitos no corpo editorial do periódico, na proposição das pautas, na produção das reportagens e na participação como fontes.

Para o terceiro ponto da tríade trágica, sobre a ancoragem na transitoriedade da vida para lançar um incentivo à realização de ações responsáveis, entendemos que a transitoriedade pode estar relacionada, principalmente, à nova realidade em que os atingidos são forçados a vivenciar desde que foram expulsos de suas casas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e, no caso das demais localidades impactadas, que também tiveram que repensar a dinâmica do cotidiano. O presente em suspensão, que instaurou um estado de espera, atuante desde novembro de 2015, determina que estes sujeitos vivam no aguardo de que suas realidades sejam dignas de justiça e reparação. Ao mesmo tempo, requer que estes sujeitos transformem os sentimentos impostos por essa transitoriedade em força para continuarem a viver após a catástrofe, a participarem de audiências e reuniões junto à Fundação Renova e ao poder público, a seguirem na denúncia dos desrespeitos e descasos, na luta por casas dignas e de acordo com o que estavam acostumados a viver. A Fundação Renova, inclusive, criada para reparar os atingidos, vem sendo criticada por beneficiar a mineradora Samarco. As narrativas da Fundação Renova são veiculadas em jornais impressos, revistas, portais online e nos horários nobres dos canais de televisão com o intuito de apresentar para a sociedade um tipo de construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1976) a partir de seus interesses próprios. A partir destas narrativas, há a estruturação de um outro entendimento sobre o acontecimento traumático: de que o rompimento foi um acidente, não houve negligência da Samarco na estruturação de medidas que evitassem a catástrofe, e de que todos os esforços para apoio e reparação dos atingidos estão sendo feitos – aliás, de que as ações de reparação estão voltadas para construir uma realidade melhor do que o contexto que vinha sendo experienciado pelos atingidos antes do rompimento. No dia 12 de maio de 2021, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e o Ministério Público de Minas Gerais ingressaram com ação civil pública contra a Fundação Renova por promoção de publicidade

enganosa. De acordo com o jornal O Tempo, as instituições de Justiça afirmam que os materiais publicados “contém ‘informações imprecisas, dúbias, incompletas ou equivocadas’, que noticiam ‘o restabelecimento de uma ‘normalidade’ inexistente, em temas fundamentais para a população’.” (O TEMPO, 2021).

Parte 3.

Para não esquecer: irrompe *A Sirene*

4. PARA NÃO ESQUECER: O JORNAL *A SIRENE*

Neste capítulo, pensamos a criação e a atuação do jornal *A Sirene* como canal de comunicação oficial das comunidades atingidas. A presença do periódico no cenário de disputas narrativas, a abertura às temáticas urgentes relacionadas às vidas do atingidos, a expressão de memórias, identidades, nostalgias, subjetividades, denúncias, além do espaço para o empoderamento das comunidades por meio do acesso à informação, pavimentam o caminho para que *A Sirene* se posicione, também, como dispositivo de mobilização dos atingidos. Para tanto, abordaremos o que impulsionou a criação do jornal, sua formação e formas de atuação ao longo dos anos, seu desenvolvimento como próprio do jornalismo comunitário (e como esse modo também apresenta possibilidades para a mobilização das comunidades), sua presença como dispositivo de mobilização e, por fim, o corpus das edições selecionadas para análise nesta pesquisa.

4.1. A criação do periódico

É em um cenário de dor, trauma, assombro e extrema necessidade de luta por direitos que o jornal *A Sirene* foi criado. Em fevereiro de 2016, dois meses após Fundão romper com Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e impactar profundamente distritos e municípios que estavam na rota dos rios Gualaxo do Norte e Doce, nasce o periódico. *A Sirene* é fruto da parceria entre o coletivo dos atingidos pela barragem de Fundão, grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), das assessorias técnicas direcionadas aos atingidos, movimentos sociais e coletivos. Ao todo, são mais de 70 pessoas empenhadas em fazer as vozes que compõem a *Sirene* ecoar. Todo dia cinco de cada mês¹⁹, desde fevereiro de 2016, é publicada²⁰ uma nova edição do jornal, em formato impresso e digital. A data mensal de publicação não é por acaso, muito menos o nome do jornal. No dia 5 de novembro de

¹⁹ Com a chegada da pandemia do novo coronavírus no Brasil, no mês de março de 2020, *A Sirene* produziu, apenas, as edições do mês de janeiro e fevereiro.

²⁰ Até a conclusão deste artigo, o jornal vivia um momento de incerteza na continuidade das publicações. O mês de junho de 2019 foi o último mês em que *A Sirene* circulou, quando chegou o fim o acordo firmado entre a Arquidiocese de Mariana, o Ministério Público e a Comissão de Atingidos, que estipulava que parte do fundo destinado ao projeto dos atingidos seria direcionado para o jornal *A Sirene*.

2015, às 15h30 da tarde, a barragem de Fundão, da mineradora Samarco, rompeu. Cerca de 400 pessoas, do total dos 612 moradores, estavam no subdistrito de Bento Rodrigues. Era uma quinta-feira à tarde e a vida seguia como deveria ser: as crianças estavam na escola, bares e vendinhas de portas abertas, o centro de saúde recebia pacientes, a Associação de Produtores de Geleia de Pimenta Biquinho estava a todo o vapor na produção da geleia, plantações e criações de animais sendo cuidadas pelos moradores, casas sendo arrumadas. E mesmo a apenas seis quilômetros de distância da barragem de Fundão, a localidade não contava com um plano de contingência, rotas de fuga ou sirenes de emergências que soassem alertando para a necessidade de rápida evacuação da localidade em risco de rompimento de uma das três barragens localizadas no complexo de Germano. O número de vítimas fatais poderia ter sido maior, ou ainda, os cinco moradores de Bento Rodrigues e os 14 funcionários da mineradora Samarco²¹ poderiam ter sido salvos caso uma sirene houvesse soado no subdistrito e as demais estratégias de evacuação houvessem sido adotadas conforme exigiam as legislações de segurança. Entretanto, a maioria dos moradores de Bento se salvou por conta da força da coletividade: a força de Paula Alves que percorreu todo o subdistrito aos berros pilotando uma moto; e a solidariedade de vizinhos, parentes e amigos que ajudaram uns aos outros a saírem de casa e a subirem as encostas para se abrigarem nos pontos mais altos de Bento, também aconteceu em Paracatu de Baixo. Instantes antes da lama da Samarco chegar à localidade, oficiais do Corpo de Bombeiros chegaram de helicóptero ao distrito para avisar aos moradores sobre a urgência da evacuação. Vizinhos e parentes ajudaram uns aos outros a saírem de suas casas e buscarem os pontos mais seguros de Paracatu de Baixo e, do alto, os cerca de 300 moradores assistiram a destruição de suas casas, plantações e criações de animais. Assim como em Bento, Paracatu de Baixo não contava com pontos de encontro da comunidade, rotas de fuga, sinalização ou mesmo uma sirene que alertasse que uma barragem havia rompido. O batismo do periódico, portanto, foi em alusão à sirene que nunca tocou.

Quem estava do outro lado do acontecimento, acompanhando os desdobramentos pela tela da televisão, do celular, pelo rádio e nas mídias impressas, foi bombardeado por informações sobre as possíveis causas e as tantas consequências do rompimento. Fontes oficiais, como a própria Samarco e a prefeitura de Mariana, e fontes especialistas, deram o tom de verificação às notícias. Por outro lado, para um efeito de real (BARTHES, 1984), as narrativas midiáticas recorreram a

21 Os moradores de Bento Rodrigues são: Maria Eliza Lucas, 60 anos; Antônio Prisco de Souza, 74 anos; Maria das Graças Celestino, 64 anos; Thiago, 7 anos e Emanuelle Barros, de 5 anos.

angulações, estratégias discursivas e, principalmente, às entrevistas com atingidas e atingidos para explorar o duplo movimento do fatídico e do imaginário, emoldurando e provocando certos efeitos de sentido. No momento da cobertura mais urgente, a proposta foi construir um efeito de sentido de sobrevivência ao inacreditável, a uma “cena de filme”, à destruição do “mar de lama”, expressões adotadas em manchetes da mídia tradicional. Na cobertura do urgente, o testemunho sobre como os moradores de Bento Rodrigues, principalmente, fugiram da lama e sobre terem assistido aos rejeitos dizimarem escola, casas, plantações e criações de animais, foi exibido quase que em *looping* nos telejornais brasileiros. Diante da magnitude dos impactos do acontecimento, os sobreviventes do rompimento em Bento Rodrigues se viram inseridos em um cenário repleto de narrativas a respeito do acontecimento e de suas próprias vivências. Em jornais impressos, na televisão, rádio, internet e, incluindo, nas narrativas construídas e veiculadas pela Samarco, desinformações a respeito da causa do rompimento, do cotidiano da localidade, das vivências de quem sobreviveu ao acontecimento, dos impactos, das consequências e do desenrolar judicial foram veiculadas.

O jornal *A Sirene* nasce da urgência de se inserir no cenário de disputas narrativas entre o que era veiculado (e ainda é) pela grande mídia tradicional a respeito das indenizações, reparos, construção dos reassentamentos, memórias, vivências e saudades e, principalmente, de ser um veículo de comunicação produzido por quem mais tem autoridade no acontecimento: os próprios moradores das comunidades atingidas pela lama de rejeitos tóxicos. Em fevereiro de 2016 é criado, então, o jornal *A Sirene*, posicionando-se no cenário midiático como canal de comunicação oficial das comunidades atingidas pela barragem de Fundão. Motivado pela luta pelos direitos de quem foi atingido pelas incontáveis consequências do maior crime ambiental do país, o jornal é mantido por um acordo entre os atingidos, o Ministério Público de Minas Gerais e a Arquidiocese de Mariana. A verba para produção da *Sirene* é fruto do Termo de Ajustamento de Conduta, estabelecido entre a Arquidiocese de Mariana (TAC)²² e o Ministério Público de Minas Gerais. As edições são impressas pela Sempre Editora em formato *standard* e, além da circulação física, há

22 De acordo com o site do Conselho Nacional do Ministério Público: “O termo de ajustamento de conduta é um acordo que o Ministério Público celebra com o violador de determinado direito coletivo. Este instrumento tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial.” Disponível em: <http://www.cnmp.gov.br/direitoscoletivos/index.php/4-o-que-e-otermo-de-ajustamento-de-conduta>

também a veiculação das edições mensais no ISSU, plataforma on-line²³, além de publicações de trechos na página do Facebook²⁴ da *Sirene*. Entretanto, mesmo com a existência desse acordo, depois de mais de cinco anos de existência, o jornal *A Sirene* corre o risco de ser extinto por falta de recursos. No dia 8 de julho de 2021, o corpo editorial do periódico realizou uma live²⁵ para lançar a campanha de financiamento coletivo. A transmissão ao vivo apresentou a história da criação da *Sirene*, as condições necessárias para que as edições continuem sendo publicadas, a relação construída com os atingidos e a plataforma de financiamento Evoé. O jornal também explicitou a importância de encontrar meios que possibilitem a existência do periódico e a continuidade do trabalho jornalístico: “A produção do Jornal A Sirene segue o rito comum às redações de outros veículos impressos, desde a escolha das pautas à edição final do conteúdo e distribuição. A diferença é que, aqui, são os atingidos e as atingidas que pautam e produzem cada edição, com o apoio técnico de profissionais da área. A publicação é feita pelos atingidos, para os atingidos – e para todos e todas que lutam por seus direitos!” (A SIRENE, 2021). Até o momento²⁶, a ação angariou R\$ 1.080, 13% do valor mensal necessário para que as edições mensais possam ser publicadas. Atualmente, essa é a única possibilidade de financiamento do periódico.

Mais do que atuar como um veículo de comunicação com o objetivo de denunciar, alertar e produzir conteúdos jornalísticos acerca do acontecimento e suas indissociáveis consequências, *A Sirene* faz parte de um movimento potente e, ao mesmo tempo, sublime ao ser construído pelos próprios sobreviventes ao rompimento da barragem de Fundão. Compondo o corpo editorial e participando como repórteres e fotógrafos, os atingidos posicionam suas vozes e encontram espaço para reverberação de dores, traumas, revoltas, indignações, lutas pessoais e coletivas. Há mais de cinco anos em circulação, o jornal se compromete em contar as tantas histórias relacionadas aos efeitos do crime, com impacto na vida de centenas de famílias de Minas Gerais e do Espírito Santo, posicionando-se, também, como arquivo do crime, das memórias, dos afetos, das identidades, das subjetividades e das denúncias dos atingidos.

Aleida Asmann (2011) novamente aparece nesta pesquisa quando as reflexões sobre memória são acionadas. Na obra *Espaços da recordação: formas e transformações da memória*

23 Todas as edições do jornal, em versão digital, podem ser acessadas no endereço da Sirene na plataforma ISSU, pelo link: <https://issuu.com/jornalasurene>. Acesso em 30 de maio de 2021.

24 Página oficial do Jornal A Sirene no Facebook: <https://www.facebook.com/JornalSirene/>

25 A live está no canal do YouTube do jornal A Sirene e pode ser assistida no link: <https://www.youtube.com/watch?v=JWv8CTrIVPc>. Acesso em 30 de maio de 2021.

26 Até o dia da finalização dessa pesquisa: 31 de julho de 2021.

cultural, a autora se dedica a pensar sobre os arquivos, entendidos por ela como um lugar da memória singular, e que também nos suscita pensar sobre o jornal *A Sirene* como um arquivo do tempo vivido em Bento e Paracatu de Baixo, da sensação de experienciarem um presente em suspensão, desde o rompimento de Fundão, e de um futuro incógnito. Diferentemente da memória que está em pessoas e corporificada em locais, os arquivos são os meios materiais de armazenamento utilizados como suportes para a memória e indispensáveis para o conhecimento coletivo. O meio mais utilizado para dar corpo a estes registros é a escrita, o que os torna altamente dependentes das mídias tecnológicas: “O arquivo não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido.” (p. 26). E tal construção não depende somente de interesses sociais, políticos e culturais. É essencialmente determinada pelos meios de comunicação e pelas técnicas de registro, no caso do objeto de estudo em questão, a sua essência está na escrita jornalística comunitária produzida pelos e para os atingidos. O caráter do arquivo como testemunho do passado está, inclusive, no princípio da utilização da escrita ainda nas culturas antigas do Oriente. Nas altas culturas antigas, a escrita era utilizada como método de organização das colheitas produzidas e que deviam ser entregues ao Estado, que as redistribuía. Os documentos escritos não se decompunham após o uso, demonstrando a possibilidade de coleta e preservação dos documentos: “Assim, a partir do arquivo como memória da economia e da administração, surge o arquivo como testemunho do passado.” (p. 367). Asmann recorre à definição de arquivo dada por Foucault (1973) para a expansão metafórica do conceito, tão essencial para a preservação e o resgate de uma memória cultural:

Arquivo é, primeiramente, a lei daquilo que se pode dizer, o sistema que comanda o surgimento das afirmações como acontecimentos individuais. Mas o arquivo também é aquilo que faz com que tudo que é dito não se amontoe até o infinito em uma pilha enorme e amorfa, e também não desapareça por causa de condições externas repentinas. (FOUCAULT, 1973 *apud* ASMANN, 2011, p. 370).

Apesar de uma definição voltada para a materialidade do arquivo, Foucault também se limita, de certa forma, a pensar o conceito como “a lei do que pode ser dito”, direcionando a definição para as questões de poder e controle que envolvem as produções do filósofo. A respeito desta crítica, Asmann aciona Boris Groys (1992) que nos instiga a pensar sobre o arquivo cultural. Groys propõe que o arquivo também deve ser entendido como existente na realidade “e, nesse

sentido, também ameaçado pela destruição e por isso mesmo finito, exclusivo e limitado, de forma que nem todas as afirmações possíveis se possam encontrar pré-formuladas nele”. (GROYS, 1992 *apud* ASMANN, 2011, p. 371). Asmann (2011) recorre a Locke (1999) que vincula o conceito de identidade ao espaço da vida de um indivíduo, e que também pertence ao grupo de teóricos da recordação que abandonam a tradição da memória. A recordação, para Locke, não é uma técnica para evitar o esquecimento. Pelo contrário, a recordação está intimamente marcada pelo esquecimento, que se torna um aspecto indelével do recordar: “O sujeito cartesiano é, enquanto pensa; o sujeito de Locke é, enquanto se recorda”. Aqui, complementamos o pensamento ao acreditar que o sujeito é enquanto se recorda e, para tanto, recorre a diferentes suportes da memória, como a história oral, a escrita, o arquivo, a produção das reportagens do jornal *A Sirene*. O recordar do tempo em Bento Rodrigues, em Paracatu de Baixo e nas demais localidades atingidas pelo rompimento permite que as comunidades atingidas, de Minas Gerais e do Espírito Santo, continuem preservando suas identidades, afetos e subjetividades, além do registro da denúncia, do descaso, da violação dos direitos por parte da Samarco. O recordar está na proposição das temáticas e pautas que serão abordadas, está na escuta dos atingidos, na escrita, na forma do jornalismo comunitário construído pelo jornal *A Sirene*, característica que abordaremos no capítulo seguinte.

4.2 O jornal *A Sirene* na forma do jornalismo comunitário

Para a compreensão do jornal *A Sirene* na forma do jornalismo comunitário, nos apoiamos nas reflexões de José Marques de Melo (2006). O teórico nos permitiu entender que *A Sirene* se encaixa nas diretrizes do termo ao se estruturar como meio de comunicação autêntico de uma comunidade, chancelado por uma rotina de produção feita pela comunidade e para a comunidade (p. 126). *A Sirene* se posiciona no cenário midiático brasileiro como um periódico que, para além de ser um canal sólido de denúncias e reivindicações construídas pelos atingidos, tece narrativas a respeito do tempo em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, das memórias, saudades, identidades, culturas e afetos vivenciados no subdistrito mineiro. Francisco Bicudo e Cleofe Sequeira (2007) apontam que o jornalismo comunitário carrega traços do jornalismo popular, de serviços, ligado a movimentos sociais, o jornalismo alternativo e o de bairro. Além disso, para os autores, esse tipo de jornalismo apresenta potencialidade suficiente para traçar caminhos próprios e específicos,

atrelados aos objetivos de sua criação, com características bem-marcadas que explicitam seus objetivos no cenário midiático. Há, portanto, uma valorização da realidade local, a participação da comunidade durante o processo de produção do periódico, a consagração das ideias de mobilização e transformação, o resgate de um viés pedagógico e educativo e, por fim, uma articulação com a produção independente e de resistência (BICUDO e SEQUEIRA, 2007).

Assim, as pautas relativas aos sujeitos que compõem a localidade e os acontecimentos são o fio condutor da produção do jornal, sendo os rumos do periódico ditados pelas próprias comunidades atingidas. A proposição e seleção das pautas são feitas junto aos atingidos e aos jornalistas e estudantes de jornalismo que participam da *Sirene*. A produção das reportagens e registro das fotografias que ilustram as matérias também são comandadas pelos sujeitos sobreviventes ao rompimento de Fundão, sob orientação dos profissionais que dão suporte com relação às diretrizes éticas do jornalismo e direcionam as produções para as bases do jornalismo impresso. Na 6ª edição²⁷ da *Sirene*, publicada em setembro de 2016, o editorial demonstra a maturidade do coletivo a partir do entendimento e estruturação do jornal no cenário midiático. No mesmo mês, foi formado o Conselho Editorial, que está em atuação até os dias de hoje, essencial para prosseguimento da responsabilidade social, das práticas de mídia cidadania e mídia educação, canal de denúncia e, principalmente, do registro aprofundado de demandas que partem dos próprios sujeitos:

Entre idas e vindas de organização e de luta, iniciamos uma nova fase de amadurecimento, com a primeira formação de nosso Conselho Editorial. Reforçando o caráter coletivo das decisões e do processo de produção do jornal, além de atingidos de Mariana e Barra Longa, contamos agora com representantes das entidades que nos acompanham nesta caminhada: Arquidiocese de Mariana, ICSA/UFOP e coletivo Um Minuto de Sirene (A SIRENE, 2016, p. 1).

Por meio das narrativas propostas pelos atingidos e comunicadas pelos próprios sujeitos, a proposta do periódico é, também, educar os leitores que não foram atingidos pela lama ou que sofrem com as consequências do rompimento, e que estão distantes geograficamente do epicentro do acontecimento, a respeito da realidade em que os atingidos foram imersos desde o dia cinco de

27 A edição 6, publicada em fevereiro de 2016, bem como o editorial, podem ser acessados pelo link: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed6_setembro_issu. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.

novembro de 2015. No editorial da edição 0²⁸, publicado em fevereiro de 2016, o periódico explicita o propósito de sua criação:

A passagem do rejeito da barragem de Fundão, propriedade da Samarco/Vale/BHP, pelos distritos de Mariana, deixou várias consequências, entre elas a pulverização das famílias dos atingidos pelos diferentes bairros da sede municipal. Essa dispersão apresentou-se, desde o princípio, como um desafio para essas pessoas, que precisam restabelecer suas relações a partir de um novo lugar e de uma nova realidade. A mudança do espaço e das circunstâncias em que viviam trouxe a necessidade de repensar a própria maneira como se comunicavam, questão importante tanto para reconstruírem suas vidas quanto para se prepararem luta pelos seus direitos (A SIRENE, 2016, p. 1).

A Sirene nasce, também, com o intuito de “nadar contra a maré” da narrativa da grande mídia tradicional que, já passado alguns meses do rompimento, deixa de denunciar e cobrar das autoridades que indenizações sejam pagas, que o apoio à saúde física e mental sejam garantidos aos sobreviventes, entre outros compromissos sociais do jornalismo aprendidos nas salas de aula dos cursos de graduação:

O entrelaçamento da educação com a comunicação que é construída em processos de educação informal – organizações não-governamentais (ONGs), coletivos e movimentos sociais – tem se amparado na educação popular e em modelos dialógicos e participativos na promoção de ações de desenvolvimento social nas comunidades (MIRANDA; SILVA, 2017, p. 312).

Em adição a atuação do jornalismo comunitário, encontramos a construção de um entendimento de muitos periódicos próprios desse tipo de jornalismo exercem a mídia-educação, argumento que se sustenta por meio das propostas metodológicas de pensadores chave para a compreensão de uma pedagogia mais humanista e construtivista, como propunham os teóricos Paulo Freire e Célestin Freinet, em meados da década de 1960 (BELLONI, 2012 *apud* MIRANDA E SILVA, 2017). As propostas da mídia-educação se ancoram no fortalecimento do olhar crítico dos indivíduos consumidores de informação, buscando transformação social por meio da educação e do acesso à informação. Instigar o senso crítico e as possibilidades de transformação social a

28 A edição 0, publicada em fevereiro de 2016, bem como o editorial, podem ser acessados pelo link: https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx. Acesso em 12 de maio de 2021.

partir do selecionar de informações e do entendimento das mensagens da mídia tradicional se fazem urgentes. Os autores se apoiaram no contexto da ditadura civil militar para justificarem a urgência de uma comunicação emancipatória. Assim, por meio desta dinâmica comunicacional dedicada a uma recepção crítica, estas ações proporcionam elementos para que os sujeitos possam, por exemplo, “se posicionar contra a repressão e o uso dos meios de comunicação tomados como instrumentos do regime ditatorial, consumindo os conteúdos midiáticos de modo analítico e promovendo uma apropriação e produção reflexivas”. (BELLONI, 2012 *apud* MIRANDA, L; SILVA, L, 2017), fundamentos que encontramos com facilidade sendo exercidos nas edições do jornal *A Sirene*.

Pensando em uma formação emancipatória, o jornal *A Sirene* cumpre a proposta de se posicionar no cenário midiático nacional como um periódico comprometido com a mídia-educação. O teor crítico, essencial para emancipação e um consequente empoderamento dos sujeitos sobreviventes ao acontecimento e, também, para educação dos demais brasileiros acerca do acontecimento traumático e de suas consequências, potencializa a criação de narrativas distintas das responsáveis pelas construções de realidades sustentadas pela mídia tradicional brasileira. A emancipação é defendida pelo corpo editorial do jornal, desde as propostas das reportagens, às reuniões de pauta e produção das reportagens que compõem o periódico. Na edição 0, o editorial reitera que, tendo em vista as inúmeras consequências do acontecimento ainda no ritmo de desdobramento e, principalmente, a partir das tentativas de compreendê-las, investir no direito à comunicação de quem sobreviveu ao maior crime socioambiental do país é um desafio a ser perseguido:

Passados noventa dias, a tragédia não acabou. Entendendo dessa forma, consideramos fundamental a articulação da sociedade civil organizada, de voluntários e de instituições nessa empreitada. O Jornal A Sirene surge a partir dessa realidade, das necessidades que vemos como latentes. Nasce da união entre atingidos e os grupos de apoio #UmMinutoDeSirene, Arquidiocese de Mariana, ICSA/UFOP e NITRO (A SIRENE, 2016, p. 1).

Ainda no editorial da mesma edição, o jornal apresenta os objetivos que seguirão motivando as realizações das edições futuras, publicadas todo dia cinco de cada mês. As narrativas veiculadas pela Sirene têm como objetivo contribuir para a construção e fortalecimento da autonomia e empoderamento dos atingidos, por meio da livre circulação de informações e do

fortalecimento das reivindicações das comunidades atingidas. Valorizando as memórias, identidades e vivências de cada atingido que se dispôs a contribuir com a construção das reportagens do jornal, o editorial reforça que todas as pautas foram determinadas por quem se prontificou a participar, seja da edição 0 ou das publicações futuras. No mesmo editorial, o jornal afirma que o processo de escolha das pautas até a finalização do periódico foi proposto, acompanhado e certificado pelos atingidos. *A Sirene* pode ser, então, definido como um jornal feito pelos atingidos e para os atingidos: “Mais uma ferramenta de apoio para que a comunicação e a preservação de suas memórias se tornem seus patrimônios. Um convite para não esquecer”. (A SIRENE, 2016, p. 1). Ao mesmo tempo que a participação dos atingidos fortalece o caráter de jornalismo comunitário, *A Sirene* também é entendida como um patrimônio da comunidade, ao estimular mobilizações e lutas coletivas: “Trata-se de um jornalismo que se propõe a dialogar e a formar a cidadania, para que essa, ciente de seus direitos, possa lutar por eles. A prática tem uma função social importantíssima a cumprir: democratizar a informação e incentivar as ações da cidadania” (p.11). Com papel essencial para estímulo do pensamento crítico e empoderamento de atingidos participantes do jornal e atingidos leitores, além do restante da sociedade, o periódico tece narrativas sobre assuntos que competem ao acontecimento de cinco de novembro de 2015, transformando informação em processo de educativo e informativo das comunidades e dos demais leitores do periódico.

4.3 *A Sirene* como dispositivo de mobilização

Antes mesmo da estruturação do projeto do jornal *A Sirene*, os sobreviventes do rompimento da barragem de Fundão entenderam, por meio da narrativa da grande mídia tradicional, as formas de construção da realidade e de representação dos sujeitos não condizem com as dores e as lutas vivenciadas pelos sujeitos após o cinco de novembro de 2015. Por meio do projeto editorial, em acordo firmado entre Arquidiocese de Mariana e Ministério Público, foi estruturado o coletivo #UmMinutoDeSirene, composto por jornalistas, estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), militantes do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Entre as principais temáticas abordadas nas reportagens do jornal, estão o resgate de bens e patrimônios soterrados pela lama em Bento Rodrigues, memórias e reminiscências de um tempo

no subdistrito, os embates por reparações financeiras e morais por parte da mineradora Samarco e os entraves vividos pelos atingidos do subdistrito que, desde novembro de 2015, vivem temporariamente em Mariana. No limiar de completar quatro anos do acontecimento, as famílias de Bento Rodrigues permanecem em Mariana, sob o título de moradores temporários da cidade. Durante os anos, os sobreviventes enfrentam dificuldades de adaptação à rotina da cidade, que se diferencia muito do cotidiano vivido em Bento Rodrigues, além de serem obrigados a lidar com a distância afetiva de parentes e amigos que costumavam viver em ruas próximas umas das outras no subdistrito. Em imóveis alugados pela Samarco, os moradores de Bento estão espalhados em bairros distintos na cidade de 60 mil habitantes. No editorial da 20ª edição²⁹ da *Sirene*, publicada em novembro de 2017, o periódico denuncia o descaso com a reparação afetiva dos moradores, na demora para construção e entrega das casas no terreno onde será construído Bento Rodrigues: “Dois anos de reuniões, dois anos de audiências, de atrasos em projetos de vida. Sem reassentamento e sem indenizações, dois anos de injustiças e de sucessivas violações de direitos” (p. 3). Nesta edição especial, de dois anos do acontecimento, busca colocar em discussão no cenário midiático questões caras para quem teve vidas devastadas: o atraso dos reassentamentos e as dificuldades dos processos de indenização. Ao longo dos quase quatro anos de publicações, o jornal também busca o entendimento do que significa ser atingido, não para o circulado pela mídia tradicional ou para a Samarco, mas por quem sobrevive ao rompimento:

Ser atingido é levantar todos os dias e não se reconhecer onde está. É ter que sair para continuar em busca de algo que não está mais ao alcance. É lutar, lutar sem vislumbrar horizonte de dias melhores. Agarramo-nos na fé como nossa principal aliada, bem diferente de um ano atrás, quando acreditávamos mais em nós mesmos. (A SIRENE, 2017, p. 2)

Por meio da construção deste espaço, os sobreviventes encontraram um canal que, desde o início, se propõe a veicular narrativas feitas pelos atingidos para os atingidos, um universo de potencialização das próprias vozes. A partir da circulação do jornal em formato impresso e online, os atingidos também possibilitam que demais indivíduos sejam empoderados a respeito dos perigos iminentes de rompimentos de mais barragens no estado de Minas Gerais e, também, no Brasil, dos direitos dos atingidos, as formas de luta e mobilização, a preservação de memórias,

29 A publicação número 20 do periódico pode ser acessada no link: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

identidades e histórias. Um movimento existente, que aflora a partir da circulação de tais narrativas, é o empoderamento e a educação dos consumidores das notícias. Na 11ª edição³⁰ de fevereiro de 2017, o editorial do periódico exemplifica que um dos papéis do jornal em educar é empoderar, principalmente aqueles que tiveram suas vidas devastadas pelas consequências do rompimento da barragem. A editoria “Direito de Entender”, publicada em todas as edições desde a fevereiro de 2016, se mostra como ferramenta essencial da mídia educação, sendo publicada nas edições com a proposta de esclarecer os atingidos a respeito, principalmente, de questões judiciais:

Trazemos nesta edição questões atuais importantes. Em “Direito de Entender”, a promotora explica a finalidade do cadastro dos atingidos e faz um alerta importante: aguardar o cadastro realizado em parceria com Ministério Público, Assessoria Técnica e Comissão dos Atingidos. Cada família, cada atingidos possuía patrimônio material e moral distinto. Todos precisam ser contemplados (A SIRENE, 2017, p. 2)

Lídia Ferreira (2017) desenvolveu uma pesquisa de dissertação de mestrado a respeito das representações das memórias e nostalgias nas páginas do jornal *A Sirene*. Dentre as reflexões sobre a luta pela preservação de memórias por meio das narrativas jornalísticas construídas pelos atingidos, a autora destaca o caráter empoderador da participação destes sujeitos na construção do jornal. Para além de denunciarem e exigirem medidas mais sólidas com relação ao futuro, os atingidos que se dispõem a participar como repórteres e fotógrafos da *Sirene* recebem apoio para entendimento de questões burocráticas que envolvem indenizações, reassentamentos, entrega das casas nos terreno sem que Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo serão construídos, entre outras informações essenciais para luta pelos direitos:

A partir do processo de amadurecimento do jornal, observamos, nas páginas das edições mais recentes, uma preocupação especial em dotar os atingidos também de informações sobre as ações atuais e os processos de reparação da Samarco, promovidos pela Fundação Renova. Além disso, evidencia e compartilha a posição da comunidade atingida em relação a essas decisões da Samarco, por meio da Fundação – como, por exemplo, a resolução que permitiu a construção dos “Diques S3 e S4”²⁴, as promessas de reassentamento e a escolha do terreno para a construção do “Novo Bento”. (FERREIRA, L. 2017, p. 62).

30 A 11ª edição, bem como o editorial, podem ser acessados no link: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_fevereiro_issuu. Acesso em 03 de maio de 2021.

Percebemos, portanto, que o movimento de mobilização acontece de forma potente, de dentro da equipe do periódico, junto aos atingidos que compõem o corpo editorial e participam como repórteres e fotógrafos e, também, “do lado de fora”, ao lado das comunidades que têm acesso ao jornal e reconhecem suas subjetividades, dores, traumas e reivindicações nas páginas da *Sirene*. Ao trabalhar, principalmente, as memórias dos atingidos como dimensão fundante das narrativas do trauma expressas no periódico, o jornal *A Sirene* se posiciona como dispositivo de mobilização ao se apoiar nesse eixo precioso, comum aos sobreviventes do rompimento de Fundão, e com afetação suficiente para permitir que as comunidades se organizem para participar como produtores e/ou personagens das reportagens. A mobilização está presente, desse modo, na centralidade que o periódico estrutura nas comunidades atingidas, no reconhecimento de subjetividades, no espaço e na abertura para que suas vozes possam ecoar, nas denúncias e nas reivindicações que, na maioria das vezes, não conquistam espaço na programação da grande mídia. As linhas de força, características do dispositivo, estão estruturadas no posicionamento político tão certo, e que só assim poderia ser já que é produzido por quem sofre as consequências do acontecimento traumático. As linhas de luz e enunciação podem ser identificadas, justamente, no agir simbólico: no firmar o compromisso de ser o canal de comunicação oficial das comunidades atingidas e, por isso, sempre dar espaço para o urgente, sendo esse urgente as temáticas subjetivas ou mesmo mais palpáveis, como os abusos ocorridos em reuniões com a Fundação Renova e as constantes violações de direitos por parte da mineradora Samarco.

4.4 O CORPUS DE PESQUISA

Para compreender como as narrativas do trauma aparecem no jornal *A Sirene*, optamos por determinados recortes. A primeira escolha foi de lançar o olhar para o tempo de existência do periódico para entender como, desde a fundação do jornal, até o momento de escrita deste trabalho, foi se desenvolvendo as narrativas em que o trauma aparece como ponto central do editorial ou da reportagem, ou mesmo como pano de fundo, apresentando-se nas entrelinhas e nos acionamentos subjetivos. Por isso, o primeiro recorte foi olhar para o tempo entre 2016 e 2020. Dentro deste recorte, optamos pelas edições publicadas em efemérides: a edição 0, de fevereiro de 2016, que marca a criação do canal de comunicação oficial dos atingidos e a entrada das comunidades no cenário de disputas narrativas; depois, selecionamos as edições publicadas nos novembro

seguintes, mês em que se completa mais um ano do rompimento da barragem de Fundão e mais um ano em que as reparações se arrastam sem serem cumpridas e os reassentamentos sem serem entregues, o que aprofunda traumas, dores, saudades, desesperanças, indignações e revoltas. Foram escolhidas, então, as edições 8, de novembro de 2016; edição 20, de novembro de 2017; edição 32, de novembro de 2018; edição 43, de novembro de 2019; e edição 55, de novembro de 2020.

Após as escolhas temporais, optamos por delimitar o corpus de pesquisa a partir da observação de narrativas produzidas por moradoras e moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, uma vez que estas localidades atingidas se diferenciam das demais pela impossibilidade de regresso dos moradores que, há cinco anos, são forçados a viver em casas temporárias até que os reassentamentos sejam finalmente entregues. Por isso, selecionamos seis editoriais, um de cada edição, e nos debruçamos sobre 27 narrativas em que Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo aparecem na figura dos moradores que testemunham sobre determinado assunto, ou são o ponto central da produção. No primeiro ano de publicações, nas edições 0 e 8 analisadas nesta pesquisa, é notável a recorrência de narrativas traumáticas em que as memórias e as saudades destas localidades estão muito presentes. Os testemunhos se referem à saudade de casa, das plantações, animais e do ritmo de vida em que se estava acostumado a viver. Embora haja forte carga memorialística e nostálgica, o trauma de ser espectador da destruição e de ter sido expulso de sua vida atravessa todas as narrativas, o que nos possibilita compreender que também há, ali, narrativas que denunciam o descaso e o desrespeito da empresa responsável pelo crime e da Fundação Renova, e do empoderamento das comunidades a partir do cumprimento dos direitos ao acesso à informação e à comunicação. Nos anos seguintes, a memória e a nostalgia ainda são recorrentes, mas as narrativas do trauma se posicionam de forma mais política, postura possibilitada a partir da criação do corpo editorial do jornal A Sirene, a partir da edição número 6 e, também, pela não resolução da situação dos atingidos: o atraso nas entregas dos reassentamentos, como já foi abordado, as humilhações em audiências e reuniões, a falta ou atraso de pagamentos de indenizações e outras questões referentes à reparação que a Samarco e a Fundação Renova se negam a cumprir.

Dentro deste corpus de 27 matérias e 6 editoriais, a organização da análise se deu com o apoio da Análise Temática, proposta pelas autoras Virginia Braun, professora no Departamento de Psicologia da Universidade de Auckland, e Victoria Clarke, palestrante sênior em Psicologia Social da Universidade do Oeste da Inglaterra. De acordo com Braun e Clarke (2006), a Análise

Temática é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (também entendidos por temas) a partir de dados qualitativos. É uma metodologia que minimamente organiza e descreve o conjunto de dados em detalhes. No entanto, muitas vezes a Análise Temática vai além desta coleta e detalhamento, interpretando vários aspectos do tema de pesquisa. Se difere de outros métodos analíticos que procuram descrever padrões por meio de dados qualitativos, como a análise do discurso temática, por exemplo. Não está ligada a um quadro teórico preexistente e, por isso, pode ser utilizada em diferentes enquadramentos. Em um outro estudo, Clarke (2017) propôs três caminhos que podem ser percorridos pela Análise Temática: Coding Reliability (ou Codificação para a confiabilidade, em tradução livre), Codebook (em tradução livre, Grade de códigos) e Reflexive (Reflexiva, em tradução livre). No caso desta pesquisa, partimos da abordagem reflexiva, que atesta uma codificação fluída e flexível. Não tem como objetivo alcançar acurácia, mas uma imersão profunda, engajada e reflexiva. É uma abordagem que se relaciona mais diretamente a pesquisas sociais e de agenda da justiça social (CLARKE, 2017).

Em complementação à metodologia da Análise Temática, nos debruçamos mais intensivamente sobre a teoria de Frankl que nos permitiu organizar as narrativas a partir de temas. Para isso, utilizamos a obra “Em busca de sentido” (1984), de Viktor Frankl, com atenção maior para o capítulo “A tese do otimismo trágico”. Nesta seção do livro, Frankl reflete sobre a possibilidade de sobreviventes de eventos traumáticos permanecerem otimistas, no sentido de conseguirem entender que a vida potencialmente tem um sentido, mesmo nas situações mais miseráveis e, aos poucos, conseguirem transformar os aspectos negativos, ou de sofrimento, em algo construtivo – o que, por sua vez, é uma das capacidades humanas. Partimos do entendimento, portanto, que o jornal *A Sirene* em sua forma e propósito de atuação se posiciona como dispositivo de mobilização capaz de transformar as memórias, dores e lutas em algo construtivo, somando forças à mobilização das comunidades em busca de reparação e justiça. O otimismo trágico apresentado por Frankl é a capacidade de transformar a dor em potência mobilizadora, apesar da tríade trágica, como é intitulada na logoterapia a tríade de aspectos da existência humana que submerge, fica mais à flor da pele em situações de trauma: a dor, a culpa e a morte. A partir da observação das narrativas das edições selecionadas do jornal *A Sirene*, foi possível identificar quatro temáticas recorrentes, que nos transmitiram o entendimento de serem questões urgentes de serem abordadas e indissociáveis da condição de atingidos e, como consequência, serem

impossíveis de não submergir nos testemunhos que constroem as reportagens analisadas: memória, nostalgia, denúncia e empoderamento. Para estes quatro temas, demos o nome de “tríade trágica das narrativas do trauma”, por serem questões, agora, constituintes da condição de atingidos, explicitadas nas proposições de pautas para o periódico e constantemente acionadas nas angulações dadas pelos testemunhos que compõem as produções estudadas.

Tabela 1 - Demonstrativo do corpus de análise da Edição 0, de fevereiro de 2016

Tipo de conteúdo	Memória	Nostalgia	Denúncia	Empoderamento
EDIÇÃO 0 - FEVEREIRO DE 2016				
Editorial				
#1: E se fosse com você?				
#2: Quem foi sua sirene?				
#3: A menina que salvava livros				
#4: Seu Filomeno me contou				
#5: Nossas praças				
#6: Que horas é a reunião?				
#7: Juntos somos fortes e queremos				
#8: A gente explica (Editoria)				
#11: O que queremos de velho no Novo Bento?				

Tabela 2 - Demonstrativo do corpus de análise da Edição 8, de novembro de 2016

EDIÇÃO 8 - NOVEMBRO DE 2016				
Tipo de conteúdo	Memória	Nostalgia	Denúncia	Empoderamento
Editorial				
#1: Um ano sem lá fora				
#2: O que ficou com você?				
#5: Afetados pela lama				
#8: A última noite				
#9: 1 ano de atingido				
#12: Por que tombou?				
#14: Nossa Senhora Aparecida rogai por nós				

Tabela 3 - Demonstrativo do corpus de análise da Edição 20, de novembro de 2017

EDIÇÃO 20 - NOVEMBRO DE 2017				
Tipo de conteúdo	Memória	Nostalgia	Denúncia	Empoderamento
Editorial				
#1: Minha vida lá				
#2: Reassentamento? Até hoje nada				
#3: Seguindo em frente	Tese do otimismo trágico - otimismo para as perspectivas futuras relacionado à retomada do trabalho			
#5: Sem fé o que seria de nós?	Tese do otimismo trágico: a fé e religiosidade como ancoragem para seguirem apesar de tudo			
#9: Ser atingido				
#11: Solo perdido				

Tabela 4 - Demonstrativo do corpus de análise das edições 32, de novembro de 2018; 43, de novembro de 2019; e 55 de novembro de 2020

EDIÇÃO 32 - NOVEMBRO DE 2018				
Tipo de conteúdo	Memória	Nostalgia	Empoderamento	Denúncia
#2 Entre o cansaço e a esperança				
#2 Entre o cansaço e a esperança	Tese do otimismo trágico			
Editorial				
EDIÇÃO 43 - NOVEMBRO DE 2019				
Tipo de conteúdo	Memória	Nostalgia	Denúncia	Empoderamento
#1: É questão de justiça sim				
#2: Água: essencial para manutenção da vida				
Editorial				
EDIÇÃO 55 - NOVEMBRO DE 2020				
Tipo de conteúdo	Memória	Nostalgia	Denúncia	Empoderamento
#1: Até hoje – vivendo em estado de dor e de luta				
Editorial				

Parte 4.

Das narrativas do trauma

5. AS NARRATIVAS DO TRAUMA NO JORNAL *A SIRENE*

Uma das funções do jornalismo é narrar a experiência. É reconstruir a experiência por meio da narrativa jornalística, tendo como estrutura primeira as narrativas de quem experienciou ou testemunhou um acontecimento. É construir uma ponte entre a temporalidade do sobrevivente e a temporalidade “dos outros” (LEVI, 1988) inscrevendo a experiência na temporalidade que não é a de seu acontecer e que, antes, estava ameaçada pelo próprio tempo e pelo irrepetível: “Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” (SARLO, 2007, p. 24). Há a libertação do aspecto mudo da experiência, quando há o intuito de uma atuação mais política, a experiência se torna força motriz para o registro dos desdobramentos e consequências de um acontecimento. Ao mesmo tempo em que a aceção de Beatriz Sarlo nos lembra a importância da narrativa, Seligmann-Silva e Nestrovski (2000) nos informa que a representação depende de uma catástrofe (sem catástrofe, não há o que representar), mas, ao mesmo tempo, a catástrofe dificulta ou impede a representação.

Não é necessário sobreviver a uma catástrofe para compreender que há inúmeras contingências traumáticas da experiência. O acontecimento do rompimento da barragem de Fundão, por si só, deixou marcas, aprofundadas pelas incontáveis consequências nas vidas das comunidades atingidas, que as empresas Samarco e Fundação Renova se recusam a solucionar. Essas marcas, invariavelmente, permitem que a memória do acontecimento retorne, mas não de forma reparatória e não somente traumática. Para Freud (1939), o trauma é uma experiência que se manifesta em atos obsessivos, sem relação com a realidade. Ou seja, é algo que o sujeito não sabe que lembra, mas que se manifesta em situações em que não há uma ligação com a atualidade. A temporalidade em que o sobrevivente se insere é, portanto, complexa, com enredamento ainda mais aprofundado pela temporalidade do próprio evento traumático, o que envolve construções recíprocas de passado e presente. A importância das narrativas do trauma nos aproxima da concepção de Seligmann-Silva e Nestrovski (2000): “Não contar perpetua o trauma que passou; e sua distorção gradual, à distância do tempo, acaba pondo em xeque as certezas da memória, precárias como são” (p. 9).

Ao passo em que há a dimensão da inenarrabilidade da experiência traumática, muito observada nos soldados sobreviventes às duas grandes guerras, ou, inclusive, nos sobreviventes do Shoah, em que o vivido era impossível de ser assimilado pelo testemunho, Seligmann-Silva (2008) nos demonstra que a narração do trauma possibilita a reconexão do sobrevivente ao mundo:

“Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (p. 67). Mas nem sempre a linguagem consegue abarcar o que foi a experiência e, daí, o desafio da gestão do indizível (POLLACK, 2010), que pode tornar a narrativa jornalística desproporcional ao acontecimento traumático. Ainda assim, é preciso contar, é urgente o registro, o relato, a documentação. Mas como fica o desafio do indizível quando os relatos jornalísticos são produzidos pelos próprios sobreviventes? As narrativas do trauma, produzidas pelos atingidos e para os atingidos, conseguem abarcar o acontecimento e suas indissociáveis consequências e atuar para além do registro, como dispositivo de mobilização? A organização e o trabalho das narrativas do trauma como dispositivos mobilizadores no jornal *A Sirene* é o que propomos investigar neste capítulo.

5.1 Ano um: nada será como antes

O primeiro ano do jornal *A Sirene* nos reservou duas edições para análise: a número 0, de fevereiro de 2016, e a número 8, de novembro de 2016. A partir da análise dos dois editoriais e das 16 reportagens em que identificamos que há maior referência às localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo em ambas as produções, observamos, com o apoio da Análise Temática e da Tese do Otimismo Trágico, a estruturação das narrativas do trauma em torno de três eixos da téttrade trágica: a memória, a nostalgia e a denúncia.

É importante pontuar que em determinadas produções uma das temáticas irá se sobrepor às demais, funcionando como mote da produção – o que não impede que outros eixos da téttrade trágica também componham as narrativas, ou mesmo estejam presentes questões não mapeadas nesta pesquisa, mas que são facilmente notadas pelos leitores. Identificamos estes quatro temas da téttrade trágica como os principais e mais recorrentes nas produções, e que, para nós, estão diretamente relacionados às narrativas do trauma no periódico. Feita esta observação, seguimos para o primeiro ano de atuação do jornal *A Sirene*. Foi possível notar que as reportagens de ambas as edições buscam construir uma trajetória das narrativas do trauma ancoradas em acionamentos memorialísticos e nostálgicos, além de registrarem denúncias a respeito da gravidade do acontecimento e do descaso por parte da mineradora Samarco, que já se manifestava de forma presente no cotidiano dos moradores.

Na edição 0, o periódico realiza o importante movimento de falar de si. É logo na primeira edição da *Sirene* que o jornal argumenta sobre a importância de um canal de comunicação oficial

das comunidades atingidas, além de explicar a composição da equipe e a dinâmica de trabalho para as edições futuras. As reportagens que constroem a edição estão fortemente ancoradas nos eixos da memória e da nostalgia, abordando, de modo comparativo, as temporalidades vividas em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, com o presente a partir do dia 5 de novembro de 2015. As reportagens abordam o habitar temporário, as mudanças na dinâmica de vida, o preconceito em Mariana, a saudade de casa e do ritmo de vida vivenciado nos distritos. É também neste primeiro ano que *A Sirene* começa a introduzir a importância de os moradores participarem das reuniões e outros compromissos com a Samarco. A partir de reportagens e editoriais como “Direito de Entender”, o periódico tece, ao longo deste primeiro ano de história, o senso de mobilização e comunidade, e constroi o empoderamento dos moradores sobre seus direitos e sobre a condição de atingidos.

Na edição 8, o movimento do jornal falar de si é retomado, agora, de forma ainda mais assertiva do que na edição da estreia. A criação e atuação do periódico são entrelaçados à urgência de um canal de comunicação que denuncie de forma contundente a negligência da Samarco que culminou no rompimento da barragem de Fundão, além da gravidade do acontecimento e de suas indissociáveis consequências. Há, mais uma vez, um resgate da função da *Sirene*, como se para pavimentar de forma mais aprofundada a importância do jornal não apenas para o registro das temáticas que envolvem o rompimento, mas, principalmente, para que as comunidades se reconheçam em tais narrativas. Há, portanto, a reflexão sobre a importância do direito à comunicação e à informação, sobre as matérias produzidas até o momento pela *Sirene* e as linguagens trabalhadas, o que pluraliza a comunicação: além da escrita, há fotografias, crônicas, charges e quadrinhos. As narrativas do trauma na edição 8 também acionam os eixos da memória e da nostalgia, as narrativas se voltam para as saudades das localidades e buscam abarcar que a perda das comunidades vai para além das perdas das casas e objetos: é do campo subjetivo, o que nos lança as reflexões: existem formas de ressarcir? Há algum valor que pague as saudades, a perda da dinâmica de vida, do entrelaçamento afetivo experienciado em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo? As dimensões do trauma são, mais uma vez, revisitadas, movimento essencial para que o silêncio não impere no campo subjetivo destes sujeitos.

5.1.1 Edição 0, de fevereiro de 2016

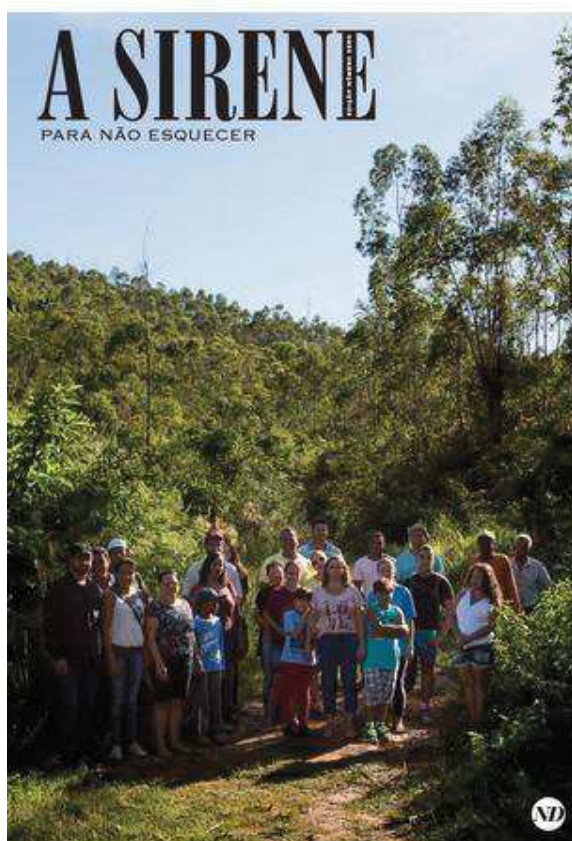
Editorial

O editorial da edição inaugura a entrada do Jornal *A Sirene* e, por consequência, das vozes dos atingidos no campo de disputas narrativas, e realiza um movimento de retomada do dia do rompimento de Fundão e de suas consequências. Há um destaque para a expulsão dos moradores de Bento Rodrigues e o distanciamento em que estes sujeitos foram impostos ao serem realojados em Mariana, cada um em um bairro diferente – o que, para os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, era o mesmo que habitar, forçosamente, uma cidade de características de uma capital: com grande movimento de carros e ônibus, uma infinidade de bairros, muitos comércios, além de ser uma cidade em que a rotina é dividida com a vida universitária. Em Mariana, existem dois campi da Universidade Federal de Ouro Preto: o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), que abriga os cursos de Ciências Contábeis, Administração, Jornalismo e Serviço Social; e o Instituto de Ciências Humanas (ICHS), no qual estão os cursos de Letras, História e Pedagogia. O editorial identifica a dificuldade de restabelecimento de conexões entre os moradores de Bento Rodrigues, dificuldade existente por conta das distâncias das casas alugadas para as famílias atingidas pela Samarco, e exacerbada pelo diferente ritmo de vida vivenciado na cidade de Mariana: “Essa dispersão apresentou-se, desde o princípio, como um desafio para essas pessoas, que precisam restabelecer as suas relações a partir de um novo lugar e de uma nova realidade” (A SIRENE, p. 2). O editorial afirma que a brusca e traumática mudança do espaço e das circunstâncias em que os atingidos viviam apresentou a necessidade de repensarem a própria maneira como se comunicavam, questão importante para reconstrução de vidas e, principalmente, para que os atingidos pudessem se organizar para lutar por seus direitos. Essas mudanças, de consequências tão profundas e subjetivas, foram mais um elemento impulsionador para a estruturação de um canal de comunicação oficial dos sobreviventes. Este fato classifica o editorial nos eixos de empoderamento e denúncia da tétade trágica, elaborada como os quatro elementos de análise das produções das edições especiais da *Sirene*. Ao mesmo tempo, também se justifica nas linhas do editorial, que apresenta o jornal como o canal de comunicação e articulação das comunidades pela luta por direitos, reverberação de dores e sentimentos, fortalecimento da autonomia e do empoderamento a partir da livre circulação de informações: “Nasce da união entre

atingidos e os grupos de apoio #UmMinutoDeSirene, Arquidiocese de Mariana, ICSA/UFOP e NITRO” (A SIRENE, p. 2).

Ao apresentar o periódico como ferramenta de comunicação principal e fundamental das comunidades, o editorial da edição 0 também tece uma explicação sobre a forma de trabalho que *A Sirene* desenvolveu logo na edição de estreia. Ao mesmo tempo, entendemos a dinâmica inicial de trabalho que o periódico ainda desenvolveria e fortalecer ao passo em que novas edições fossem publicadas. Pautas determinadas por aqueles que se prontificam a participar, trabalho feito em equipes de atingidos, jornalistas, fotógrafos e voluntários são a base da construção das reportagens do Jornal: “A Sirene é um jornal feito pelos atingidos para os atingidos. Mais uma ferramenta de apoio para que a comunicação e a preservação de suas memórias se tornem seus patrimônios. Um convite a todos para não esquecer” (A SIRENE, p. 2).

Imagem 3 - Capa da edição 0, de fevereiro de 2016, do jornal *A Sirene*



Fonte: jornal *A Sirene*

#1: E se fosse com você?

Nesta primeira reportagem da *Sirene*, escrita por Maria do Paracatu e Marinalva do Bento, há a apresentação do diálogo entre ambas as moradoras de Paracatu e Bento Rodrigues, que conversam sobre a mudança forçada para Mariana, as reações dos marianenses com a chegada dos atingidos e os preconceitos. Os acionamentos memorialísticos, que estruturam toda o diálogo e classificam a matéria na temática da memória, dentro da téttrade trágica das narrativas do trauma, dão conta de uma memória do pós-rompimento, de como foram acolhidas em Mariana, como se sentiram, os preconceitos que sofrem desde então – âmbito que, também, insere a produção no eixo da denúncia. Grande parte do preconceito e das palavras de ódio proferidas às famílias atingidas que foram forçadas a viver em Mariana foram motivadas pela crise econômica enfrentada pela cidade desde que as atividades da mineradora Samarco foram paralisadas a pedido do Ministério Público. Com este fato, Mariana perdeu grande parte da arrecadação pública, além de registrar altos índices de desemprego: um ano após o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2016, Mariana registrou queda brusca na arrecadação da prefeitura, com disparos no desemprego e diminuição do turismo. À época, 25% da população da cidade estava desempregada, de um total de 61.288 habitantes. De acordo com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), 9 mil pessoas destes 25% perderam a renda devido à baixa na mineração³¹. Com este fato e, principalmente, a partir das narrativas construídas pela Samarco (que o rompimento foi um acidente e que era necessário voltar a operar mesmo com as investigações em curso), muitos moradores, desesperados frente as dificuldades econômicas, acreditavam que as famílias dos atingidos é que eram os reais responsáveis pelas demissões e dispensas dos trabalhadores associados à mineradora, e que também impediam a retomada das atividades da mineradora por, simplesmente, exigirem os direitos de indenizações e reassentamentos. Diante desta realidade, muitos marianenses se posicionaram contra a luta dos atingidos por acreditarem que os sobreviventes eram os principais responsáveis pela paralisação das atividades da mineradora: “No Centro de Convenções eu ouvi uma pessoa dizendo: ‘chegou o povo vagabundo come quieto’. Mas nós não demos atenção, a gente estava precisando daquelas coisas. Só não voltei lá mais pra buscar nada” (A SIRENE, p. 3).

³¹ O Jornal *Estado de Minas* construiu uma reportagem sobre o alto índice de desemprego na cidade, publicada em 3 de novembro de 2016: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais.820492/desastre-na-barragem-de-fundao-deixa-mariana-no-atoleiro-do-desemprego.shtml. Acesso em 12 de abril de 2021.

#2: Quem foi sua sirene?

A matéria “Quem foi sua sirene” tem, como proposta primeira, rememorar como alguns moradores de Bento Rodrigues ficaram sabendo que a barragem de Fundão havia rompimento e como conseguiram se salvar da destruição da lama. Com o tecer dos testemunhos, percebemos que a reportagem também tem como proposta denunciar a falta de medidas de alerta e de segurança no subdistrito, como sirenes, placas informativas e rotas de fuga, relativas à barragem que foi construída a poucos quilômetros de Bento Rodrigues sem o consentimento dos moradores da localidade. A reportagem tem como abertura uma carta de Sandra a seu pai, Daniel, funcionário da Integral, empresa terceirizada da Samarco e morto no rompimento de Fundão. A filha rememora, três meses após o acontecimento traumático, como vem sendo os dias sem a presença do pai “(...) nunca imaginaríamos que o mais difícil desse ano seria conviver com a sua falta, com a vontade de conversar com você, com a vontade de te ver mais uma vez” (p. 4). A carta é ancorada em um teor nostálgico de como era a vida ao lado do pai, como Daniel era uma pessoa dedicada aos seus afetos e como sua figura era essencial para a sustentação do seio familiar, caracterizando a produção no eixo da memória da téttrade trágica.

Com o fim da carta de Sandra, a reportagem nos apresenta seis testemunhos de moradores de Bento Rodrigues sobre como descobriram que suas vidas estavam em risco com o rompimento da barragem da Samarco. Sônia conta que ficou sabendo do rompimento com os gritos dos vizinhos, indicando a importância da vida em comunidade para a sobrevivência: “Minha sirene foi a gritaiada na praça, a afobação do povo. Não deu tempo de correr. Quando vi, a lama já estava na minha garagem. Eu, meu filho e meu sobrinho nadamos na lama grudenta em zig-zag, fugindo da correnteza, até chegar em um ponto firme” (p. 4). Terezinha rememora que o dia 5 de novembro de 2015 beirava o inacreditável e, às pressas, precisou se despedir de afetos concretizados na construção da própria casa: “Achei que era chuva de poeira. As casas já estavam todas caindo na praça. Voltei atrás, peguei meu telefone, uma sacolinha com sombrinha, despedi do quarto da minha mãe. Segui para o mato” (p. 5). Gladismar pôde ouvir o barulho da lama chegando da praça principal de Bento Rodrigues. Correu em casa para avisar os familiares e tentar salvar os vizinhos: “Corri em casa e tirei minha família. Subi na moto, tentei buscar o Mauricélio, mas o portão da casa estava trancado e nos perdemos. Quando fugia da lama, seu Marcolino caiu da caminhonete.

Pensei: ou salvo ele ou me salvo. Nós dois estamos vivos” (p. 5).

#3: A menina que salvava livros

“Ana Clara tem sete anos. Crescia em Paracatu, quando veio a lama. Teve cinco minutos para salvar algo de toda sua vida que perderia. Escolheu salvar um livro” (p. 6). É com um exercício de rememoração do dia que precisou se salvar da lama que a matéria “A menina que salvava livros” tem início. A produção é um testemunho em primeira pessoa de Ana Clara, moradora de Paracatu introduzida logo no início da matéria, que conta o que escolhe salvar no pouco tempo que tinha para decidir o que de mais precioso havia em sua casa que dava para ser retirado em poucos minutos “Peguei o livro e mais algumas coisinhas e coloquei na mochila. Não deu tempo de salvar mais nada. Escolhi o livro que ganhei na escola” (p. 6). Estruturado no eixo da memória, ao rememorar os últimos minutos para se salvar da lama que destruiu Paracatu de Baixo, e também no eixo nostálgico, Ana Clara explica o porquê do livro escolhido ser tão especial: “Nunca tinha ganhado um livro assim. Não queria perdê-lo. É a história de quatro meninos órgãos que, no final, encontram sua mãe.” (p. 6). Os livros da escola, mais pesados e em grande número, não puderam ser salvos em meio à fuga por serem muito pesados para carregar. No Centro de Convenções de Mariana, primeiro local que os atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram recepcionados na cidade e receberam doações de roupas, calçados e outros objetos, Ana Clara pôde escolher livros e histórias em quadrinhos, que já foram todos lidos: “Mas vou continuar lendo, livro é sabedoria. Sabedoria, amor, fé, inteligência, isso ninguém tira da gente. Bem material depois a gente recupera” (p. 6).

#4: Seu Filomeno me contou

A matéria remonta a história da criação do subdistrito de Bento Rodrigues com recursos da história oral: “Um dia, Seu Filomeno contou a história do Bento para o Elias. Elias procurou nos livros e viu que estava do mesmo jeito. Então, Elias escreveu...” (p. 7). Em formato de poema, a produção se dedica contar como ocorreu a fundação de Bento Rodrigues, datado do século XVII em função da extração de ouro, até os dias atuais. De acordo com a matéria, a localidade que viria a ser Bento Rodrigues começou a ser povoada quando, no século XVII, os bandeirantes de Mariana e Ouro Preto não estavam satisfeitos com seu líder e, por isso, buscaram outro local para viver e

extrair ouro. Desceram pela Serra de Antônio Pereira, seguindo a direção do rio Gualaxo, hoje intoxicado pela lama de rejeitos da Samarco, e foram até o entroncamento com o rio Gregário, formando o acampamento liderado por Bento Rodrigues. É datado de 1697 quando se começou a estruturar o povoado, formado pela imigração dos senhores donos de escravos que instalaram suas fazendas e delimitaram territórios. A primeira capela foi construída em 1718, mas teve suas estruturas abaladas, precisou ser demolida e, em 1853, uma segunda capela foi estruturada no mesmo local. A produção segue costurando os principais acontecimentos históricos de Bento Rodrigues, apoiados na extração do ouro e do aumento do número de moradores da localidade: “Quando o prefeito de Mariana era Jadir Macedo, chegou luz elétrica a Bento Rodrigues. Depois veio o telefone. A extração do metal precioso em ouro fino, bauxito no Morro do Fraga, de cristal nas imediações e a plantação de eucaliptos deram trabalho ao povo do Bento” (p. 7). O poema se dedica a registrar que a história do subdistrito teve início muito antes da chegada da barragem de Fundão, da criação da mineradora Samarco, ou do boom do modelo neoextrativista que explora os territórios da América Latina desde o início do século XX.

#5: Nossas praças

A matéria “Nossas praças” é construída em formato de poema que remonta o último dia que os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo viveram no local ainda intacto da destruição da lama da Samarco. O experienciar uma situação-limite, o acontecimento que beira o inacreditável, o desespero dos moradores para entender o que estava acontecendo e conseguir se salvar, o medo das mães não encontrarem seus filhos, a saudade das casas, plantações, animais, espaços públicos dos distritos e da afetividade vivenciada junto a familiares e vizinhos, estão nas estrofes do poema: “Na escola correram para avisar/os alunos precisavam se salvar/ O desespero tomou conta daquele lugar/ Mães desesperadas querendo seus filhos encontrar (...) Vamos para o alto do morro/ A espera da água chegar/Chegou somente lama, para Paracatu arrasar” (p. 8)”. Além da forte carga nostálgica, que enquadra a produção no eixo da nostalgia da tétade trágica, a produção também se posiciona com uma ferramenta de denúncia sobre o descaso da mineradora Samarco com as populações atingidas, uma vez que não haviam sirenes, rotas de fuga, e outras infraestruturas nas comunidades em caso de rompimento de barragem. O poema conta o desespero dos moradores, junto ao susto de saber que uma barragem havia se rompido, a incerteza, o medo, a perda de tudo: casa, terreno, criações, roupas, objetos, documentos.

#6: Que horas é a reunião?

“A gente explica o tempo, os nomes, as palavras, as nossas lutas e as notícias que escreveram sobre nós. A gente fala. E do nosso jeito”(p. 10), este é o abre da matéria “Que horas é a reunião” que, logo na introdução, já adianta que a produção tem como objetivo informar as comunidades atingidas a respeito de reuniões, assembleias e outros encontros que são decisivos para suas lutas por direitos básicos e reconhecimentos por parte da Samarco. Com o livre acesso à informação, os atingidos têm maior compreensão sobre suas realidades, entendem quais são seus direitos e deveres na luta por reparação e, com a força do coletivo, se empoderam – por este motivo, a produção se posiciona nos eixos do empoderamento e da denúncia.

O teor denunciativo está, também, presente em toda a estrutura da matéria, que apresenta narrativas sobre o rompimento e os atingidos a partir da ótica de quem, de fato, sobreviveu ao acontecimento. Para tanto, o jornal construiu uma linha do tempo com início no dia do rompimento de Fundão (05/11/2015) e término no dia do lançamento da edição 0 da *Sirene* (05/02/2016). Neste meio tempo, são destacados fatos de grande importância para a luta dos atingidos, contados pelos próprios sujeitos de suas histórias. A matéria também tem como objetivo explicar o que os atingidos têm vivido até o momento e apresentar definições de termos relativos ao rompimento de acordo com as vivências dos sobreviventes – o que aconteceu na vida dos atingidos neste período de tempo; perguntas que estes sujeitos fizeram a si mesmos e às autoridades: “Vou sobreviver? vamos morrer?; Por que não tinha sirene?; E esse advogado? Quem mandou ele aqui? Por que esse tanto de gente querendo falar comigo?” (p. 11).

#7: Juntos somos fortes e queremos

A matéria “Juntos somos fortes e queremos” tem como angulação o retrato dos desejos e dos direitos dos atingidos na reconstrução das casas: “Escolher o local e o modelo da nossa casa. Não tem que ser padrão”. Uma área grande que possibilite a construção da casa, o cultivo dos pomares, a criação de pequenos animais e outras atividades, pensada com muita atenção e participação das famílias atingidas” (p. 12). Aos desatentos, pode até parecer que os atingidos estão exigindo muito ou são deveras detalhistas no que desejam no pós rompimento. Entretanto, se analisarmos com atenção, o que desejam é o mínimo de dignidade na reconstrução de seus terrenos

e de suas casas. É o desejo de, novamente, ter uma horta para cultivar as plantas e cuidar dos animais, cômodos como estavam habituados a vivenciar o dia a dia, e decisões em conjunto com os futuros moradores das casas: os próprios atingidos. Entretanto, desde o início das decisões de reparações, os atingidos vêm enfrentando impasses com relação aos projetos arquitetônicos das casas e planejamento da reconstrução de Bento Rodrigues (mapeamento das casas e construções da localidade), no qual a Samarco impõe uma padronização da organização espacial de Bento Rodrigues e da arquitetura das casas: “A Nova Bento nunca será como a anterior, mas poderá ser um ótimo lugar se formos protagonistas nas decisões sobre todos os detalhes, de forma autônoma e organizada. Este é um direito.” (p. 12). A matéria é, portanto, uma espécie de denúncia manifesto pelo mínimo: o reassentamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, a entrega das casas, o direito dos moradores escolheres os detalhes das próprias construções (que dá conta de um universo de relações identitárias e afetivas), a possibilidade de se aproximarem, mesmo que minimamente, da realidade que estavam acostumados a experienciar antes do novembro de 2015.

#8: A gente explica (Editoria do jornal *A Sirene*)

Esta seção da edição 0 é, na verdade, uma editoria que vai aparecer com recorrências nas edições futuras do Jornal A Sirene, principalmente nas publicações dos novembros futuros, analisados nesta pesquisa (2016, 2017, 2018 e 2019). A proposta do corpo editorial é selecionar determinadas palavras, muito comuns de circularem na grande mídia tradicional e nas narrativas da Samarco, para serem explicados a partir do ponto de vista de quem mais sofre com o acontecimento traumático e suas indissociáveis consequências. O movimento de selecionar certos termos é, além de apresentar uma nova conceituação a partir das perspectivas da dor, do trauma, da indignação e da revolta, é aproximar aos atingidos alguns conceitos que podem ser de difícil compreensão; ou de maior uso no campo jurídico, por exemplo, o que posiciona a editoria no eixo temático do empoderamento, ao prover acesso livre acesso à informação às comunidades atingidas que consomem os conteúdos do periódico.

Para a edição 0, foram selecionados os termos agronegócio, atingidos, barragem, Bento, bônus/verba de assistência, direito, identidade, mineração, notícia/imprensa, reconstrução, rejeito/lama, representação, solidariedade, tóxico e tragédia. Dispomos, aqui, as definições de cada um dos termos de acordo com o entendimento dos atingidos:

A gente explica

agronegócio: 1. horta
2. plantação 3. pessoas que
tenham **suas vidas ligadas
à agricultura**, ou seja,
que tiravam seu sustento
através do seu trabalho.

atingidos: 1.
prejudicados pela lama
2. sofreu algum dano
ou perda diretamente 3.
pessoas que perderam
tudo, ou seja, bens
materiais, sonhos, vidas,
liberdade 4. inocentes.

barragem: 1. sensação
de perigo 2. bomba
3. **pesadelo de várias
comunidades brasileiras**
por várias décadas 4.
irresponsabilidade.

bento: 1. paraíso;
nossa vida 2. o
nosso mundo, o
nosso maior sonho e
esperamos que seja
o nosso presente 3.
vítima.

**bônus/verba
de assistência:**
1 obrigação 2. não
precisamos de verbas
assistenciais, precisamos

sim de **ressarcimento**
do que nos foi tirado de
maneira brutal e cruel”.

direito: 1. ter uma
casa, um lugar 2.
correto 3. o que
queremos que
seja cumprido
justamente 4. **justiça.**

identidade: 1. união
2. identificação 3.
perdemos.

memória: 1. saudade
2. coisas passadas 3. o que
nos restou da nossa vida,
da nossa comunidade, ou
seja, **o que foi soterrado
pela lama** 4. momentos
felizes com meu pai.

mineração: 1. emprego
2. retirada de metais 3.
**o que veio depois que já
estávamos instalados e
tranquilos**, retirando o
nosso sossego e a nossa
vida 4. uma atividade
que, se não for correta,
pode acabar com a vida de
inocentes.

notícia/imprensa: 1.
distorção e manipulação 2.

informação, aproveitando
da situação para elevar
o nível de audiência
sem pensar em quem
foi atingido 3. **algumas
verdades, algumas
mentiras**, porém, foi de
muita validade e está
sendo, não deixando
que a gente fique no
esquecimento, nós
achamos de muita
importância 4 algumas
manipuladoras e
oportunistas e outras a
favor da verdade e da
realidade”.

reconstrução: 1.
esperança de ter todos
juntos 2. **recuperar o que
a gente tinha** 3. é o que
queremos o mais rápido
possível 4. um desafio que
é reconstruir a vida sem
meu pai.

rejeito/lama: 1.
poluição 2. sobra não
aproveitada, barro 3.
monstro criado pela
mineração que nos levou
à ruína total, ou seja,
destruiu toda a nossa casa
4. trauma”.

representação: 1.
promotor, segurança /
organização do grupo

2. representar o grupo:
promotor, a comissão
e, depois da reunião
na assembleia, **a união
do grupo** 3. estamos
tendo através do
doutor Guilherme, com
ministério público; minha
família, advogados e
pessoas com boa vontade
que se sensibilizaram com
nossa luta”.

solidariedade: 1.
surpresa 2. o que foi
feito pelo **povo brasileiro**
para nos ajudar, e o que
agradeceremos sempre.

tóxico: 1. que mata;
faz mal à saúde 2. coisa
ruim que **destrói vidas**,
principalmente o meio
ambiente 3. poluição.

tragédia: 1. perdas,
destruição, não devia ter
acontecido isso 2. morte,
coisas inesperadas 3. o
fim de nossa história,
**um caos total, um sonho
interrompido** 4. dor.

Fonte: Jornal *A Sirene*

#11: O que queremos de velho no Novo Bento?

A última matéria da edição 0 do Jornal *A Sirene*, apresenta uma lista com o nome dos moradores de Bento Rodrigues e o que cada um deseja que seja construído na localidade em que será o reassentamento do subdistrito. Com base nos testemunhos, acessamos as dimensões dos sonhos, perspectivas para o futuro, nostalgias, saudades, afetos e sociabilidades que eram experienciados em Bento Rodrigues e que, hoje, os moradores desejam que, novamente, seja possível vivenciar tais sentimentos. Há as escolhas individuais, em que é possível entender o que era precioso para os moradores e, de certa forma, insubstituível, de caráter de patrimônios materiais e imateriais para estes sujeitos. Por isso, a importância de ser reconstruído no terreno de Lucila: as serenas, a escada de pedra, o pé de esponjeira, os vizinhos, as igrejas, o cascalho, o banco de pedra

da praça, o baú de palha, o cemitério, a praça, o lambari frito, o ranca na quadra, a brincadeira na rua, as cachoeiras, a vida livre. Para todos, foram elencados o direito de escolha, estar perto do Bento, a paisagem, o respeito às suas histórias e o modo de vida experienciado em Bento Rodrigues.

Imagem 5 – Matéria “O que queremos do velho no Novo Bento?”

O que queremos do velho no Novo Bento?

POR MARIA DAS GRAÇAS QUINTÃO, MÔNICA DOS SANTOS E SIMÁRIA QUINTÃO. COM APOIO DA ANA CRISTINA MAIA, ISABELA WALTER, LUCAS DE GODOY E LUÍZA GEOFFROY.

Para

- Cabeção: as serenatas
- Maria Lúcia: a escada de pedra
- Paulinha: o pé de esponjeira
- Cláudia: os vizinhos
- Dona Dirce: as igrejas
- Vítor: o cascalho
- Maria: o banco de pedra da praça
- Ana Amélia: o baú de palha
- Mônica: o cemitério
- Simária: a praça
- Weverton: o lambari frito
- Elias: o ranca na quadra
- Ana Beatriz: a brincadeira na rua
- Maurício: as cachoeiras
- Xandim: a vida livre

Para todos

- o direito de escolha
- estar perto do Bento
- a paisagem
- o respeito à nossa história
- o nosso modo de vida

Fonte: Jornal *A Sirene*

5.1.2 Edição 8, de novembro de 2016

Editorial

Na edição do mês de novembro de 2016, em que o rompimento de Fundão completa um ano, o editorial relembra, em tom denunciativo, as dimensões da destruição do acontecimento traumático. O jornal define o rompimento como o “maior desastre tecnológico, social, ambiental que já presenciamos” (p. 2). Ao mesmo tempo, as causas do rompimento da barragem foram atualizadas, uma vez que, nos meses seguintes à catástrofe, a mineradora Samarco vinha constantemente afirmando que tremores de terra nas proximidades do Complexo de Germano teriam sido os responsáveis pelo “acidente”: “Ter a certeza de que podia ter sido evitado – como indica a denúncia do Ministério Público Federal – amplia as angústias, ainda longe de serem resolvidas” (p. 2). O ‘ser evitado’ pode ser entendido como tanto o rompimento da barragem em si, que poderia ter sido evitada caso fiscalizações mais severas tivessem sido feitas ou, principalmente, se o modelo de construção da barragem fosse outro, senão o a montante; como as 19 mortes de moradores de Bento Rodrigues e de funcionários da mineradora também poderiam não ter acontecido. A localidade deveria contar com sirenes de alerta em caso de rompimento, rotas de fuga e outros instrumentos para permitir o salvamento de toda a comunidade. A legislação que determina a fiscalização de barragens no Brasil é falha e repleta de brechas, o que confirma que o crime poderia ser evitado caso as normas de controle estivessem sendo seguidas à risca. O teor denunciativo a respeito das negligências e desrespeitos em que os moradores de Bento Rodrigues foram submetidos encaixam o editorial no eixo temático da denúncia.

As dimensões profundas da perda são revisitadas, como num movimento de sempre ser necessário lembrar que a perda não foi somente de casas e o espaço de sociabilidade dos moradores de Bento: “Perder família, casa, saúde, trabalho, terra, praça, igreja, rio, praia; perder história” (p. 2). Diante desse cenário, o editorial também foi construído com o objetivo de reforçar um dos papéis da *Sirene*, o que também nos mostra o eixo do empoderamento das comunidades atingidas: os direitos à comunicação e ao acesso à informação. Após um ano do rompimento de Fundão e em circulação há seis meses, o periódico é o principal canal de comunicação das comunidades atingidas. É por meio das reuniões de pauta, das discussões ao relativo à luta dos atingidos, ao que é colocado nas páginas da *Sirene* que o direito à comunicação, o acesso à

informação e, conseqüentemente, o empoderamento das comunidades é exercido: “O que escolhemos dizer nesta edição – histórias de luto e de luta – nos ajuda a reconstruir memórias e esclarecer fatos que ainda precisam de atenção.” (p. 2).

O editorial da edição 8 é, também, um exercício de reflexão sobre a forma em que a *Sirene* é estruturada e sobre o jornalismo desenvolvido pelo periódico ao longo destes seis primeiros meses. São indicadas algumas das reportagens que constroem a edição, como uma contextualização das principais questões vivenciadas pelos atingidos: a lembrança da última noite vivida em Bento Rodrigues, já com o distrito destruído; os objetos de memória que os moradores conseguiram salvar durante a fuga ou em meio à lama; a questão da mineração em Minas Gerais e a profunda dependência econômica das mineradoras pela cidade de Mariana, além dos impactos do acontecimento na saúde mental das comunidades atingidas. O pensamento é, também, na forma em que o jornal é construído e as suas diferentes linguagens, além do textual “outras linguagens – fotografia, crônica, charge e quadrinhos, nos propõem colorir o futuro com uma visão ao mesmo tempo sensível e afiada da realidade” (A SIRENE, 2016).

Ao lado do editorial, o jornal apresenta o box “Resultado das Audiências”, que também pode ser entendido como mais uma ferramenta que reforça o direito à comunicação e à informação, e o conseqüente reforço para a mobilização e empoderamento das comunidades. No box são apresentadas informações sobre as últimas audiências realizadas no mês de outubro em que foram resolvidas questões essenciais para a luta dos sobreviventes: realocação de imóveis alugados, ressarcimento de aluguéis, indenização de veículos destruídos, antecipação indenizatória, repasse de auxílio financeiro e duplo domicílio. O quadro sobre os resultados de audiências também apresenta a atualização sobre a contratação da Assessoria Técnica em favor da Cáritas Diocesana.

#1: Um ano sem “lá fora”

A matéria é um testemunho escrito em primeira pessoa por Angélica Peixoto, professora da Escola Municipal de Paracatu de Baixo. Assim como Bento Rodrigues, a localidade também foi profundamente atingida pela lama de rejeitos da mineradora Samarco. Conhecida como Paracatu de Baixo, o batismo não foi por acaso: dado à geografia, a localidade, de fato, ficava em uma parte mais “baixa” se comparado com a posição geográfica de Paracatu de Cima, junto a Gesteira, outro subdistrito severamente atingido pelo rompimento. Os moradores de Paracatu de

Baixo precisaram se mudar para Mariana sob o argumento do “temporário”, até que acontecesse o reassentamento das 103 famílias em um novo terreno, que ainda está nas fases iniciais de construção. Há mais de cinco anos, assim como os moradores de Bento Rodrigues, os moradores de Paracatu de Baixo habitam casas alugadas pela Samarco na sede do município e convivem com as bruscas mudanças no cotidiano e, principalmente, com o rompimento das ligações identitárias e culturais que constituíam as vivências das comunidades atingidas. Essa é a principal queixa de Angélica Peixoto na reportagem “Um ano sem ‘lá fora’”. Com forte carga nostálgica, o que nos permite entender a produção no eixo de nostalgia, a professora explica que, há um ano, os moradores de Paracatu de Baixo viviam realidades bem distintas das que estavam acostumados a experimentar no subdistrito. As memórias individuais e coletivas, assim como a saudade, são mais latentes na abordagem da matéria: a intrínseca relação das comunidades com a terra, a natureza, as plantações, o “lá fora”: “Ouvi essa expressão e fui tomada imediatamente pela certeza de que ela sintetiza muito a saudade que temos: as experiências de trocas com a natureza, como sentir o vento no rosto, escutar o som dos pássaros, sentar no chão” (p. 3).

O testemunho de Angélica Peixoto é dividido em duas chaves temporais: o passado, em que há uma descrição sobre o tempo vivido em Paracatu de Baixo, no qual a narrativa está recheada de uma carga nostálgica: “Em minha memória, sinto o cheiro do mato pisado e repisado na vivência de todos os dias. Sem esforço, ouço a risada das nossas crianças subindo nas árvores” (p. 3); e o tempo presente, em que há uma contraposição com a temporalidade vivida em Paracatu de Baixo e, agora, da experienciada na cidade de Mariana. A partir dos relatos sobre o cotidiano na cidade de Mariana, é possível notar uma quebra identitária a partir da vivência na nova cidade: “O lá fora faz muita falta! Para amenizar a ausência da natureza, aprendemos a fazer horta vertical em um recipiente descartável. Não me saí muito bem. Plantei uma mudinha de alface. Coitada. Morreu” (p. 3). A matéria em questão também articula os eixos temáticos da memória, nostalgia, memória individual e coletiva (HALBWACHS, 1983), afetos e construções identitárias ao rememorar o “lá fora”, os espaços de sociabilidade compartilhados pelos moradores de Paracatu de Baixo.

As narrativas sobre passado e presente, além de atuarem como testemunho de apenas uma das consequências do rompimento de Fundão, estão inseridas, também, de forma comparativa. Com o relato da professora Angélica, é colocado em contraposição a realidade em Paracatu e a realidade de Mariana. Apesar de cidade de interior, a sede do município apresenta ares bem mais

urbanos do que de campo, representando profundas diferenças para quem estava acostumado a um cotidiano fortemente ligado à terra. Por isso, a matéria em questão nos apresenta essas diferenças identitárias, nas formas de experienciar a rotina e, conseqüentemente, nas diferenças de temporalidade. O passado é introduzido a partir do testemunho de Angélica como um tempo repleto de vida, afetos e relações intrínsecas com as plantas e as criações de animais. O presente, por outro lado, vivenciado desde o pós 5 de novembro de 2015 (agora, também como parte de um passado recente) é uma temporalidade representada por um abismo identitário e cultural. No testemunho, há a inferência da quebra identitária provocada pela mudança “temporária” dos atingidos de Paracatu de Baixo para Mariana:

Um ano. 365 dias. Compramos vasos de flores, fizemos hortas suspensas, as crianças brincam em ruas de lazer, tomamos sol na varanda, na ilusão de que aquilo são os nossos quintais. Que Deus nos ajude! Estamos em compasso de espera. Saudades do nosso “lá fora”. É lá fora que a vida pulsa! (A SIRENE, 2016, p. 3).

A professora Angélica, por meio de seu testemunho, nos apresenta a dimensão da narração da experiência. Sobre isso, Beatriz Sarlo (2005) reflete que não existem possibilidades de existir um testemunho sem que, antes, haja a experiência e, principalmente, não existe experiência diante da impossibilidade da narração. A linguagem, para quem testemunha, atua como uma espécie de libertação do aspecto mudo da experiência. A mudez pode ser interpretada como esquecimento ou falta de campo para expressão. A narração transforma o testemunho em experiência e, também, no comunicável, no comum (SARLO, 2005). Ao mesmo tempo, é capaz de inserir o sujeito que narra em uma temporalidade diferente daquela da experiência vivida. Seligmann-Silva (2008) apoia-se em Primo Levi (1988) ao comentar que esse “fundar de temporalidade” a partir da narração é o mesmo que inserir o sujeito sobrevivente a dado acontecimento no tempo “dos outros”. Antes, sem a narração da experiência, ou sem o testemunho, o sujeito ainda estava inserido em um tempo passado:

Levi nesta passagem coloca as expressões “aos outros” e “os outros” entre aspas. Este destaque indica tanto o sentimento de que entre o sobrevivente e “os outros” existia uma barreira, uma carapaça, que isolava aquele da vivência com seus demais companheiros de humanidade, como também a conseqüente dificuldade prevista desta cena narrativa (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66).

Em complementação, Sarlo (2005) também explicita que o “fundar de temporalidade” é feito a cada vez que o testemunho é dado. A cada repetição, a narração é atualizada. Essa atualização é encontrada nas edições da Sirene, principalmente nas publicações especiais dos meses de fevereiro (quando o periódico completa mais um ano em circulação) e de novembro (aniversário do rompimento). A necessidade de atualização do acontecimento é legitimada por diferentes vertentes: primeiro pois, quanto maior vai ficando o hiato entre o tempo presente e o tempo do acontecimento traumático, maior são as tendências de que o acontecimento em si caia no esquecimento e, por consequência, também caia no esquecimento os sobreviventes, suas dores, lutas e subjetividades. A atualização é também importante para informar o que está sendo feito a respeito das medidas de reparação aos atingidos: se indenizações estão sendo pagas ou foram suspensas, se o reassentamento foi feito, identificação de novas medidas de ressarcimento. Além disso, a cada nova edição especial, há uma atualização da luta, da dor e do trauma, que adquirem novas dimensões à medida da passagem do tempo.

#2: O que ficou com você?

A reportagem relembra o cinco de novembro de 2015, dia do rompimento da barragem de Fundão, para fazer um enfoque em algo muito caro para os sobreviventes, o subjetivo: “Foi depois desse dia que entendemos o que era dor, perda. A mudança foi drástica em Bento Rodrigues, Ponte do Gama, Paracatu e muitos outros distritos atingidos” (A SIRENE, 2016). O acontecimento não teve consequência somente na perda de casas, construções e do espaço de Bento Rodrigues. Para além da perda material, os desdobramentos no âmbito subjetivo, as afetações no que é íntimo de cada sujeito e as consequências na saúde mental, são difíceis de mensurar – e, certamente, não cabem em relatórios ou dossiês técnicos. A matéria, portanto, opera sob o eixo da nostalgia, com foco nos objetos de rememoração e de construção identitária, para registrar as subjetividades dos atingidos.

A partir de acionamentos memoriais, a reportagem apresenta testemunhos de moradores de três comunidades profundamente impactadas pelo rompimento, Bento Rodrigues, Paracatu e Ponte do Gama, que testemunham sobre seus objetos de memória. Os objetos que foram salvos pelos moradores das comunidades dão uma ideia da magnitude da destruição e do desespero no momento da fuga pela vida: pessoas que só têm a chave de uma casa que já não existe mais ou a

roupa que estava usando no dia: “Odileia guarda apenas a roupa que estava usando no dia e nada mais. De sua casa, Mônica só tem as chaves. Edna recuperou o copo que sua filha Pietra costumava beber leite.” (p. 4). Além da dimensão afetiva, os poucos objetos que foram salvos também são um registro identitário e cultural, que ajudam a contar a história do que um dia foram as comunidades e, também, quem são os sujeitos que constituíram as localidades e os habitaram por uma vida: “Sandra voltou ao Bento e recuperou suas panelas. Seu Zezinho conseguiu encontrar todas as camisas do time do São Bento. Elisete recuperou seu álbum de formatura” (p. 4).

#5: Afetados pela lama

A reportagem nos aproxima do impacto do acontecimento traumático nas memórias e nas relações afetivas de quem não morava em Bento mas, ao visitar parentes no subdistrito, compartilhava memórias da infância, férias, aniversários, entre outras datas afetivas. A reportagem foi redigida por Stéphane Pires, que costumava visitar a avó em Bento: “Em toda a minha vida passei as férias em Bento Rodrigues, na casa da minha avó Clarice Carvalho, de 78 anos, onde minha mãe foi nascida e criada.” (p. 10). Em seu testemunho, é possível notar as ligações identitárias com o local, uma espécie de referência familiar da mãe, da avó e do avô. Stéphane não chegou a conhecer o avô mas, de certa forma, o familiar sempre esteve presente na casa da família, materializado nos objetos memoriais: “Tudo o que havia lá trazia um pouco da memória dele: o sítio onde trabalhava, a igreja, e tudo isso fazia com que eu sentisse uma ligação” (p. 10). A matéria é estruturada nos eixos da memória e da nostalgia, sendo construída com as lembranças de momentos vividos em família. Para a adolescente, o subdistrito funcionava como referência identitária e, também, como um refúgio: era o local ideal para que a menina e seus familiares, que não moravam em Bento, pudessem ter contato com a natureza “Fazíamos piqueniques, caminhadas e amávamos ir às cachoeiras e rios” (p. 10). Entretanto, as memórias, nostalgias e afetividades cultivadas no subdistrito deram lugar, de forma abrupta, à dimensão de destruição da lama de rejeitos tóxicos. Os testemunhos reticentes e cheios de detalhes sobre um tempo em Bento são substituídos, agora, por um testemunho traumático, pausado, carregado do teor de irrealidade. Stéphane teve conhecimento da catástrofe por meio das imagens quase circulares, quase que em *looping*, nos principais canais de televisão da lama invadindo Bento Rodrigues. O teor de irrealidade (Seligmann-Silva, 2008) se relaciona à sobrevivência de situações-limite, de quem

estava no epicentro de certo acontecimento traumático, sobreviveu e, hoje, é testemunha. Este teor é característico quando há a percepção da memória do trauma. Para quem sobrevive a uma situação-limite, a irrealidade da sobrevivência, de ter saído vivo de um acontecimento traumático, “desconstroí o próprio teor de realidade do restante do mundo” (p. 69). O autor apoia-se em Hélène Piralian (2000) que refletiu sobre o teor de irrealidade ao estudar o genocídio armênio e suas formas de representação. A própria representação do acontecimento implica em uma retemporalização e conquistar uma nova dimensão temporal, para o sobrevivente, é fazer com que o sujeito saia da posição do sobrevivente para que, de certa forma, possa voltar à vida. Piralian explicita que essa saída é conquistar uma sobrevida à vida e, obviamente, a simbolização da temporalidade não será integral. Para o sobrevivente, ainda assim, haverá um "estranhamento do mundo advindo do fato de ele ter morado como que 'do outro lado' do campo simbólico". (PIRALIAN, 2000 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

Além do teor de irrealidade estar intrinsecamente relacionado a quem sobrevive a um acontecimento traumático, essa questão é fruto, de certa forma, das próprias escolhas da grande mídia tradicional em que, no momento da cobertura mais urgente, construiu efeito de sentido de sobrevivência ao inacreditável, à uma “cena de filme”, à destruição do “mar de lama”, expressões adotadas na construção das narrativas da mídia tradicional. Na cobertura do urgente, o testemunho sobre como os moradores de Bento Rodrigues fugiram da lama e sobre terem sido espectadores do potencial de destruição dos rejeitos, que dizimaram escolas, casas, plantações e criações de animais, foi exibido quase que em *looping* nos telejornais brasileiros e muito compartilhado nas redes sociais:

Foi um dos piores dias da minha vida. Nunca senti tanto medo. Entrei em estado de choque. Queríamos só saber como estavam nossos familiares e, por quase uma hora, não tivemos informações de ninguém. O medo de perder as pessoas que você ama tanto é desesperador. Eu via as imagens na TV e não queria acreditar. Só víamos a destruição do pequeno vilarejo que significava muito para nós (A SIRENE, 2016, p. 10).

O choque está no absorver tais imagens, conhecer a localidade, ter experienciado diferentes momentos afetivos, ter uma forte relação identitária e, pela televisão, ter o conhecimento da dimensão da destruição. Neste momento, então, para quem assistiu Bento ser invadida pela lama da Samarco, naquele momento, só restou rezar.

#8: A última noite

Construído com base no testemunho em primeira pessoa de dois moradores de localidades destruídas pela lama da Samarco, Antônio Santos, morador de Bento Rodrigues; e Angélica Peixoto, moradora de Paracatu de Baixo, a produção é um relato memorialístico sobre a última noite vivida em ambas localidades. Antônio Santos inicia o testemunho a partir do cair da noite, após a destruição ocorrida em Bento Rodrigues na parte da tarde do dia 5 de novembro de 2015: “A tarde radiante deu lugar a uma agonia e o anoitecer trouxe uma tristeza que persiste até hoje” (p. 14). São lembrados os momentos de desespero dos moradores de Bento Rodrigues que precisaram subir em encostas e lajes para conseguir se salvar da brutalidade da destruição. Amigos, familiares e vizinhos se organizaram para socorrer quem chegava machucado, sujo, em estado de choque, e cada encontro trazia um conforto momentâneo para o desespero que teimava em os fazer acreditar que a maioria não sobreviveria. Uns aos outros, os moradores começaram a dividir o pouco que conseguiram salvar de suas casas: um agasalho, um par de tênis, remédios, alimentos: “Uma panela de macarrão, outra de arroz, garrafas de café, biscoitos. Cerca de 300 pessoas ainda passaram a noite em Bento Rodrigues. Outros tinham saído do caminhão ou ido embora a pé mesmo, cortando o mato no peito” (p. 15). O testemunho chega ao dia seguinte, em que nove pessoas ainda não tinham sido encontradas e, no fim, “só restaram aqueles quatro, que a gente sabe que não voltam mais” (p. 15). Apesar de estruturado em cenas memoriais sobre como se salvaram e a última noite vivida em meio ao cenário de destruição de Bento Rodrigues, a produção também nos apresenta uma denúncia contundente sobre as condições desumanas em que estes sujeitos precisaram se salvar e ainda foram forçados a dormir em um Bento Rodrigues que, destruído, guardava toneladas de lama, ruínas das casas e cheiro fétido, oriundo do próprio rejeito tóxico e dos corpos dos animais que estavam presos em meio à lama: “A última noite terminou com um amanhecer triste. Tudo arrasado. E já não se ouvia mais os pássaros cantando, as crianças se aprontando para ir à escola, o cheiro do café, a naturalidade de sempre. Só se ouviam as lamentações das pessoas inertes a toda aquela situação” (p. 15). Antônio finaliza seu testemunho registrando que os moradores de Bento foram obrigados a sair da localidade deixando para trás tudo o que foi construído durante uma vida. Incrédulos, se dirigiram à Mariana sem saber o que seria do futuro.

Já em Paracatu de Baixo, Angélica Peixoto relata que a chegada da lama aconteceu horas depois. Um helicóptero dos bombeiros pousou no campo de futebol do distrito e militares deram

cinco minutos para os moradores procurarem um local mais alto. Desesperados, muitos moradores voltaram em casa para tentar salvar documentos, animais, roupas e objetos afetivos. A força da coletividade foi essencial para que todos conseguissem chegar aos pontos mais altos do distrito: “O tempo passou. A lama chegou à ponte. Veio arrebetando tudo. Fome. Sede. Medo. Angústia. Sofrimento. Desesperança. Dura realidade. Noite escura. A destruição chegou à comunidade. Cheiro horrível invadiu as narinas. Sensação de sufocamento. Tudo foi destruído” (p. 15). Angélica destaca o alívio de saber que todos do distrito se salvaram, sentimento que não recompensa a incredulidade e o desespero de testemunhar a destruição da localidade em que se viveu toda uma vida.

#9: 1 ano de atingido

Na reportagem “1 ano de atingido”, construída em quatro páginas do periódico, o jornal tece uma contundente denúncia acerca do descaso com o direito humano à moradia, sendo possível identificar a produção como própria do eixo da denúncia. A primeira parte da matéria se dedica a denunciar o atraso para o início do reassentamento do “Novo Bento”, que será reconstruído na localidade de Lucila. Para registrar a denúncia, um grupo de moradores fez um protesto “pacífico, mas também subversivo” (p. 16), no qual a intenção era demonstrar que é possível começar as obras para reconstrução de Bento Rodrigues. Com enxadas, facões e outras ferramentas, moradores foram até o terreno em que o distrito será reconstruído e começaram a capina do local, com o intuito de demonstrar a Samarco e à Fundação Renova que basta organização e desejo genuíno de trabalhar para que a dignidade possa começar a ser entregue à comunidade que viu Bento Rodrigues ser destruído: “Essa iniciativa espontânea, representou o desejo de ter nossa autonomia, nosso modo de vida e nossa liberdade o mais breve possível” (p. 16). Ainda assim, mesmo um ano após o rompimento (época em que a edição 8 foi publicada), a produção expõe que as casas dos moradores de Bento não foram prioridades. O mais importante para a Samarco foi a construção de diques, mesmo sem laudos necessários, enquanto “a primeira proposta de reassentamento ainda está sendo discutida entre a assistência técnica, comissão dos atingidos e a empresa contratada pela Samarco” (p. 16).

A produção segue denunciando as realidades vivenciadas por moradores de outras comunidades atingidas pela lama da Samarco. Em Ponte do Gama, “a difícil convivência com a destruição do rio e da cachoeira, fonte de frescor de gerações do povoado” (p. 17). Além da

contaminação do rio, importante para a renda e lazer dos moradores, bem como do equilíbrio do ecossistema local, a comunidade tenta reorganizar festas para fortalecimento das sociabilidades, profundamente abalada pelos traumas, inseguranças e sofrimentos vivenciados pelos moradores após a destruição trazida pela lama da Samarco. Moradores organizaram a festa de Nossa Senhora Aparecida, que aconteceu em área coletiva que precisou passar por obras após destruição da lama “Juntos, ainda convivemos com a realidade, mas a paisagem natural nunca será a mesma” (p. 17). As denúncias também abordam a exigência por mais empenho das autoridades nas buscas dos corpos ainda desaparecidos: “O rompimento da barragem deixou 14 viúvas e muitos órfãos” (p. 18). Para reforço das reivindicações, as famílias das vítimas fatais se organizaram em uma manifestação que aconteceu dia 20 de novembro de 2016, “atualmente, Aline Ribeiro, que perdeu o marido Samuel, continua lutando e afirma que ‘é triste olhar para trás e ver que nada foi feito.’” (p. 18). Entendemos que a localização dos corpos ou, neste caso, dos restos mortais de vítimas fatais, é essencial para as famílias realizarem velório e enterro e, de certa forma, conseguirem se despedir de um ente querido e dar um fim ao ciclo da perda. É como se essas identificações fossem essenciais para que a dor das famílias possam ser movidas para o próximo estágio do luto, proporcionada por uma despedida digna.

Em Barra Longa, a matéria aborda a problemática dos moradores viverem em uma cidade transformada em campo de obras. A lama da Samarco atingiu por completo a principal praça da cidade e algumas ruas do centro. Com a destruição, moradores “dormem e acordam com poeira, e os barulhos das máquinas que não param de operar” (p. 18). A chegada de um grande número de trabalhadores, contratados para as obras de infraestrutura, além da rotina intensa de reparação, têm um profundo impacto na saúde mental e física dos barralanguenses.

Após a condução de denúncias a respeito das duras condições em que as comunidades atingidas são forçadas a vivenciar, o periódico traz as temáticas da memória e da identidade para finalização da reportagem. São destaque o resgate de pertences que os atingidos conseguiram salvar em meio à lama e que os lembram quem são: “Mesmo com nossas vidas mutiladas ainda estamos aqui. O rejeito não soterrou nossas memórias” (p. 19). A condição de atingido, agora como uma espécie de identidade que determina a dinâmica de suas vidas, também é registrada: “Desde 5 de novembro lutamos para que todos tenhamos a oportunidade de recuperar nossas vidas dignamente” (p. 19). Como sujeitos de direitos, os atingidos só exigem o reconhecimento como

tais.

#12: Por que tombou?

A reportagem “Por que tombou?” está estruturada nos eixos da memória e do empoderamento ao lembrar o acontecimento traumático que expulsou os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo de suas casas, e registrar o tombamento das localidades como uma questão essencial para a preservação das memórias e da conexão destes sujeitos com suas raízes. A produção realiza uma importante e preciosa comparação entre o enredo do filme brasileiro “Narradores de Javé” (2004), de Eliane Caffé, com a realidade dos atingidos pela barragem de Fundão. No filme, os moradores de Javé são comunicados que a localidade pode sumir do mapa com a construção de uma hidrelétrica, que alagará toda a localidade. Os habitantes se organizam para escrever a história de Javé e, assim, demonstrar às autoridades que o local é repleto de boas memórias, tem a sua importância e, por isso, não poderia ser destruído pelas águas. Entretanto, o final do filme não é nada feliz: os moradores são expulsos e Javé é inundada. A reportagem compara o desaparecimento de Javé com a destruição por completo de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, e aponta que a destruição dos modelos de produção energética e do neoextrativismo, mesmo sendo brutais com as comunidades que são expulsas de suas terras, não conseguem destruir as memórias:

Mesmo sendo transferidos para outras localidades, levaram a cidade em suas lembranças: o cheiro da comida nas casas, as brincadeiras das crianças nas ruas, as festas religiosas que aconteciam na igreja e a beleza do velho rio onde todos aprenderam a nadar. Tudo isso foi embora com eles em suas lembranças (A SIRENE, 2016, p. 22).

O elo entre as memórias e a construção identitária dos moradores também é acionado, e o jornal destaca a importância do tombamento das localidades como núcleos históricos de Mariana. O tombamento permite que o que restou das casas e das comunidades sejam preservados, e que os moradores, que construíram a vida naquele chão, possam visitar os locais, frequentar as igrejas, nadar nas cachoeiras, enterrar os entes queridos, se aproximando, pelo menos um pouco, de como utilizavam os espaços no tempo anterior à destruição. O eixo do empoderamento dentro da tétrede do trauma nesta produção está, justamente, na insurgência do tombamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo para a preservação das memórias e identidades das gerações dos moradores.

Soma-se ao empoderamento uma certa ressignificação das ruínas dos locais, no qual a visitação e a organização de festas religiosas, mesmo em meio aos escombros da destruição, é uma forma de não deixarem que o acontecimento traumático caia no esquecimento, além de manterem vivas as conexões com o chão que viviam.

#14: Nossa Senhora Aparecida rogai por nós

A matéria “Nossa Senhora Aparecida rogai por nós” é um registro memorialístico das celebrações religiosas pós-rompimento que aconteceram nas localidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Ponte do Gama. As memórias recentes das festas religiosas que aconteceram durante o ano de 2016, estruturadas no eixo da memória da tétade trágica, demonstram a importância da preservação das tradições para comunidades expulsas de suas terras. Em Bento Rodrigues, a produção pontua que a celebração religiosa se manteve, como todos os anos, mas não em uma igreja que estavam acostumados a frequentar. Os moradores fizeram uma carreta pelas ruas de Mariana, visitaram a gruta de Nossa Senhora Aparecida, localizada na direção de Bento Rodrigues: “Chegando lá, rezamos, cantamos e com lágrimas no rosto tivemos que deixar a imagem da Nossa Senhora” (p. 26).

Em Ponte do Gama, as narrativas do trauma não deixam de abordar o sentimento de incredulidade proporcionado pela dimensão da destruição: “De repente, me pego olhando perdidamente para tudo que vejo ao meu redor. Na minha mente, imagens se revezam entre lembranças de como ficou após a tragédia e imagens de como tudo está atualmente” (p. 26). A celebração de Nossa Senhora Aparecida aconteceu em meio a esse sentimento, com moradores apressados para enfeitar a capela de Ponte do Gama, e fortalecendo uns aos outros com abraços e sorrisos de poder manter manifestações tradicionais, importantes para o fortalecimento da fé e das sociabilidades, mesmo em meio às fragilidades provocadas pelo rompimento: “Sei que, assim como eu, muitos deles têm essa mesma sensação, é como se tivéssemos vencido o medo e encontrado, no poder de Deus, a força para irmos em frente. É só a primeira vitória, muitas outras virão, com fé em Deus e a força da Comunidade” (p. 27).

Sobre a manifestação religiosa em Paracatu de Baixo, o jornal faz um exercício memorialístico acionando o tempo passado, lembrando como eram as celebrações no pré rompimento, e o tempo presente (ou o pós-rompimento). Antes da destruição da lama da Samarco, a comunidade se dividia em grupos e cada um tinha uma função importante para construir a festa

de Nossa Senhora Aparecida. Eram dias e dias reservados para os preparativos da celebração, com novena, busca da bandeira, levantamento do mastro e show. Mas em 12 de outubro de 2016, quase um ano após o rompimento de Fundão, os preparativos foram feitos apenas na casa de uma das moradoras da localidade. Houve confecção de estandarte e almoço, mas ainda muito distante do que estavam acostumados a experienciar em Paracatu de Baixo.

5.2 Ano dois: como esquecer?

Na edição 20, publicada em novembro de 2017, o questionamento “como esquecer?” se torna mais pungente a partir do aniversário de dois anos do rompimento da barragem de Fundão, movida pela não resolução da situação dos atingidos por parte da mineradora Samarco. Neste segundo ano da edição especial, o jornal *A Sirene* adota uma postura denunciativa mais incisiva e, na análise do editorial e das seis matérias em que aparecem as localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, observamos esta mudança: duas produções se encaixam no eixo da memória, outras duas no eixo do empoderamento e três no eixo da denúncia da tétrede trágica. Percebemos, então, um movimento de substituição das narrativas memorialísticas e nostálgicas, fortemente presentes no primeiro ano da *Sirene*, por narrativas do trauma em que a denúncia a respeito da falta de reparação e das violações de direitos humanos, além da reivindicação de resoluções das situações das comunidades atingidas, se tornam mais presentes nas páginas do periódico.

Na edição especial analisada, ao passo em que os atingidos não são reparados e os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo continuam vivendo em modo temporário em Mariana, as narrativas se voltam a denunciar o atraso na entrega dos reassentamentos e à falta de pagamento das indenizações. O jornal se dedicou a produzir matérias específicas sobre a demora na reconstrução dos subdistritos destruídos e o consequente aprofundamento do habitar Mariana em modo temporário – o que impede que as situações de dor, trauma e sofrimento psíquico comecem, pouco a pouco, a serem aliviados. Mesmo que as reportagens de cunho memorialístico estejam presentes (o que já pode ser considerado uma característica editorial do periódico), como um registro de que os campos subjetivos e afetivos são essenciais para a estruturação das identidades dos sujeitos atingidos, os eixos da denúncia e do empoderamento vão se mostrando mais frequentes, tanto como temáticas explícitas das produções, como nas angulações adotadas pelos testemunhos que constroem as matérias.

Nesta edição temos, também, duas produções em que identificamos a manifestação da Tese do Otimismo Trágico. A primeira é a reportagem “Seguindo em frente”, em que os testemunhos de moradores de Bento e Paracatu se mostram otimistas para as perspectivas futuras relacionadas à retomada do trabalho. A produção aborda as possibilidades de viverem, novamente, quando os reassentamentos forem entregues, uma rotina de trabalho voltada para a agricultura, criação de animais, produção de leite, queijos, doces e outros quitutes. A segunda produção é a reportagem “Sem fé o que seria de nós?”, na qual os testemunhos dos moradores abordam a importância da fé e da religiosidade para a construção identitária, relembram as festas religiosas que aconteciam nos distritos, e explicam como, após o rompimento de Fundão, a fé vem se mostrando ainda mais imprescindível para a busca de um novo sentido para suas vidas, servindo de ancoragem para viverem apesar de tudo.

5.2.1 Edição 20, de novembro de 2017

Editorial

O editorial da 20ª edição da Sirene é iniciado apresentando aos leitores a justificativa sobre a escolha da capa. A proposta do corpo editorial foi desenvolver uma capa que representasse a condição dos atingidos à época: dois anos após o rompimento de Fundão, a incerteza pairava no cotidiano dos moradores. As decisões sobre o reassentamento ainda estavam muito iniciais, os moradores de Bento Rodrigues não tinham conhecimento sobre os projetos arquitetônicos das casas que serão construídas no terreno de Lucila, além de atrasos nas indenizações e nos pagamentos dos auxílios mensais. Ainda hoje, cinco anos após o acontecimento, o cenário é bem similar: a entrega do reassentamento foi adiada mais uma vez. Agora, os atingidos não sabem qual será o prazo de entrega de Bento Rodrigues, uma vez que a Fundação Renova parou de apresentar datas de entregas. Há, ainda, muitas disputas judiciais sobre indenizações e muitos moradores de localidades em Minas Gerais e Espírito Santo lutam para terem seus direitos como atingidos reconhecidos para, enfim, começarem a receber auxílio mensal por parte da Samarco.

Sobre a decisão gráfica da capa, o jornal justifica que o desejo era apresentar uma imagem que não fizesse referência a nenhuma localidade atingida em específico, uma vez que as lutas, sofrimentos, traumas e dores são comuns a todos. O intuito também não era focar em um único tema que envolve a luta dos sobreviventes. O destaque não deveria ser o atraso dos assentamentos ou as dificuldades dos processos de indenização mesmo que, para o jornal, seja urgente denunciar

tais abusos e desrespeitos. O corpo editorial acabou esbarrando, portanto, nos movimentos de denúncia e esperança, motores dos dias dos sobreviventes ao acontecimento traumático. Para alguns atingidos, a escolha deveria ser uma capa na cor preta, simbolizando o luto das comunidades. Para outros, o momento pedia otimismo e esperança, sentimentos em alusão não ao movimento de “tapar o sol com a peneira”, mas de ter a esperança como combustível na renovação das forças para continuar lutando por direitos. Por isso, o jornal chegou à decisão de publicar a 20ª edição “sem capa, sem manchete, sem cor. Sobre esse branco-amarelado do papel-jornal, há de vir um futuro sobre o qual pouco sabemos, apesar de tanto desejá-lo” (p. 3), encaixando o editorial nos eixos de denúncia e empoderamento da tétrade trágica.

Imagem 6 – Capa da edição 20, de novembro de 2017, do jornal *A Sirene*



Fonte: Jornal *A Sirene*

O editorial cita os sentimentos de otimismo e esperança por duas vezes. Para a logoterapia, terapia desenvolvida pelo neuro psiquiatra austríaco Viktor Frankl, e voltada para a recuperação do sentido da vida pelos pacientes, o otimismo e a esperança são sentimentos fundamentais para a tarefa de reconstituição do sentido da existência. Para Frankl, o otimismo em sobreviventes de eventos traumáticos, como no caso do *Shoah*, é um otimismo trágico uma vez que as bases do

sentimento e das motivações para o prosseguimento da vida estão fundadas em trauma e sofrimento. Entretanto, o otimismo trágico é uma forma dos sobreviventes de eventos catastróficos, como no caso dos atingidos, desenvolverem uma espécie de otimismo tendo em vista o potencial humano. Este potencial sempre permite, de alguma forma, transformar o sofrimento em uma espécie de conquista e realização. No caso dos atingidos, podemos compreender a transformação do sofrimento em sentimento de mobilização e força para lutar pelos direitos ao reassentamento e indenizações. Além disso, o potencial humano também está na eliminação da culpa de ser um sobrevivente de determinado evento traumático, e na construção de uma transitoriedade da vida como um incentivo para realizar ações responsáveis (FRANKL, 1977). Assim, para o editorial da 20ª edição da *Sirene*, o otimismo é um sentimento importante para empoderamento e renovação das energias para que os moradores continuem mobilizados lutando por direitos, participando das incontáveis assembleias e reuniões com representantes da Samarco, além de sentimento essencial para a estruturação de uma perspectiva de futuro.

O editorial da 20ª edição também realiza algumas denúncias, como já adiantado no início desta seção, o que também o encaixa no eixo da denúncia da téttrade trágica: “Dois anos de reuniões, audiências, de atrasos em projetos de vida. Dois anos de comprometimento da nossa saúde física e mental. Sem reassentamento e sem indenizações, dois anos de injustiças e de sucessivas violações de direitos” (p.3). A denúncia nos apresenta também a realidade de provisoriedade em que estas comunidades são forçadas a viver há cinco anos. O atraso na entrega das casas que serão construídas em um novo terreno impõe aos atingidos a vivência de uma temporalidade presente firmada no modo provisório, sempre na espera de quando poderão deixar as casas alugadas em Mariana e, aos poucos, retomar o ritmo de vida que experienciavam em Bento Rodrigues e em Paracatu de Baixo. O modo temporário de vivenciar o tempo presente também impõe uma quebra das sociabilidades que os atingidos estavam acostumados a vivenciar nas localidades atingidas: “Dois anos e os momentos deslizes do passado parecem que vão ficando mais longe. E vão mesmo. Amigos e parentes vão se afastando devido a outros compromissos, uns se adaptando à vida provisória melhor que outros. Cada um lidando com seu sofrimento a seu modo” (A SIRENE, 2017, p. 3). Notamos, então, o acionamento da importância da construção de laços, do cotidiano de sociabilidades, da tecitura de afetos com vizinhos e parentes, profundamente atravessados com a chegada da lama.

#1: Minha vida lá

A reportagem se baseia em registros memoriais de atingidas e atingidos sobre o tempo vivido nas localidades impactadas. Os testemunhos são apresentados com forte carga nostálgica o que nos aproxima, de certa forma, das vivências de um tempo passado em Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu de Baixo. Os relatos também indicam que os atingidos se ancoram em uma construção de sentido no tempo presente baseado em memórias do cotidiano das localidades em que viviam. Entendida no eixo da memória, a matéria é construída a partir de seis testemunhos de moradoras e moradores de diferentes distritos no qual, cada um a seu modo, destaca o que mais sentem falta quando os olhos e o coração se voltam para o tempo do “minha vida lá”.

O primeiro testemunho é de Maria das Graças Quintão, moradora de Bento Rodrigues. O principal tema rememorado pela moradora é a sociabilidade vivenciada no subdistrito. Com isso, as saudades dos espaços coletivos e da convivência com os moradores de Bento são acionadas: “Dá uma saudade da minha praça, era tão limpinha. (...) Todo mundo conhecia todo mundo. A gente podia dormir com a janela aberta e todo mundo morava perto. Eu via todo mundo, todo dia” (p. 4). Maria das Graças destaca que as reuniões dos moradores aconteciam na praça principal de Bento Rodrigues, além das festas religiosas e outros momentos de sociabilidades. Manoel Muniz também é morador de Bento Rodrigues e, a partir de seu testemunho, compreendemos as relações identitárias dos moradores com o subdistrito. Manoel conta que as ruas de Bento passaram a ter nome em 1982, ano em que a energia elétrica chegou à localidade. As ruas foram nomeadas de acordo com os nomes de parentes dos próprios moradores: “A Rua Raimundo Ruiz, onde morava, foi uma homenagem ao meu avô. Quando a luz chegou, acharam justo dar o nome dele, pois ele era um contador de histórias” (p. 3).

Maria das Graças Lima Bento, moradora de Gesteira apresenta um testemunho sobre os afetos que, agora, pareciam existir apenas no distrito em que morou por toda a vida. Os espaços de convivência dos moradores, a rotina tranquila, o passar dos dias no ritmo da vida no interior, são algumas das memórias ressaltadas pela moradora. O testemunho é um relato sobre memória, identidade e afetos costurados em Gesteira: “Toda vida morei em Gesteira. Sei bem como era tudo, caminhava pra lá todos os dias. Nossa igreja, a escola dos nossos filhos e netos, o salão comunitário. Me lembro dos dias de festa, trabalhávamos todos juntos para organizar as coisas” (p. 4). Silvana Aparecida, também moradora de Gesteira, complementa os testemunhos de Maria

das Graças ao apresentar um relato baseado em uma ancoragem identitária. O modo de vida de Gesteira estruturou vidas e sonhos: “Lá foi onde construí meus sonhos, minha família. Tínhamos tudo por perto: amigos, família, igreja, enfim, nosso meio social” (p. 4). A magnitude da destruição é citada por ambas moradoras, que ressaltam a demora na entrega do reassentamento e o desrespeito por parte da mineradora Samarco. No testemunho de Silva da Silva o otimismo é citado como sentimento propulsor das lutas dos atingidos e, também, como base para estruturação da vida cotidiana. Entretanto, apesar de acreditarem de que um dia irão para as suas casas, o testemunho é bem realista:

Não perdemos a esperança, mas sei que Gesteira, como era antes, não vamos ter de volta. Quero que eles reconheçam que acabaram com o nosso convívio social e que, até agora, nada foi feito por nós. Cada um quer ter seu lar para reconstruir os sonhos e ter tudo o que a gente viveu de volta (A SIRENE, 2017, p. 5)

Sérvulo Silva é morador de Paracatu de Baixo e em seu testemunho para a reportagem ressalta aspectos da memória coletiva e construção identitárias vivenciadas no distrito. O cotidiano da localidade, muito em contato com os cuidados com a terra, plantações e animais, é apresentado em contraposição ao dia a dias vivenciados pelos atingidos desde o rompimento. Morando em casas alugadas na cidade de Mariana, há um abismo entre o presente construído desde o rompimento e o passar dos dias que os atingidos estavam acostumados a experienciar: “Em Paracatu, as pessoas trabalhavam mais pro mato afora, catando lenha e fazendo carvão, na roça dos outros, roçando pasto, fazendo cerca. Lá era assim, se você tinha um terreno grande, eu plantava meiado com você, depois, a gente colhia e repartia” (p. 5). A nomeação das ruas no distrito de Paracatu de Baixo se assemelha ao que aconteceu em Bento Rodrigues quando Manoel Muniz explica que a rua em que vive leva o nome de seu avô, um famoso contador de histórias da localidade. Em Paracatu, Sérvulo nos explica: “A rua não tinha nome, aí colocamos São Caetano porque meu pai se chamava Caetano e todo mundo gostava dele” (p. 5). O testemunho indica as afetividades que ditavam não apenas as relações entre vizinhos e familiares mas até a infraestrutura do local.

#2: Reassentamento? Até hoje nada

Na reportagem “Reassentamento? Até hoje nada!”, o jornal traz o testemunho dos moradores Marial Geral da Silva, de Paracatu de Baixo; Antônio Dalua, de Bento Rodrigues; e Júlio César da Silva, de Gesteira Velha, para denunciar os atrasos nos processos de reassentamento das localidades completamente destruídas pela lama da Samarco. Publicada em novembro de 2017, a matéria registra, à época, os atrasos dos processos de construção das comunidades destruídas: “até o momento, a insuficiência do trabalho da Fundação Renova/Samarco – que não conseguiu comprar todos os terrenos, registrar as terras e ter os licenciamentos necessários para a construção das novas comunidades – cria um cenário angustiante para os atingidos” (p. 6).

Os testemunhos dos moradores encaixam a produção no eixo da denúncia ao expressarem os sentimentos de frustração e indignação vivenciados por cada um, independente da localidade em que são moradores. Maria Geralda da Silva, de Paracatu de Baixo, explica a complicada relação com a Fundação Renova que, à época, não davam retorno sobre o processo de reassentamento: “Eles não mostraram nenhum papel garantindo que está tudo certo em relação às nossas terras. Nas reuniões junto com a Comissão, eu sempre questiono esses papéis, mas, até hoje, nada” (p. 7). Ao mesmo tempo, denunciam as diferenças entre as localidades em que viviam e os novos terrenos em que as comunidades serão reconstruídas: “Conheço bem o terreno de Lucila e tenho medo dele não ter água para atender uma comunidade. Nosso Paracatu de Baixo tinha muita água para trabalhar, pescar e cuidar das criações. O mesmo não acontece em Lucila” (p. 7).

Além de contemplar as mesmas denúncias de Maria Geralda, o testemunho de Antônio Dalua abarca os distanciamentos entre amigos, parentes e vizinhos impostos pelas mudanças forçadas para a cidade de Mariana, além de uma quebra identitária, também forçada, expressa pelos projetos arquitetônicos desenvolvidos pela Fundação Renova: “O primeiro projeto de urbanização que a empresa fez era muito bonito, mas não tinha nada a ver com a gente. É muito importante que a construção se pareça com o Bento antigo, que a vizinhança seja a mesma, com terra boa pra plantar tudo” (p. 7).

#3: Seguindo em frente

A matéria “Seguindo em frente” expressa a importância do empoderamento das comunidades atingidas por meio do trabalho e geração de renda, instrumentos importantes para que estes sujeitos comecem a sentir, novamente, que os rumos de suas vidas estão em suas mãos: “Acreditamos que a força do trabalho nos permitirá enfrentar esses dias de incertezas. Muitos continuam na lida do dia a dia, nas mais variadas atividades profissionais (...) A ação nos possibilita seguir em frente. Nossos esforços nos permitem sonhar” (p. 8). Ao resgatar as atividades profissionais que eram realizadas pelas fontes da reportagem, a produção demonstra como é essencial que os atingidos retomem a rotina de trabalho para que reaproximação com suas identidades e reestruturação de dignidades: “O que a gente mais quer é voltar a trabalhar do jeito que era lá, desde a plantação até o produto final” (p. 8).

A reportagem afirma que as fontes Keila dos Santos, Paula Geralda e Joelma de Souza, moradoras de Bento Rodrigues, utilizam o trabalho não somente como ferramenta de fonte de renda mas, principalmente, como instrumento de luta e resistência, que permite que as entrevistadas não desistam das dificuldades que aparecem pós-rompimento de Fundão. Está, portanto, no eixo da denúncia, ao registrar as consequências da perda da fonte de renda para os moradores e, também, do empoderamento, ao pontuar que a volta à rotina de trabalho é essencial para conexão dos moradores com suas identidades e autonomia. Muitos moradores passaram por dificuldades financeiras ao se mudarem para Mariana e terem como apoio financeiro somente o auxílio entregue pela Samarco. Para complementar a renda, as entrevistadas começaram a fazer pequenos “bicos” como faxineira, cozinheira e cabeleireira. E mesmo com os horários intensos de trabalho, não deixam de participar dos compromissos relacionados à luta dos atingidos, sabendo da importância da mobilização e do empoderamento das comunidades: “Profissionais dedicadas, as três mulheres ainda não esquecem de seus papéis como atingidas. Por não terem horários fixos, conseguem adaptar a jornada de trabalho para participarem de reuniões e opinarem em momentos de decisão” (p. 8). Para o jornal, esses movimentos de fortalecimento das comunidades e entendimento de suas condições como atingidos, bem como da luta dos moradores, é essencial para reconstrução de vidas, independente das insuficientes ações de reparação causadas pela Samarco, o que destaca o esforço empregados pelos moradores para terem seus direitos garantidos.

#4: “Sem a fé, o que seria de nós?”

Em “Sem a fé, o que seria de nós?” os testemunhos dos atingidos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Ponte do Gama apontam a importância da fé e da religiosidade para continuarem vivendo mesmo em meio a tantos sofrimentos e renovar as esperanças de que os reassentamentos serão entregues e as indenizações pagas. As narrativas testemunhais, em primeira pessoa, permitem que a produção seja classificada no eixo do empoderamento, uma vez que são acionadas a importância de se manter firme, independente de sua fé, para seguir na luta por justiça: “Tenho certeza de quem sem ela não seríamos nada, quem sabe apenas marionetes aos comandos da empresa. mas, como temos a fé, sabemos que somente ela tem o poder de nos guiar, mais ninguém” (p. 10). Além das expressões de fé e religiosidade, a produção reforça a urgência dos atingidos manterem viva as sociabilidades e as festas religiosas, momentos em que é possível reconexão com memórias e identidades, faculdades importantes para o fortalecimento de quem são: “Diante de tudo o que estamos passando, pude perceber que nenhum morador deixou sua fé abalar e que, a cada dia, todos se agarram na padroeira para poder vencer os desafios, não é fácil ver nossas comunidades sem vida” (p. 10). Entretanto, os testemunhos nos informam que mesmo os moradores mantendo as tradições religiosas, os sentimentos que ditam a tônica das reuniões são a tristeza e a revolta: “As festas a gente faz com tristeza e com um misto de alegria, o que nada tem a ver com os rituais antigos. A tristeza maior é quando fazemos a preparação e não podemos seguir os mesmos moldes de antes (...). Hoje, a gente tem que programar, pedir licença, só falta pedir ofício para Deus, mas a gente vai tentando resgatar.” (p. 10). Talvez, a tristeza, revolta e incredulidade sejam os combustíveis mais presentes nos pedidos para a padroeira, santos e Deus.

#5: “Ser atingido”

A produção em questão é uma matéria especial sobre as perspectivas de moradores das localidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Barra Longa e Pedras sobre o que é estar na condição de pessoa atingida pelo rompimento da barragem de Fundão. Desde novembro de 2015, este termo virou um conceito identitário, que vem sendo construído ao longo dos anos. Os testemunhos se referem à quebra identitária ocorrida com as bruscas mudanças no cotidiano, a

paralisação das atividades trabalhistas, a falta de contato com a terra e a criação dos animais, o que encaixa a produção nos eixos da memória e da denúncia: “Sinto minha alma fragmentada porque eu tinha uma vida ativa. Tinha a minha horta, tinha o meu serviço, minha convivência com os vizinhos. É muito difícil olhar para trás e ver que você perdeu tudo” (p. 16). A vida em comunidade e a preciosidade das sociabilidades é recorrente em vários testemunhos. O contato frequente com vizinhos, amigos e parentes, e o contato com pessoas em que se está acostumado a conviver durante toda a sua vida, são afetividades essenciais para a manter viva os afetos, fortalecer a saúde, principalmente mental, e se sentir pertencente a um local, a uma gente: “Ser atingido é quando você vivia em uma comunidade, mas vê ela hoje toda destruída, como se fosse um entulho. Não vivemos mais em comunidade porque foi tudo destruído pela Samarco” (p. 10).

As violações de direitos, as humilhações e as frustrações também são acionadas pelos testemunhos. É impossível falar sobre a condição de ser atingido sem tocar em pontos que se relacionam com a magnitude da destruição e com a falta de ações reparatórias por parte da empresa responsável pelo acontecimento catastrófico: “Ser atingido é você perder tudo. É você ser julgado e não ter os direitos reconhecidos. A cada audiência, você se humilhar para ter seus direitos reconhecidos. É a pior coisa que pode acontecer com um ser humano” (p. 10).

#6: Solo perdido

Em “Solo perdido”, o periódico retoma, mais uma vez, a dimensão da destruição ocasionada pelo rompimento da barragem da Samarco, em um movimento incansável de registro da gravidade e das consequências do acontecimento traumático para as comunidades atingidas. Nesta matéria, entendida como pertencente ao eixo da denúncia, a atenção se volta aos impactos nos solos das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, que tiveram suas plantações arrasadas pela brutalidade da lama, o que devastou, também, uma das principais formas de subsistência dos moradores das localidades, já que muitos dependiam da agricultura para sobreviver, além de ser uma atividade que os conecta com suas identidades e ancestralidade: “Muitos eram os usos que a população fazia daqueles solos. Acostumados ao cultivo nos quintais e à criação de animais, os atingidos sentem a perda desse espaço e se preocupam com a preservação das espécies que mantinham em suas residências” (p. 22). Alcançando mão de três testemunhos em primeira pessoa, a produção se encaixa no eixo da nostalgia, uma vez que os testemunhos dos

moradores se relacionam com a prática do cultivo vivenciada nas localidades destruídas, nos transportando para a temporalidade do tempo passado. Ao mesmo tempo, os testemunhos funcionam como um registro de que, mesmo quando os reassentamentos forem entregues, o contato com o chão em que estavam acostumados a plantar e criar os animais, não mais será o mesmo: “Lá em Paracatu, a terra era boa demais (...) Além dos feijões e do pé de milho, na roça, tinha cana, batata-doce, abóbora, banana e melancia. Não era somente eu, quase todo mundo lá plantava de tudo. Conheço gente que comprava só o sal” (p. 22).

A relação com as identidades, ancestralidade e a importância da agricultura para geração de renda e possibilidades de trabalho também estão presentes no testemunho de Marcos Manoel, morador de Bento Rodrigues: “Nas terras que meu pai deixou, além do pomar e das criações, eu cuidava da horta, de onde saíam verduras que, junto com as frutas e os ovos, enchiam meu carro para atender os pedidos que chegavam dos fregueses” (p. 23). As perdas identitárias e a nostalgia da realidade experienciada em Paracatu de Baixo estão no testemunho de Maria da Conceição Martins: “Tinha minha casa, minhas plantações e cuidava das minhas criações. Tinha muitas galinhas, eram mais de 100 (...) Hoje, vivo aqui na cidade e a única galinha que tenho foi minha filha que me deu. Cuido dela, mas não é a mesma coisa, não é do mesmo jeito” (p. 23).

5.3 Ano três: sem casas, sem direitos

A postura denunciativa e mais fortemente política, estruturada a partir da criação do Conselho Editorial, na edição 6, estruturou uma dinâmica narrativa ao longo das edições do periódico, que se mostra presente, principalmente, nas edições especiais, como a 32, de novembro de 2018. Nesta publicação, além da análise do editorial com base na Análise Temática, encontramos apenas uma reportagem em que as localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo aparecem como ponto central da produção. Neste caso, os subdistritos surgem na figura dos moradores das localidades que testemunham para a construção da reportagem. Seus depoimentos remontam lembranças e saudades das localidades. Além disso, o eixo da denúncia está presente na condução da matéria analisada “Entre o cansaço e a esperança”, no qual os moradores fazem o exercício de escreverem cartas para as suas versões do passado, versões de logo quando a barragem de Fundão se rompeu. Nesta comunicação entre o presente (as versões à época da matéria) e o passado, notamos que os testemunhos são como recados a respeito do descaso e desrespeito da

Samarco, sobre a brutalidade do que haviam sobrevivido, os sofrimentos e traumas que ainda teriam que lidar.

5.3.1 Edição 32, de novembro de 2018

#1 “Entre o cansaço e a esperança”

A produção “Entre o cansaço e a esperança” é integralmente construída com testemunhos em primeira pessoa que se referem ao passado de cada um dos atingidos autores da matéria: Expedito da Silva, Marcos Muniz e Maria Geralda da Silva. Com esta matéria, o jornal propôs aos três atingidos que escrevessem recados para suas versões de novembro de 2015, logo quando a barragem havia rompido. É possível perceber que a produção se encaixa no eixo da denúncia, uma vez que os testemunhos abarcam a dimensão do rompimento e denunciam o descaso da mineradora Samarco e as constantes violações de direitos humanos, as dificuldades e sofrimentos enfrentados, a saudade de um tempo em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, localidades que os autores moravam:

Preferem gastar quantias volumosas com o jurídico, nos humilhando nas audiências, buscando esconder atrás das leis o crime que cometeram, transformando o atingido em réu. Por quanto tempo mais nós vamos ter que continuar 'mendigando' nossos direitos, sendo humilhados e constrangidos diante das empresas e da justiça? (A SIRENE, 2018, p. 6).

Ao mesmo tempo, se encaixa no eixo do empoderamento, ao demonstrarem que é importante se manterem mobilizados e lutando para que os reassentamentos sejam entregues e as indenizações pagas. Há, por isso, constante acionamento de temporalidades: o passado em contraponto com o que estava sendo vivenciado, à época, no tempo presente. Há, portanto, um tensionamento de temporalidades, no qual os tempos em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo eram vivenciados de acordo com as identidades e o estilo de vida que os moradores sempre foram acostumados a experienciar: “Até o dia 5 de novembro de 2015, levávamos uma vida tranquila em Bento Rodrigues de acordo com os meus projetos de vida e da minha família. Hoje, passamos parte do tempo tentando resolver situações causadas pelo rompimento(...)” (p. 6). À época da produção da matéria, e ainda hoje, os atingidos são forçados a viver um tempo presente em que precisam lutar pelos direitos de receber indenizações, auxílio mensal, casas e comunidades reconstruídas,

além de serem forçados a participar de compromissos que não estavam acostumados, como as comissões, reuniões e audiências: “Estamos sempre na busca de direitos, para que a Renova/Samarco reconstrua Bento Rodrigues e nos faça uma reparação justa, para termos de volta uma vida digna, próxima a que tínhamos lá, da melhor maneira possível. Não vai ser igual, é lógico, mas, pelo menos, vamos poder tocar a vida para frente” (p. 6).

Os testemunhos também se aproximam da Tese do Otimismo Trágico, de Frankl, ao afirmarem, mesmo diante das lutas constantes e das inúmeras violações de direitos, ser essencial se manter otimista e esperançoso de que as casas e comunidades serão reconstruídas para que, enfim, os atingidos possam retomar a vida e vivenciar uma realidade minimamente próxima ao que estavam acostumados em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Além da esperança ser um combustível, hora potente, hora um pouco fraco (fluindo de acordo com os momentos de vida e as lutas que são necessárias enfrentar), a Tese do Otimismo Trágico também se mostra presente ao ressaltar a importância do apoio das assessorias técnicas independentes para a manutenção da saúde mental e fortalecimento da luta em coletividade, ao empoderar e ancorar os atingidos nos compromissos burocráticos, como as reuniões e audiências que são orientados a participar: “Mas, com a ajuda do Ministério Público, da Assessoria Técnica e de outras pessoas/órgãos que nos auxiliam a entender o processo, tivemos algumas vitórias ao longo desse tempo. Por isso, hoje, eu consigo trabalhar, minha memória tem voltado. A saúde da gente ainda não está boa, mas, agora que começou o reassentamento, tenho um pouco de esperança” (p. 7)

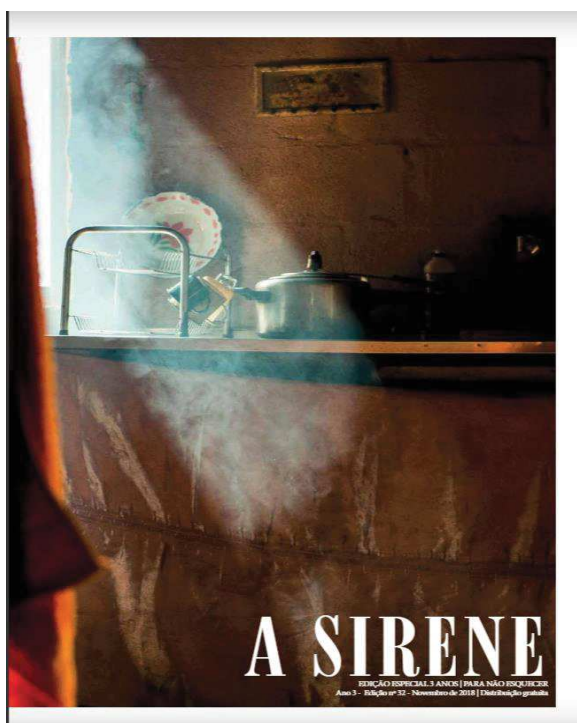
Editorial

O editorial da edição 32 inicia com um resgate dos novembros pós-rompimento da barragem de Fundão (novembro de 2016 e novembro de 2017), ocasiões em que *A Sirene* publicou duas capas temáticas: a primeira, de 2016, foi lançada na cor preta para simbolizar o luto, a perda e os danos. A cor também faz referência aos sofrimentos latentes e às urgências de denunciá-los – o luto não está, apenas, localizado no lamento da perda de pessoas. Está na perda dos animais, plantações, comunidades e sociabilidades, além das constantes violações de direitos por parte da Samarco. No ano seguinte, em novembro de 2017, o jornal optou por uma capa na cor branca representando as condições de atingidos de Mariana e Barra Longa diante dos atrasos nas reparações das consequências do crime por parte da Samarco e Fundação Renova. Além de luta e indignação, a cor branca também representa o sentimento de esperança, necessário e urgente de

ser alimento entre os atingidos, de que casas, quintais e comunidades serão reconstruídos – recuperando, assim, histórias, memórias e identidades.

O resgate dos novembros passados também funciona como uma ferramenta contra o esquecimento da catástrofe, suas dores, lutas e consequências, reafirmada pela escolha editorial da capa da edição de novembro de 2018, explicitada no editorial. À época da publicação, se completava o terceiro ano do rompimento de Fundão e, para registro, o corpo editorial selecionou histórias e memórias de atingidos que, em meio a constante luta e sofrimento, ainda resistem. Essa ambiguidade de sofrimento e resistência está expressa na capa, composta por um jogo de luz e sombra: há a imagem de uma cozinha com entrada lateral da luz do sol. A luz se posiciona, então, como sentimentos de resistência, luta e esperança. A sombra, em lado oposto, se refere ao sofrimento e trauma constantemente vivenciados pelos atingidos:

Imagem 7 – Capa da edição 32, de novembro de 2018, do jornal *A Sirene*



Fonte: Jornal *A Sirene*

O editorial explica as escolhas dos recursos de luminosidade, sombra, tonalidades e texturas: “A imagem mescla a ideia das duas edições anteriores: enquanto a escuridão denuncia

que ainda estamos de luto pelas perdas que sofremos diariamente desde o rompimento, a claridade simboliza a fé de que algum dia poderemos retomar nossas vidas, em nossas casas” (p. 32). A escolha da fotografia de uma cozinha não é por acaso. Este ambiente da casa é onde, geralmente, temos conversas acolhedoras e próximas, junto à comida que está sendo preparada, o café sendo feito, ou o bolo sendo assado. E tais sentimentos são, também, vivenciados por atingidos de Minas Gerais e Espírito Santo, fortalecidos a partir das sociabilidades: “Se antes éramos interligados por uma história de dor, hoje nos unimos também pela luta. E, temos certeza, ela é longa e não termina aqui” (p. 32). O compartilhamento de sofrimentos, dores e lutas também está presente na abordagem e visibilidade dada pelo Jornal aos atingidos do Espírito Santo, e o registro daquelas vivências funciona como uma ferramenta de solidariedade a quem, em outro estado do país, também luta por reparação justa e integral. O editorial, assim, se posiciona nos eixos da denúncia, ao abordar, mais uma vez, a dimensão da destruição e suas indissociáveis consequências e, ao mesmo tempo, no eixo do empoderamento, ao trazer a importância da luta e da mobilização das comunidades no enfrentamento às violações de direitos.

5.4 Ano quatro: questão de justiça

No quarto ano de atuação do periódico, é notável, cada vez mais, a adoção de uma postura política e denunciativa, ao passo que os anos avançam e as indenizações e reparações se arrastam sem resolução. Dentro do corpus de análise desta pesquisa, identificamos na edição especial, número 43, de novembro de 2019, duas matérias em que há a participação de moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo a partir do registro de seus testemunhos: “É questão de justiça, sim” e “Água: essencial para manutenção da vida”, além do editorial, também analisado. Ambas as produções puderam ser classificadas como pertencentes ao eixo da denúncia. A primeira explicita a obviedade das lutas das comunidades atingidas estarem apoiadas em uma questão de justiça. O óbvio precisou ser explicado pelo Jornal depois que, em uma das audiências entre Samarco e representantes dos atingidos, um membro do poder judiciário afirmou que a compensação buscada pelos moradores não era questão de justiça. A produção, portanto, além de denunciar o constante desrespeito da Samarco e da Fundação Renova nos atrasos das medidas de compensação e nas entregas dos reassentamentos, também denuncia que o desrespeito parte do poder que deveria atuar em prol de reparações justas.

A segunda produção analisada também se enquadra no eixo da denúncia ao abordar as diferenças entre as características geográficas de Bento e Paracatu de Baixo, e as localidades em que as comunidades serão reconstruídas, principalmente no que tange o acesso à água. Em Bento e Paracatu, os moradores tinham pleno acesso à água: as localidades contavam com riachos próximos, além de não precisarem pagar tais tributos, o que facilitava o dia a dia no cuidado com as plantações, criações de animais e uso doméstico. Entretanto, a Fundação Renova elaborou um plano de distribuição de água para os reassentamentos, junto com a Prefeitura de Mariana e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mariana (SAAE). Com o plano, a água será captada, tratada, armazenada em caixa d'água e distribuída, com captação dimensionada para consumo apenas doméstico – e transformando em restrito a relação das comunidades com a água, plantações e criações de animais.

5.4.1 Edição 43, de novembro de 2019

#1: É questão de justiça, sim

A linha fina da reportagem “É questão de justiça, sim” apresenta uma denúncia principal em que a produção estará centrada e o que irá sustentá-la como pertencente ao eixo da denúncia da tétrede trágica: o desrespeito, descaso e as constantes violações dos direitos dos atingidos por parte da mineradora Samarco e, inclusive, por parte do poder público. Na denúncia abordada pela produção, a reportagem apresenta uma série de argumentos, pautados nos três anos (à época da produção) de convivência com as incontáveis consequências do rompimento da barragem de Fundão para contrapor a fala de um representante do poder público: “Em uma das audiências, os(as) atingidos(as) foram pegos de surpresa com uma representante do poder judiciário que dizia que a compensação não é questão de justiça” (p. 12). Para reiterar que a luta dos atingidos é uma questão de justiça (além de uma obviedade), a matéria realiza um resgate da destruição acontecida em novembro de 2015. São utilizados testemunhos em primeira pessoa de quem mais sofre com o acontecimento e mais tem direito de requerer justiça: os próprios atingidos: “(...) Há 11 dias de completar quatro anos do rompimento, a dor que sentia era como se a barragem tivesse rompido novamente. Não temos nossas casas, direitos são negados a todo instante pelas empresas e, pior, pela justiça, que deveria fazer cumprir a lei” (p. 12). A denúncia dos atingidos, além de estar ancorada no desrespeito por parte da mineradora e do poder público, também se refere às abruptas

mudanças no cotidiano que os atingidos são forçados a vivenciar. São alterações no dia a dia que as comunidades atingidas não desejaram enfrentar e, a contragosto, precisam vivenciar porque, do contrário, não ficam a par de seus direitos e do que precisa ser enfrentado pelas comunidades na luta por reconhecimento e reparação: “Ele agora [o tempo], é tomado por reuniões e reuniões, infinitamente. Semana sim, semana não, eu tenho reunião de comissão para acompanhar, e toda semana, tenho reunião com a Assessoria e o MAB para preparar a reunião com a Renova” (p. 13). A participação acontece, inclusive, por atingidos mais jovens que compreenderam que, infelizmente, se não participassem das discussões a respeito das reparações, seriam, mais uma vez, prejudicados pelas decisões da mineradora, como explica Mirella Lino, de 19 anos:

Eu comecei a perceber o que as pessoas ao meu redor estavam fazendo. Eu participava de um grupo, mas eu era uma espectadora, digamos assim, ainda não tinha uma voz ativa. Depois que eu percebi que não teria muito jeito mesmo, que eu e minha mãe teríamos que fazer alguma coisa pela nossa família, porque, não fosse isso, ninguém faria, é que eu comecei a participar das reuniões, que eu comecei a ter um espaço de fala também. Hoje, eu tô muito cansada. Quando eu ainda não aparecia, que eu era só uma espectadora, alguém que ia para as reuniões mas ficava assistindo, era de um jeito. Eu sofria, mas sofria de um jeito. Agora é diferente (A SIRENE, 2019, p. 13)

A produção também realiza uma importante diferenciação entre reparação e compensação ao exemplificar o que está sendo feito, por parte da Samarco, nas comunidades atingidas e denunciar o que, de fato, deveria ser desenvolvido pela responsável pelo rompimento. Reparação e compensação são duas instâncias que se complementam. O Jornal explica que quando não é possível reparar tudo o que foi perdido, deve existir uma compensação justa para aquela perda. Entretanto, com a Fundação Renova a realidade é bem diferente. Por parte da Instituição, criada para reparar as perdas das comunidades, há uma tentativa de inserir no que deve ser indenizado o que, na verdade, deve ser compensado: por exemplo, perdas de área de terreno e declividade. Ao mesmo tempo, a Fundação entende que, com dinheiro, tudo é possível reparar. Entretanto, para os atingidos, “o dinheiro não cobre as perdas que estão, na maioria dos casos, ligadas diretamente aos modos de viver e de sobreviver das comunidades” (p. 14). Os tipos de perdas são diferentes de acordo com as comunidades e, portanto, as queixas devem ser ouvidas genuinamente. Além disso, a produção denuncia a tentativa da mineradora de estabelecer um valor máximo para compensar os moradores sendo, que, quando pensamos no campo subjetivo, das memórias, afetos, identidades

construídas nos terrenos, sabemos que dinheiro nenhum paga o que de mais valioso foi levado pela lama, como explica Rennê Tavares, assessor técnico da Cáritas:

As empresas estão com o argumento, agora, de que os valores das compensações não podem ultrapassar uma determinada faixa da indenização dos atingidos. Eles ficam vinculando a compensação à indenização para poder restringir o direito do atingido de ser compensado pelos desequilíbrios do processo de restituição. A indenização é um processo individual e localizado, ou seja, ela vai acontecer uma vez. A restituição já é um processo muito maior, muito mais amplo, e a compensação está dentro desse processo mais amplo (A SIRENE, 2019, p. 15).

A explicação do assessor técnico demonstra que constantemente a Samarco e a Fundação Renova violentam de diferentes formas os atingidos. O rompimento da barragem de Fundão, seus traumas, dores e sofrimentos são, também, continuamente renovados por acontecimentos deste tipo, que partem da responsável pelo crime e da empresa criada com a justificativa de indenizar e reparar as comunidades atingidas.

#2 Água: essencial para a manutenção da cultura rural

A produção também se posiciona na edição 43 do jornal *A Sirene* com a proposta de construir denúncias que envolvem a situação em que os atingidos se encontram desde o rompimento de Fundão. Encaixando-se no eixo da denúncia, a reportagem aborda o fornecimento de água em Bento Rodrigues, essencial para atividades básicas do dia a dia, como hidratar-se, cozinhar e tomar banho; e, também, para manutenção do cotidiano rural: plantar, colher, cuidar de lavouras e jardins, e tratar dos animais. Entretanto, de acordo com a reportagem, muitos dos terrenos em Bento Rodrigues fazem divisa com nascentes próximas, o que estabelecia uma relação intrínseca entre moradores e a utilização deste recurso. Após o rompimento de Fundão, o fornecimento de água em Bento Rodrigues foi elaborado pela Fundação Renova, em conjunto com a Prefeitura de Mariana e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mariana (SAAE). Com o plano, a água será captada, tratada, armazenada em caixa d'água e distribuída, com captação dimensionada para consumo apenas doméstico: “Os costumes da maioria das famílias permanecerão afetados, na medida em que essa água, fornecida por empresa pública, além de limitada, será cobrada, em um custo imensamente mais elevado daquele que sempre tiveram, o

que seria empecilho para uma produção rural” (p. 17). O que percebemos, com essa decisão tomada por Renova, Prefeitura de Mariana e Saae, é uma divergência entre o entendimento das práticas cotidianas, culturais e identitárias das comunidades atingidas, neste caso, Bento Rodrigues, por parte da mineradora e do público, que se distancia da realidade ideal dos moradores. A reparação não está depositada, apenas, no reassentamento e nas indenizações. A ação está, também, localizada no entendimento das práticas e do cotidiano das comunidades atingidas, em sua maioria rurais e/ou ribeirinhas, para, então, compreender as reais necessidades dos moradores e traçar um planejamento reparatório mais humano, completo e eficiente: “Em Bento Rodrigues, antes do rompimento, já havia negociação com a prefeitura para uma nova captação de água em um terreno da Vale. Ainda hoje, a caixa para captação está em Bento e algumas tubulações ficaram espalhadas após o rompimento” (p. 17).

Em Paracatu, por outro lado, a proposta da Fundação Renova previa um sistema de barramentos que bombearia a água para os terrenos, sendo que o custeio dos gastos de uma realidade que não existia antes do rompimento, além da manutenção, seria por conta dos atingidos, com um orçamento estimado de mais de R\$ 70 mil anuais. Diante da situação, os atingidos de Paracatu estruturaram um grupo de fiscalização do reassentamento com a proposta de acompanhar de perto a questão da água, além de outras medidas que precisam ser tomadas. Após uma série de tentativas do grupo em visitar uma das nascentes, os moradores conseguiram visitar as nascentes do reassentamento, mas foram recebidos por uma equipe da Fundação Renova que não tinha relação com a discussão da água, o que dificultou, mais uma vez, a resolução de um dos direitos básicos das comunidades: “Tem três anos que nós estamos brigando com esse povo da Renova sobre a questão da água. Toda vez que a gente toca no assunto, eles saem fora, arrumam um jeito de desviar o assunto. Dia 5 agora completam quatro anos para eles tentarem ver o que vão fazer com essa água pra gente” (p. 19).

Editorial

Como vem sendo desenvolvido nos editoriais das edições de novembro, mês em que se completa mais um ano do rompimento da barragem de Fundão, o editorial da edição 43 apresenta a justificativa para a escolha da capa. Para A Sirene de novembro de 2019, houve a reprodução do símbolo da justiça mas, na capa do periódico, a venda cobre apenas um dos olhos da justiça e nas

mãos, em vez de uma balança e uma espada, a justiça que vem sendo apresentada para os atingidos segura um punhado de terra, que se esvai entre os dedos e, na outra mão, um montante de moedas: “Um de seus olhos estão bem abertos, consegue enxergar as empresas que possuem grandes quantias de dinheiro e é para esse lado que a balança pende. Enquanto isso, o tempo escorre feito areia em suas mãos” (p. 32). Com isso, o editorial dedica a denunciar a justiça seletiva, a falta de reparações, o desrespeito no não reconhecimento dos direitos de atingidos e o atraso das entregas dos reassentamentos, o que nos permite compreender o edital como pertencente ao eixo de denúncia.

O editorial relembra os atrasos das entregas das casas e das comunidades em que Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo serão reconstruídas, e aborda a gravidade da desmobilização dos atingidos, causada, justamente, pelo atraso nas reparações das comunidades. Com o passar do tempo, muitos atingidos ficam desanimados, o que dificulta a ocorrência de uma mobilização comunitária forte e impassível. Como exemplo, o editorial denuncia a falta de igualdade das audiências entre a mineradora e atingidos. A reunião é composta por três advogados da Samarco, dois assessores da Renova, um promotor (que está ao lado dos atingidos) e dois representantes das assessorias técnicas que atuam junto às comunidades: “Somente os defensores das mineradoras podem falar, a nossa assessoria não pode defender o trabalho que fez conosco. Muitas vezes, saímos das audiências e das reuniões transtornados” (p. 32). As denúncias apontadas na seção, portanto, se voltam aos desrespeito e às humilhações que atingidos e seus representantes precisam enfrentar em audiências e outros encontros judiciais. Como se não bastasse terem suas vidas viradas do avesso, sobreviverem a um evento catastrófico, perderem casas e comunidades inteiras, e precisarem se reerguer com o pouco que a responsável pelo crime os entrega, ainda precisam lutar, dia a dia, por respeito e para terem o mínimo de direito reconhecido.

5.5 Ano cinco: quantos anos mais?

A última edição do jornal *A Sirene* analisada neste trabalho, número 55, de novembro de 2020, segue cumprindo com a postura denunciativa construída nas edições dos anos anteriores. A edição em questão apresentou somente uma matéria em que há a presença de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo representada pela participação de moradores de ambas localidades como fontes, e no qual os testemunhos são publicados em primeira pessoa. Sobre essa questão, de apenas uma

matéria trazer as localidades de Bento e Paracatu, compreendemos que, com o arrastar da demora pelas reparações e entregas dos reassentamentos, junto de um avanço de problemas e complexidades provocados às comunidades mineiras e capixabas pela falta de amparo da Samarco e da Fundação Renova, *A Sirene* precisou ampliar as localidades que seriam retratadas nas produções, em uma tentativa de aproximar as lutas e democratizar a participação de mais comunidades atingidas nas páginas do Jornal. Não vemos a ampliação das localidades retratadas como um problema, sendo apenas mais uma característica do periódico.

A única produção analisada nesta edição, além do editorial, “Até hoje – vivendo em estado de dor e de luta”, há a construção de uma reportagem especial em 16 páginas, nos qual os testemunhos dos moradores nos aproximam da realidade de descaso por parte da Samarco e da Fundação Renova. Moradores relatam experiências de saudade, trauma, nostalgia e desrespeitos. Ao mesmo tempo, explicitam a importância da mobilização das comunidades na organização em grupos de moradores, da participação em coletivos, como o Movimento de Atingidos por Barragens, e mesmo o trabalho como repórteres e fontes no jornal *A Sirene*. A mobilização é, muitas vezes, a fonte de energia, esperança e reorganização do sentido das lutas que, sozinhos, poderiam ser enfraquecidos ou perder o sentido. Nesse sentido, a edição também abarca o eixo do empoderamento ao demonstrar, a partir dos testemunhos, a importância da coletividade e da participação das comunidades em organizações para maior compreensão de seus direitos e, principalmente, ressignificação, em alguma medida, da dor e do trauma em energia para a luta.

5.5.1 Edição 55, de novembro de 2020

#1: Até hoje – vivendo em estado de dor e de luta

A produção “Até hoje – vivendo em estado de dor e de luta” é uma matéria especial, construída em 16 páginas, em que o Jornal estrutura um balanço de como foram estes cinco anos em que a Samarco esteve impune e que as comunidades atingidas não foram completamente reparadas. Construída com o apoio de testemunhos que se cruzam em determinado, sendo possível notar o compartilhamento de uma eterna dinâmica de mudança, em que nada é determinado pela justiça e pela Samarco para que a vida dos atingidos possa retornar à normalidade – mudanças, de fato, só para a mineradora que foi autorizada a retomar às atividades extrativistas e a explorar a natureza e as comunidades. O Jornal aponta que é impossível sanar o trauma coletivo e, portanto,

denúncia que as medidas que poderiam minimizar as consequências do trauma não são adotadas pela mineradora. A reportagem, que se encaixa nos eixos da denúncia e do empoderamento, colheu testemunhos sobre como têm sido estes cinco anos de pós-rompimento. Nas falas, percebemos a gravidade do trauma, a saudade irre recuperável de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, a indignação, a falta de perspectiva mas, também, uma importante e latente força para continuarem lutando por seus direitos, mesmo quem já está exausto. Com as narrativas do trauma, mesmo acessando locais subjetivos, sensíveis, de fragilidade, mas, ao mesmo tempo, que denunciam tamanho desrespeito da Samarco e da Fundação Renova no atraso na construção das casas e entregas de reassentamentos, entramos em contato com a força de uma gente movida por memórias afetivas.

Maria Geralda da Silva, moradora de Paracatu de Baixo, nos leva à dimensão da ausência de reparação e amparo por parte da empresa responsável pelo acontecimento traumático e o agravamento da saúde mental: “A cada dia que passa, o que vejo é tristeza, sofrimento, angústia, doença, problema sério de saúde nas pessoas (...) O meu pai de 90 anos chora de saudade de sua casa. Um homem que dedicou uma vida trabalhando para ter tudo e, hoje, não temos nada” (p. 9). A falta de reparação e as constantes humilhações enfrentadas pelas comunidades também estão expressos no testemunho de Arnaldo Arcanjo, morador de Bento Rodrigues “A Fundação Renova deixou alguns atingidos com uma bomba armada nas mãos (...) muitos estão em situação de engolir propostas de aceitação sem interesse por goela abaixo. Muitos estão no prejuízo, mesmo comprovando os direitos estabelecidos por lei” (p. 10). O testemunho de Wigmarr Ederson da Silva, morador de Bento Rodrigues, também denuncia o desrespeito por parte da Samarco e da Fundação Renova, que atuam, somente, para benefício próprio, uma vez que há imensa dificuldade em reconhecer famílias como atingidas, pagar indenizações e auxílios mensais, além de cumprir com a promessa de entrega das comunidades reconstruídas: “Gasta-se milhões com empresas que dizem estar prestando ajuda quando, na verdade, estão só se ajudando. Tem hora que, como minha mãe diz, era melhor ter morrido na lama do que ficar vivo aguentando esse tipo de humilhação e ver gente ganhando pra humilhar a gente ainda mais” (p. 11).

Inevitavelmente, a edição de novembro de 2020 não poderia deixar de abordar as consequências da pandemia nas vidas das comunidades atingidas, angulação que também estrutura um canal denunciativo a respeito das dificuldades enfrentadas pelos atingidos nas casas temporárias em que são forçados a morar. Moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo

que, à força, precisaram mudar para Mariana e morar em casas temporárias, alugadas pela Samarco, estão sendo obrigados a cumprir a quarentena em casas que não são suas casas: “Se a gente estivesse lá no Bento durante a pandemia, tinha um terreno pra capinar, pra limpar, divertir com as crianças. Aqui, você tem que ficar preso dentro de casa, não tem terreno, não tem nada para fazer. A gente acaba ficando nervoso e os filhos da gente também” (p. 15).

Editorial

Diferente dos editoriais anteriormente analisados, no qual não havia assinatura do autor ou autora do editorial, o da edição 55 é assinado por Genival Pascoal, morador de Bento Rodrigues. A seção se ancora no eixo da denúncia ao realizar um resgate do que vem sendo vivenciado pelos atingidos, abordar a impunidade da Samarco, Vale e BHP Billiton, e denunciar o inaceitável atraso na entrega dos reassentamentos. Além de denunciar a ausência de reparação do acontecimento traumático ocorrido há cinco anos, o editorial denuncia o futuro: moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo não têm garantias, por parte da Renova ou da própria justiça, que poderão experimentar modos de vida semelhantes às que vivenciavam nas comunidades destruídas: "Primeiro, vamos ter de pagar água para uso doméstico, o que não fazíamos em nossas terras de origem. Segundo, além de pagar água potável para criação e irrigação, não estão nos restituindo nossas terras com os mesmos modos de usos anteriores" (p. 32). O jornal afirma que a única preocupação das empresas se relaciona com o dinheiro gasto nas construções, o que os deixa sem poder de escolha.

Assim, o editorial desta edição abarca as três temporalidades, exacerbando que em todas três os atingidos são forçados a vivenciar contextos de desrespeito a violações de direitos, sem a minimização das consequências por parte das empresas – pelo contrário, tudo indica que enquanto puderem atrasar as reparações para que o acontecimento afunde ainda mais no esquecimento e, assim, atuar em benefício próprio, as empresas não medirão esforços para tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O posicionamento das narrativas do trauma no jornal *A Sirene* como dispositivos de mobilização das comunidades se ancoram e encontram sentido nas quatro temáticas da téttrade trágica, possíveis de serem identificadas a partir da compreensão da tríade trágica apresentada por Viktor Frankl na obra “Em Busca de Sentido” (1984); e, também, por meio da observação dos acionamentos de questões urgentes para os sobreviventes que envolvem a condição de atingidos, sustentam as mobilizações e apresentam novos significados para o trauma. As temáticas da memória, nostalgia, denúncia e empoderamento, constituintes da téttrade trágica, atuam como eixos que sustentam a mobilização das comunidades no fazer do jornalismo comunitário, principalmente dos moradores de Bento e Paracatu de Baixo, em que o trauma se aprofunda pela impossibilidade de regresso às suas terras. A téttrade das narrativas do trauma funciona, então, similarmente à tríade trágica de Frankl, quase como um componente da condição de ser atingido. As quatro temáticas em que se ancoram as narrativas do trauma são questões frequentemente acionadas pelos testemunhos, e que fazem parte das queixas, dores, saudades e lutas – e que se tornaram constituintes de suas identidades, aprofundados pela destruição completa das localidades e pela não resolução das indenizações e reassentamentos, que se arrastam ao longo dos anos.

Ao passo em que nos distanciamos, ano após ano, do dia do rompimento, os atingidos seguem vivenciando uma realidade em que há ausência de reparação e contínuas violações de direitos por parte da Samarco e da Fundação Renova, sem falar na inexistência de justiça. A “catástrofe do tempo”, apresentada por Svetlana Aleksievitch (2013), é uma interpretação dada por nós às consequências do rompimento da barragem de Fundão, uma vez que os incontáveis desdobramentos do acontecimento têm potência suficiente para desorganizar e interromper o fluxo natural da vida das comunidades atingidas – traço que também está presente nas narrativas do trauma da *Sirene*. Observamos o caráter de catástrofe do tempo nos relatos memorialísticos que lembram um tempo em Bento e Paracatu, sempre em contraposição à temporalidade presente vivenciada na cidade de Mariana. A característica de catástrofe do tempo também pode ser notada na consciência de que foram expulsos de suas terras e que o cotidiano vivido nas localidades destruídas não mais poderá existir – já que os distritos foram tomados por lama e os reassentamentos, mesmo quando forem entregues (se forem entregues), serão localidades identitariamente distantes do que costumava ser Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. A condição

de catástrofe do tempo é ainda mais aprofundada pela expulsão dos moradores de suas terras, por serem forçados a construir uma nova dinâmica de trabalho e sociabilidades, e outras relações com memórias, identidades e subjetividades, muito ancoradas no contato com a terra em que viviam. Houve, portanto, um rompimento profundo com a dinâmica da vida dos moradores que, diante do trauma da brutalidade da destruição da lama e das mudanças no cotidiano, a sensação vivida, há mais de cinco anos, é de um “presente em suspensão”, no qual o argumento de um “presente temporário” foi criado e sustentado, desde novembro de 2015, pelas empresas responsáveis pelo crime.

A partir das análises das seis edições especiais do jornal *A Sirene* selecionadas para essa pesquisa, observamos certos movimentos relacionados à presença de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo nas reportagens e, também, à frequência em que aparecem as temáticas que estruturam a tétrade trágica das narrativas do trauma. Em 2016, primeiro ano de existência do jornal *A Sirene*, observamos um maior número de reportagens que se referem às localidades por meio da temática das produções e/ou com participação central de moradores dos distritos. Ao mesmo tempo, notamos que as temáticas da memória e da nostalgia são mais frequentes nas duas edições que marcam o primeiro ano do trabalho da *Sirene*, e a presença diminui ao longo dos anos analisados. Notamos que na edição 0, de março de 2016, entre o editorial e as nove produções analisadas, a temática da memória é acionada em cinco reportagens; a da nostalgia, em três; a temática da denúncia aparece em sete; e o empoderamento em quatro produções. Na edição 8, de novembro do mesmo ano, encontramos sete matérias em que as localidades aparecem, além de analisarmos o editorial, e observamos que a frequência em que as temáticas da memória e da nostalgia aparecem se mantêm como na edição de março: cinco produções em que há a recorrência do eixo da memória, e três produções em que há a aparição do eixo temático da nostalgia. Já a temática da denúncia foi identificada em quatro produções e o empoderamento em duas.

À medida que o periódico foi pavimentando a trajetória de atuação, percebemos que mais localidades afetadas entre Minas Gerais e Espírito Santo começaram a ser abordadas nas publicações mensais, inclusive nas edições especiais. Em nosso entendimento, como a cobertura das memórias, dores e lutas de diferentes comunidades atingidas de, também, amplos territórios começaram a ser abordados na produção, em uma tentativa de o periódico se estabelecer mais firmemente como o meio de comunicação oficial das comunidades atingidas, a frequência em que Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo apareciam nas páginas das edições especiais foi diminuindo.

Na edição 20, de novembro de 2017, analisamos um editorial e seis matérias em que a temática da memória apareceu em duas produções, o tema da denúncia em três e o do empoderamento em duas produções (não tivemos registro da temática da nostalgia). Entretanto, observamos, pela primeira vez, a tese do otimismo trágico sendo exercitada no periódico. Nas matérias “Seguindo em Frente” e “Sem a fé o que seria de nós?”, moradores de Bento, Paracatu e demais localidades explicitam as dores, sofrimentos e dificuldades vivenciados desde o rompimento, e trazem a importância da religiosidade, da fé e de se manterem mobilizados para a vivência dos sentimentos de esperança e de otimismo frente às violações de direitos por parte das empresas responsáveis pelo crime.

Na edição 32, de novembro de 2018, analisamos o editorial e duas matérias, no qual identificamos as temáticas da denúncia em duas produções e do empoderamento em também duas matérias. Não observamos uma prevalência dos eixos da memória e da nostalgia, por outro lado, identificamos mais um exercício da tese do otimismo trágico na matéria “Entre o cansaço e a esperança”. Construída por testemunhos de moradores de diferentes localidades, entre elas Bento e Paracatu, entramos em contato, mais uma vez, com o entendimento, por parte dos atingidos, que mesmo em meio a um cenário de sofrimento e luta constantes, é importante acreditar na resolução das indenizações e reassentamentos para não sucumbir diante do trauma, do assombro, da revolta. A edição 43, de novembro de 2019, nos apresentou somente duas matérias em que os distritos são acionados, e identificamos apenas o eixo da denúncia sendo mais fortemente trabalhado pelas narrativas do trauma. Já na edição 55, de novembro de 2020, foram duas produções em que a temática da denúncia foi acionada, e uma reportagem em que o empoderamento foi abordado.

Diante desse cenário, portanto, conseguimos observar, ao longo dos cinco anos analisados do jornal *A Sirene*, que as temáticas da memória e da nostalgia relacionadas a Bento e Paracatu de Baixo, que também estruturam a téttrade trágica, foram deixando de aparecer com maior recorrência, à medida que o periódico aumentou a amplitude de cobertura das regiões retratadas nas produções. Ao mesmo tempo, os eixos da denúncia e do empoderamento nunca ficaram ausentes nas produções referentes a ambos distritos, demonstrando que denunciar as violações de direitos e reivindicar reparação e justiça são lutas que tomaram novas formas e fôlegos, operando, também, como dispositivos de mobilização para sobrevivência frente ao trauma – dinâmica esta que é mais um ponto que diferencia a atuação do jornal *A Sirene* da mídia hegemônica, em que não há uma preocupação e dedicação para que as comunidades atingidas tenha acesso à

informação, fortaleça suas mobilizações e sejam empoderados, também, pelo direito à comunicação.

É claro que as temáticas da saudade, memória, nostalgia e identidades seguem aparecendo nos testemunhos que constroem as reportagens das edições especiais analisadas nesta pesquisa, mesmo quando a proposta central da reportagem é denunciar, reivindicar ou trazer informações a respeito dos direitos dos atingidos e, assim, exercer o direito de acesso à informação e empoderar as comunidades. Mas a denúncia, a revolta, a reivindicação, a construção da consciência de serem sujeitos de luta, a importância de estarem informados, conhecerem seus direitos e de lutarem em coletividade se manifestam com mais força, como se tivessem compreendido que, para terem de volta suas casas, terras e dignidade e, assim, tentarem reconstruir suas vidas, seja preciso “vestir uma armadura”, “levantar a guarda” e partir para a ágora das disputas narrativas e duelar, mais incisivamente, com quem distribui campanhas publicitárias milionárias e mentirosas, que retratam uma reparação que só existe nas narrativas da Vale, Samarco e da Fundação Renova.

É expresso, portanto, mais um urgente motivo para que o jornal *A Sirene* exista como canal de comunicação oficial das comunidades atingidas, se posicionando politicamente ao tratar dos campos subjetivos e denunciativos e, também, ao trazer as narrativas do trauma como pauta recorrente e ressignificá-lo nos registros da memória, da nostalgia, da denúncia e do empoderamento das comunidades. Acreditamos que o jornalismo comunitário desenvolvido pelo jornal *A Sirene* estrutura-se como uma ferramenta que, pouco a pouco, por meio da ressignificação do trauma em potência mobilizadora, possibilita o renascimento destas comunidades, de reinserção no fluxo da vida, da possibilidade de se sentirem sujeitos de suas histórias que, além do registro da dor e do trauma, documentam as atualizações de suas condições como atingidos e os auxiliam a se sentirem pertencentes, de alguma forma, às comunidades que, hoje, estão distanciadas pelo habitar temporário em Mariana, e somar forças às mobilizações que pressionam a Samarco e a Fundação Renova por justiça.

REFERÊNCIAS

ALVES, M; ESMERALDO, G; FERNANDES, B. **Arpilleras: socializando as artes-políticas que retratam denúncias das mulheres atingidas por barragens em territórios nordestinos.** In: Mulheres, feminismos e a defesa dos territórios e dos bens comuns na América Latina. v. 18 n. 35 jan/abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/3250>. Acesso em: 26 de abril de 2021.

AMARAL, Márcia Franz. **A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos.** Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2013.153.04>. Acesso em: 13 de dezembro de 2019.

ARAÚJO, M; BACIC, R; KARDONSKY, C. **Arpilleras: da resistência política chilena.** Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/02/CA.-Arpilleras-da-Resist%C3%Aancia-Pol%C3%ADtica-Chilena.pdf>. Acesso em: 26 de abril de 2021.

ASMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BARBOSA, Karina; CARVALHO, André. **Narrativas do trauma no jornalismo local: o rompimento da barragem da Samarco em Mariana.** In: Mutações e Desafios do Jornalismo: tecnologias, legitimidade e narratividade. Revista de Estudos em Jornalismo e Mídia. v.6. n.1, pp.19-23, 2016

BENJAMIN, W. **O Narrador.** In: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 2008. Obras escolhidas, v. 1, p. 197-221

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1974.

BERTA, Sandra Leticia. **Localização da urgência subjetiva em psicanálise.** In: A Peste: Revista de Psicanálise e sociedade e filosofia. v. 7, n.1 (2015). Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/apeste/article/view/30462>. Acesso em: 03 de fev. de 2020.

BRAUN, V; CLARKE, V. **Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology**, 2006, 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em 21 de março de 2021.

BRUCK, M. S., & VARGAS, H. (2020). **Narrativas da memória como dispositivo: a Sirene e a luta contra o esquecimento.** MATRIZES, 14(2), 289-306.

BRUM, Eliane. **Encontro com Eliane Brum**. 2017. Vídeo Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=117&v=JhjWc7UTTa0. Acesso em 09 de fev. de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CLARKE, V. Thematic analysis: **What is it, when is it useful, & what does “best practice” look like?** [Vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=4voVhTiVydc&feature=youtu.be>. Acesso em: 21 de março de 2021.

DELEUZE, G. (2005). **O que é o dispositivo?** In: G. Deleuze, *O mistério de Ariana* (pp. 81-96). Vega.

DIEGUEZ, Consuelo. **A onda: uma reconstituição da tragédia de Mariana, o maior desastre ambiental do país**. Revista Piauí, 18 de jul. 2016. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-onda-de-mariana/>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

DREYFUS, H. & RABINOW, P. (1995) **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Forense Universitária.

Entrevistas: a dor da perda e a luta por justiça. Conectas Direitos Humanos, 25 de jan. 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/helena-taliberti-e-marcela-rodrigues-a-dor-da-perda-e-a-luta-por-justica/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

FERNANDES, B; ESMERALDO, G; ALVES, M. **Arpilleras: socializando as artes-políticas que retratam denúncias das mulheres atingidas por barragens em territórios nordestinos**. In: *O público e o privado*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. v.18, n 25, jan/abr, 2020.

FRANCO, Maria Helena Pereira. **Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto**. *Mundo saúde* (1995) ; 36(1): 54-58, jan.- mar. 2012.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 50. Ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009

GERK, Cristine; BARBOSA, Marialva. **Jornalismo, Memória e Testemunho: Uma análise do tempo presente**. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 01, pp.150-167, abr. 2018/ jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17640>.

GREGIO, Claudia. **Antes e depois do trauma: vivência traumática e o mundo presumido**. Disponível em:

<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/15730/1/Antes%20e%20Depois%20do%20Trauma.pdf>
Acesso em: 16 de jan. 2020

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A Editora, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

ISABEL. **O que me move mais ainda, essa morte deles, assim como das outras vítimas, não pode ter sido em vão**. Agência Brasil, 25 de jan. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/brumadinho-instituto-criado-por-mae-em-luto-quer-semear-reconstrucao>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Simmus, 2003.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. MAB, 2021. Plataforma oficial do Movimento dos Atingidos por Barragens; aba “Quem Somos”. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.

MOREIRA, Neir. HOLANDA, Adriano. **Logoterapia e o sentido do sofrimento: convergências nas dimensões espiritual e religiosa**. In: Psico-USF. 2010.

NESTROVKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez, 1993.

PARREIRAS, Mateus. **Novo Bento Rodrigues fica para 2020 e prazo ainda pode se estender mais**. Estado de Minas, Belo Horizonte, 10 de outubro de 2018. Gerais. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/10/10/interna_gerais,996043/novo-bento-rodrigues-fica-para-2020-e-prazo-ainda-pode-se-estender.shtml. Acesso em 14 de abril de 2021.

PERUZZO, Cicilia. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PRISMMA: **Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana** / Maila de Castro Lourenço das Neves et al. organizadores. – Belo Horizonte: Corpus, 2018.

PIERRON, Jean Phillippe Pierron. **Transmissão: uma filosofia do testemunho**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

PIRALIAN, H. **Genocídio e transmission**. Prólogo de Héctor Schmucler. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, nº. 10, 1992, p. 201

POLLAK, Michael. 2010. **A gestão do indizível**. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, v. 2, n. 1, p. 9-49

RESTREPO, L. C. **O Direito à Ternura**. Petrópolis: Vozes, 1998.

RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Transcrição e tradução da conferência “Memory, history, oblivion”, realizado na conferência internacional “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Budapeste, 2003.

SÁ, Gabriel. **Depressão, medo e preconceito: a saúde mental das vítimas de Mariana**. National Geographic Brasil, 05 de nov. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/05/depressao-medo-ansiedade-preconceito-saude-mental-das-vitimas-de-mariana-tragedia-ambiental-mineracao-estudo-ufmg-barragem-fundao>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado – cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte,: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SVETLANA, Aleksiévitich. **Vozes de Tchernóbil: a história do desastre nuclear**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Memória e resistência**, 2021. Repositório sobre as memórias da ditadura civil militar brasileira. Disponível em: http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page_id=287. Acesso em: 13 de fevereiro de 2021.